



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

<b>Concorrência Pública:</b> <b>Nº 008/2026</b>	<b>Data de Abertura:</b> 25/06/2026 <b>Horário:</b> 10:00h <b>Plataforma eletrônica:</b> <a href="https://www.licitanet.com.br">https://www.licitanet.com.br</a> <b>Local:</b> Auditório da Escola Municipal Francisco Porto		
<b>Unidade Contratante:</b>	<b>Gabinete do Prefeito - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ</b>		
<b>Objeto:</b>			
Contratação de serviços de publicidade institucional e utilidade pública, prestados por intermédio de agência de propaganda, cujo objeto inclui o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse de acordo com as especificações, as métricas e os padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos. A modalidade licitatória será <b>CONCORRÊNCIA PÚBLICA</b> , pelo critério de julgamento <b>TÉCNICA E PREÇO</b> , na forma <b>PRESENCIAL</b> .			
<b>Valor estimado:</b>			
<b>R\$6.430.928,58</b> (Seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos).			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
Não	Não	Fechado	<b>TÉCNICA E PREÇO</b>
<b>Itens Exclusivos para ME/EPP?</b>	<b>Itens com Cota Reservada para ME/EPP?</b>	<b>Exigência de Amostra?</b>	<b>Participação de Consórcio</b>
Não	Não	Não	Sim
<b>Comissão de Contratação</b>			
<b>Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez, Portaria nº 3.067/2025 - Presidente</b> <b>Bruno Ornellas do Nascimento, matrícula nº 33.336 – Membro</b> <b>Peterson Silva e Lima, matrícula nº 33.469 – Membro</b> <b>Alberto Suzana Moreira, matrícula nº 9.264 - Membro</b>			
<b>Fundamento Legal</b>			
Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021 e Normas Padrão do CENP, que regulamentam as licitações e contratações de serviços de publicidade.			
<b>Observações Gerais:</b>			



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <https://www.licitanet.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
- 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites [www.arraial.rj.gov.br](http://www.arraial.rj.gov.br) e [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp), para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

## 1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. A Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, com sede na Avenida da Liberdade s/n, centro- Arraial do Cabo/RJ – CEP 28.930-000, inscrita no CNPJ sob o nº 27.792.373/0001-07, isento de inscrição estadual, torna público a abertura do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2625/2025, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0xx/2026**, na **forma presencial**, do tipo “**TÉCNICA e PREÇO**”, sob o regime de execução indireta de empreitada preço global, nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

1.2. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021 e Normas Padrão do CENP, que regulamentam as licitações e contratações de serviços de publicidade.

1.3. Havendo qualquer discordância quanto às especificações deste Edital e ao Termo de Referência, **prevalecerá a do Termo de Referência.**

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A concorrência será realizada, em sessão pública, às 10:00 horas do dia 25 de Junho de 2026, no **Auditório da Escola Municipal Francisco Porto** no município de Arraial do Cabo – RJ.

2.1.1. Os invólucros poderão ser entregues diretamente à Comissão de Contratação com início da sessão correspondente, no endereço e horário pré-agendado.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Contratação e pela Subcomissão Técnica, devidamente na forma prevista neste edital e na Lei.

2.3. Setor requisitante: Gabinete do Prefeito

2.4. O valor da contratação está estimado em: R\$ **R\$ 6.430.928,58**. (Seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos).

2.5 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

2.6. Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário oficial de Brasília – DF.

### **3. OBJETO**

3.1. Contratação de serviços de publicidade institucional e utilidade pública, prestados por intermédio de agência de propaganda, cujo objeto inclui o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse de acordo com as especificações, as métricas e os padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

3.2 Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- a) Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução do contrato;
- b) A produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- c) A criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias;

3.3. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação terão a finalidade de:

3.3.1 Gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do Governo Municipal, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

3.3.2 Aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

3.3.3 Possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

3.3.4 A contratação dos serviços, elencados no subitem 3.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas

3.4. Os serviços previstos acima não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

3.4.1 Não se incluem no conceito de patrocínio, o patrocínio de mídia – assim entendido os projetos de veiculação em mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículo de divulgação – e o patrocínio da transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimentos comercializados por veículo de divulgação.

3.5. Os licitantes deverão ser capazes de executar todo o objeto da presente licitação



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

3.6 Os serviços objeto da presente concorrência serão contratados com agências de propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº 4.680/1965 e que tenham obtido certificado de qualificação técnica operacional e profissional conforme solicitado no item 8.2 do Termo de Referência.

3.7 As agências atuarão por ordem e conta do ANUNCIANTE, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 3.2, e de veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

3.8 A agência deverá observar a subcontratação conforme previstos no item 4.1.6 e seus subitens do Termo de Referência.

3.9 As agências atuarão de acordo com solicitação do ANUNCIANTE, indistintamente e independentemente de sua classificação no certame, e não terão, particularmente, exclusividade em relação a nenhum dos serviços previstos nos subitens 3. E seus subitens.

3.10 Para a execução dos serviços, o ANUNCIANTE instituirá procedimento de seleção interna entre as contratadas, cuja metodologia será aprovada pela Administração e publicada na imprensa oficial, conforme disposto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.232/2010.

#### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Poderá participar desta concorrência a agência de propaganda que atender às condições deste Edital e apresentar os documentos nele exigidos.

**4.2 Não poderá participar desta concorrência a agência de propaganda:**

- a) que estiver cumprindo suspensão temporária do direito de participar de licitação ou estiver impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.
- b) Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- c) Com falência decretada, dissolução ou liquidação;
- d) Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Agência estrangeira não autorizada a funcionar no país;
- f) cujos sócios, controladores, dirigentes, administradores, gerentes ou empregados integrem a Subcomissão Técnica ou tenham qualquer vínculo profissional com a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

4.2.1 Agências integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

4.2.2 Para a análise das condições de participação das licitantes, também serão realizadas consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Portal da Transparência mantido pela Controladoria Geral da União - CGU, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CADIN), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em harmonia com o disposto no Acórdão nº 1793/2011 - do Plenário, do Tribunal de Contas da União – TCU e no Art. 91, §4º da Lei 14.133/2021.

4.2.3 Nenhuma licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma Proposta, seja por intermédio de consórcio, ou isoladamente.

4.2.4 A participação na presente concorrência implica, tacitamente, para a licitante: a confirmação de que recebeu da Comissão de Contratação o invólucro padronizado previsto no subitem 10.1.1.1 e as informações necessárias ao cumprimento desta concorrência; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital; e a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.2.5 A licitante **assume todos os custos** de elaboração e apresentação das Propostas Técnica e de Preços e dos Documentos de Habilitação exigidos nesta concorrência, não sendo o ANUNCIANTE, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente processo licitatório.

**4.3 Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;**

4.3.1 Que não atendam as condições deste Edital e seus anexos.

4.3.2 É vedado a qualquer pessoa representar mais de um licitante na presente licitação.

4.3.3 Cada proponente apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.

4.3.4 O proponente arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.3.5. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

4.3.6. A observância das vedações é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**5. RETIRADA DO EDITAL**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1 O Edital encontra-se disponível de forma gratuita acessando os sites: <https://www.licitanet.com.br>, [www.arraial.rj.gov.br](http://www.arraial.rj.gov.br) e [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp), para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos. O licitante poderá ainda obter a íntegra do edital e seus anexos na sala do setor de Licitações e Contratos, na sede da Prefeitura, localizado na Avenida Leonel Brizola nº 17, (antigo Banco Bradesco) no horário de 9h às 12h e de 14h às 16h, devendo levar um pen drive ou pelo e-mail institucional [compras.licitacao@arraial.rj.gov.br](mailto:compras.licitacao@arraial.rj.gov.br).

5.2. Os licitantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações, nos sites citados no subitem anterior, quando for o caso, eventuais alterações, avisos ou informações sobre esta concorrência.

## **6. ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL**

6.1 Esclarecimentos sobre esta concorrência serão prestados Comissão de Contratação e pela Subcomissão Técnica, desde que os pedidos tenham sido recebidos em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente mediante solicitação por escrito, em uma das seguintes formas

➡ por carta ou ofício: protocolizado no protocolo da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, situado na Avenida Leonel Brizola nº 17, (antigo Banco Bradesco) Centro Arraial do Cabo - RJ, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 16:00h;

➡ pelo portal: <https://www.licitanet.com.br>

➡ pelo e-mail: [compras.licitacao@arraial.rj.gov.br](mailto:compras.licitacao@arraial.rj.gov.br).

6.1.1 Os pedidos de esclarecimento serão respondidos pela Comissão de Contratação em até 03 (três) dias úteis.

6.1.2 Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos exclusivamente mediante divulgação na internet, [compras.licitacao@arraial.rj.gov.br](mailto:compras.licitacao@arraial.rj.gov.br), sem identificação da licitante consulente e de seu representante.

6.1.2.1 A licitante não deve utilizar, em eventual pedido de esclarecimento, nenhum termo que possibilite a identificação de sua Proposta Técnica, referente ao Invólucro nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada).

6.1.3 Às licitantes interessadas cabe acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre os esclarecimentos referentes a este Edital.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 6.1.4 Os pedidos de esclarecimento não constituirão, necessariamente, motivos para que se alterem a data e o horário de recebimento das Propostas Técnica e de Preços previstos no subitem 9.2.

## **7. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação das Leis nº 14.133, de 2021, forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 12.232/2010 devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de sua abertura sem prejuízo da faculdade prevista no § 4º do art. 170, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A impugnação poderá ser realizada mediante petição a ser enviada para o e-mail: [compras.licitacao@arraial.rj.gov.br](mailto:compras.licitacao@arraial.rj.gov.br) ou protocolada junto à Comissão de Contratação, situada na Avenida Leonel Brizola nº 17, (antigo Banco Bradesco) – Centro Arraial do Cabo - RJ.

7.3. A Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

7.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

7.5. A decisão da Comissão de Contratação será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo para conhecimento de todos os interessados.

7.6. O licitante não deve utilizar, em eventual pedido de esclarecimento ou impugnação, nenhum termo que possibilite a identificação de sua proposta técnica, referente ao invólucro nº 1 (Plano de Comunicação Publicitária – via não identificada).

7.7 A impugnação apresentada em desconformidade com as regras previstas neste item será recebida como mera informação.

7.8 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.9 Os pedidos de impugnação serão julgados e respondidos em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 4º do art. 170, da Lei nº 14.133/2021.

7.10 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Comissão de Contratação:

I - o cidadão e/ou licitante que não se manifestar em até 06 (seis) dias úteis antes da data de abertura do certame;





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

7.10 Considera-se licitante, para efeito do inciso II do subitem anterior, a empresa que tenha retirado o presente Edital na forma prevista no Aviso de Licitação ou neste Edital.

## **8. CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES**

8.1. Para participar deste certame, o representante da licitante apresentará à Comissão de Contratação documento que o credencia, juntamente com seu documento de identidade de fé pública, no ato programado para a entrega dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

8.1.1 Os documentos mencionados no subitem 8.1 deverão ser apresentados fora dos invólucros que contêm as Propostas Técnica e de Preços e comporão os autos do processo licitatório.

8.1.2 Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original para permitir que a Comissão de Contratação ateste sua autenticidade.

8.1.3 Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo IV. Nesse caso, o preposto também entregará à Comissão de Contratação cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes e respectivas assinaturas dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

8.2 A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

8.3 A documentação apresentada na primeira sessão de recepção e abertura das Propostas Técnica e de Preços credencia o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de sua substituição no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento.

8.4 Caso a licitante não deseje fazer-se representar nas sessões de recepção e abertura, deverá encaminhar as Propostas Técnica e de Preços por meio de portador. Nesse caso, o portador deverá efetuar a entrega dos invólucros diretamente à Comissão de Contratação, na data, hora e local indicados no subitem 9.2.

## **9. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 Os invólucros com as Propostas Técnica e de Preço serão recebidos como segue:

☞ dia: 25/ 06/2026;





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

➡ hora: 10:00;

➡ local: **Auditório da Escola Municipal Francisco Porto**

9.1.1 Se não houver expediente nessa data, os invólucros serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.

9.1.2 A abertura dos invólucros e demais procedimentos licitatórios obedecerão ao disposto neste Edital, especialmente no item **10**, e na legislação.

9.2 Os Documentos de Habilitação serão recebidos e abertos em dia, local e horário a serem designados pela Comissão de Contratação.

9.3 Os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário de Brasília.

## **10. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

### **10.1 Primeira Sessão:**

10.1.1 Os Invólucros com as Propostas Técnicas (Invólucros nº 01 a 03) e as Propostas de Preços (Invólucro nº 04) serão entregues à Comissão de Contratação, em sessão pública, na data, local e horário determinados em Edital.

10.1.2 Os representantes legais das Licitantes, ou seus procuradores regularmente constituídos e presentes, assinarão a Lista de Presença, após o que será declarada aberta a reunião.

10.1.3 É vedada a participação, na sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnicas e Comercial, dos membros designados para a Subcomissão Técnica.

10.1.4 Os invólucros padronizados com a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária não serão recebidos pela Comissão de Contratação no caso de apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a Licitante.

10.1.5 É vedado o lançamento de qualquer código, sinal ou marca nos Invólucros padronizados ou nos documentos que compõem a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

10.1.6 O Invólucro nº 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada (Invólucro nº 1) que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.

10.1.7 Recebidos os Invólucros, a Comissão de Contratação retirará o conteúdo do Invólucro nº 01 – Proposta Técnica - Plano de Comunicação Via Não Identificada e abrirá o Invólucro nº 03 – Proposta Técnica - Conjunto



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

de Informações. As propostas serão rubricadas pelos seus respectivos membros e pelos representantes das Licitantes presentes à sessão, facultada a designação de um deles para representar todas as Licitantes.

10.1.8 O Invólucro nº 02 - Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada e o Invólucro nº 04 – Proposta de Preço, permanecerão lacrados em poder da Comissão de Contratação e deverão ser rubricados no fecho por seus membros e pelos Representantes Legais presentes.

10.1.9 Os Invólucros abertos e todo o seu conteúdo serão encaminhados à Subcomissão Técnica para análise e julgamento.

10.1.10 A Subcomissão Técnica procederá a análise individualizada e julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada (Invólucro nº 01) e do Conjunto de Informações (Invólucro nº 03), respeitado o procedimento legal e conforme critérios e quesitos estabelecidos neste Termo de Referência, desclassificando-se as Propostas que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas nesse instrumento.

10.1.11 Serão elaboradas pela Subcomissão Técnica **duas atas** relativas (I) ao julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada e (II) ao julgamento dos quesitos referentes ao Conjunto de Informações e, posteriormente, encaminhadas à Comissão de Contratação, juntamente com as Propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

10.1.12 A Subcomissão Técnica justificará os pontos concedidos em cada item do critério de avaliação.

**10.2 Segunda Sessão:**

10.2.1 Recebidas as atas de julgamento, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apuração do resultado geral das Propostas Técnicas, com os seguintes procedimentos:

- a) Abertura do Invólucro nº 02 com a Via Identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- b) Cotejo entre as Vias Identificadas e as Não Identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria.
- c) Verificação da Pontuação Total obtida pelas agências, conforme critérios estabelecidos nos **Anexos A, B e C do Termo de Referência**.
- d) Elaboração de planilha com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada Proposta Técnica, obtendo-se o resultado final do julgamento geral da Proposta Técnica.
- e) Proclamação do resultado do julgamento geral da Proposta Técnica, registrando-se em ata as Propostas desclassificadas e a ordem de classificação.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

e.1) O resultado do julgamento geral da Proposta Técnica será publicado no Diário Oficial do Município e/ou outros sítios eletrônicos oficiais, indicando as licitantes desclassificadas e as classificadas, em ordem decrescente de pontuação.

10.2.2 Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de sua publicação.

10.2.3 O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

10.2.4 Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.

10.2.5 Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à abertura do Invólucro nº 04 com as Propostas de Preços das licitantes classificadas na fase anterior.

**10.3 Terceira Sessão:**

10.3.1 Na sessão de abertura dos Invólucros nº 04 – Propostas de Preços – as agências cujas Propostas Técnicas foram desclassificadas terão seus Invólucros nº 04 devolvidos fechados, mediante recibo específico a ser anexado ao processo, procedendo-se em seguida à abertura dos Invólucros nº 4 das agências classificadas.

10.3.2 Uma vez abertos os Invólucros nº 04 das agências classificadas, as Propostas de Preços e seus anexos serão rubricados pela Comissão de Contratação e pelos representantes, legais ou credenciados, presentes e serão analisadas conforme as condições estabelecidas no item abaixo.

10.3.3 A Comissão de Contratação calculará os pontos de cada quesito a ser valorado conforme a seguinte tabela:

<b>Quesitos - Honorários</b>	<b>Pontos (P)</b>
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 1</b> da Proposta de Preços	P1 = 1,0 X (Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 2</b> da Proposta de Preços	P2 = 1,0 X (Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 3</b> da Proposta de Preços	P3 = 1,0 X (Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 4</b> da Proposta de Preços	P4 = 1,0 X (Honorários)



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

Para efeitos de cálculo dos pontos de cada licitante, o termo "honorários" será substituído nas fórmulas da coluna pontos pela respectiva porcentagem constante de sua planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo "%".

10.3.4 A NPP responderá a soma algébrica dos pontos obtidos nos quesitos constantes na tabela referida no subitem anterior, como segue:

$$NPP = P1 + P2 + P3 + P4$$

10.3.5 Será considerada como Melhor Proposta de Preços a licitante que obtiver o menor preço na soma da **NPP - Nota da Proposta de Preço** e assim sucessivamente.

10.3.6 Serão avaliadas e valoradas as propostas segundo os critérios abaixo:

Pontos	Percentual de honorários
100	Menor % de honorário
98	Segundo menor % de honorário
96	Terceiro menor % de honorário
94	Quarto menor % de honorário
92	Quinto menor % de honorário
90	Demais % de honorário

10.3.7 Caso mais de 1 (uma) licitante obtenha o menor preço na soma da NPP - Nota da Proposta de Preço, estas receberão a mesma pontuação e assim sucessivamente.

10.3.8 Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor/percentual em desacordo ao estipulado em todo o subitem **11.12 do termo de referência**.

**10.4 DA CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES:**

10.4.1 O cálculo da Pontuação Final (PF) das licitantes será de acordo com a média ponderada da Nota da Proposta Técnica (NPT) e da Nota da Proposta de Preços (NPP), sendo obtida através da fórmula abaixo:

$$PF = (NPT \times 0,70) + (NPP \times 0,30)$$

PF = Pontuação final

NPT = Pontuação relativa à proposta técnica



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

NPP = Pontuação relativa à proposta de preço

10.4.2 A Comissão de Contratação elaborará a ordem de classificação das agências com a devida divulgação do resultado.

10.4.3 Será vencedora desta concorrência a licitante que tiver obtido a maior Pontuação Final (PF).

10.4.4 Havendo empate, o desempate se dará através da atribuição da maior nota aos quesitos da proposta técnica, na seguinte ordem:

a) Estratégia de Comunicação Publicitária;

b) Ideia criativa;

c) Raciocínio Básico e

d) Estratégia de Mídia e Não Mídia.

10.4.5 Persistindo ainda assim o empate, a decisão será feita por sorteio público, em modalidade e data a serem definidas pela Comissão de Contratação.

10.4.6 Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de sua publicação ou da lavratura da ata, quando presente todas as licitantes.

10.4.7 O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

10.4.8 Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.

10.4.9 Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento final das propostas, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apresentação do Invólucro nº 05 – Documentos de Habilitação pelas LICITANTES classificadas no julgamento final das propostas, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e nesse Termo de Referência.

**10.5 Quarta Sessão:**

10.5.1 Encerrado o prazo para a interposição de recurso em face do resultado final do julgamento das propostas, as licitantes classificadas serão convocadas pela Comissão de Contratação para apresentação dos documentos de habilitação.

10.5.2 Os documentos de habilitação de cada Licitante serão entregues à Comissão de Contratação no Invólucro nº 05, em data, hora e local estabelecidos pela Comissão de Contratação.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

10.5.3 O Invólucro nº 5 deverá estar devidamente lacrado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

INVÓLUCRO Nº 5 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, EMAIL E FAX DA LICITANTE

10.5.3.1 Numeração de Folhas e Documentos:

a) Todas as folhas da documentação de habilitação - inclusive as folhas índices e de separação - deverão ser rubricadas pelo representante legal da licitante.

b) No início da documentação deverá ser apresentado um índice, contendo todos os documentos de habilitação e a(s) página(s) em que se encontra(m).

10.5.3.2 A Comissão de Contratação solicita que as licitantes apresentem toda a documentação de habilitação com as folhas numeradas ressaltando que eventual falta de numeração, não será motivo de inabilitação.

10.5.3.3 Será obrigação da licitante comunicar imediatamente à Comissão de Contratação, mudanças de endereço, telefone, fax, razão social.

10.5.3.4 Os Documentos de Habilitação deverão ter todas as suas páginas rubricadas por representante legal da licitante e ser apresentados:

I - em via original; ou

II - sob a forma de certificado emitido por sistema oficial de registro cadastral unificado;

10.5.3.5 Os Documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno específico, com suas páginas numeradas sequencialmente.

10.5.3.6 Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão de Contratação.

10.5.3.7 Para se habilitar, a licitante deverá apresentar a documentação, na forma prevista neste instrumento.

## **11. DA FORMA E DO CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA**

11.1 A licitante deverá apresentar sua proposta técnica conforme o Anexo A do Termo de Referência, que é parte integrante deste Edital.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

## 12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

12.1 A Subcomissão Técnica analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital.

### 12.1.1 – DA ANÁLISE:

- a) As Propostas Técnicas das licitantes serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.
- b) As Propostas Técnicas serão analisadas pela Subcomissão sendo as notas atribuídas devidamente justificadas, considerando-se os critérios estabelecidos neste Anexo.
- c) Serão levados em conta, como critério de julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta, em cada quesito ou subquesito:

### 12.1.2 PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA

#### 12.1.2.1 Raciocínio Básico - a acuidade de compreensão sobre:

12.1.2.2 As ações de comunicação publicitária objeto desta licitação;

12.1.2.3 O desafio de comunicação a ser enfrentado pela **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**;

12.1.2.4 Os objetivos, gerais e específicos, de comunicação a serem alcançados em relação ao desafio de comunicação.

### 12.1.3 Estratégia de Comunicação Publicitária

12.1.3.1 A adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** e ao desafio de comunicação a ser enfrentado;

12.1.3.2 A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos;

12.1.3.3 A riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** com seus públicos;

12.1.3.4 A adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do desafio de comunicação;

12.1.3.5 A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta;





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

**12.1.3.6** A capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**, o desafio de comunicação a ser enfrentado, seus públicos, os objetivos, geral e específicos, de comunicação e a verba disponível.

**12.1.4 Ideia Criativa**

12.1.4.1 Sua adequação ao desafio de comunicação;

12.1.4.2 Sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante;

12.1.4.3 Sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo;

12.1.4.4 A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;

12.1.4.5 A originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

12.1.4.6 A simplicidade da forma sob a qual se apresenta;

12.1.4.7 Sua pertinência às atividades de comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**;

12.1.4.8 Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e ou material apresentados;

12.1.4.9 A exequibilidade das peças e ou do material;

12.1.4.10 A compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e ou no material aos meios e aos públicos propostos.

**12.1.5 Estratégias de Mídia e Não Mídia**

12.1.5.1 O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários;

12.1.5.2 A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos;

12.1.5.3 A consistência do plano simulado de distribuição das peças e ou do material em relação às duas alíneas anteriores;

12.1.5.4 A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**;

12.1.5.5 A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e ou do material;

12.1.5.6 A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

**12.2 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO**

12.2.1 O porte e a tradição dos clientes atuais da licitante e o conceito de seus produtos e serviços no mercado;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 12.2.2 A experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias;
- 12.2.3 A adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária implementada pela **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**;
- 12.2.4 A adequação da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato;
- 12.2.5 A operacionalidade do relacionamento entre a **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** e a licitante, esquematizado na proposta;
- 12.2.6 A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

### 12.3 REPERTÓRIO

- 12.3.1 A ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver;
- 12.3.2 A qualidade da execução e do acabamento da peça e ou material;
- 12.3.3 A clareza da exposição das informações prestadas;

### 12.4 RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO

- 12.4.1 A evidência de planejamento publicitário;
- 12.4.2 A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;
- 12.4.3 A relevância dos resultados apresentados;
- 12.4.4 A concatenação lógica da exposição.

### 12.5 DA PONTUAÇÃO

- a) A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de **100 (cem) pontos** e será apurada segundo a metodologia a seguir.
- b) Aos quesitos ou subquesitos serão atribuídos, no máximo, os seguintes pontos:

QUESITOS	SUBQUESITOS
<b>1. Plano de Comunicação Publicitária (65 pontos)</b>	I. Raciocínio Básico (10 pontos)
	II. Estratégia de Comunicação (20 pontos)
	III. Ideia Criativa (20 pontos)
	IV. Estratégia de Mídia e Não Mídia (15 pontos)



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

<b>2. Capacidade de Atendimento (15 pontos)</b>	
<b>3. Repertório (10 pontos)</b>	
<b>4. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação (10 pontos)</b>	
<b>Pontuação Geral Global</b>	<b>100</b>

**12.5.1 Plano de Comunicação Publicitária: 65 (sessenta e cinco) pontos, assim divididos:**

**12.5.1.1 Raciocínio Básico: 10 (dez) pontos, assim ponderados:**

A acuidade de compreensão sobre:

- a) As ações de comunicação publicitária objeto desta licitação: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu

2 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- b) O desafio de comunicação a ser enfrentado pela **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- c) Os objetivos, gerais e específicos, de comunicação a serem alcançados em relação ao desafio de comunicação: 3 (três) pontos.

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

**12.5.1.2 Estratégia de Comunicação Publicitária: 20 (vinte) pontos:**

- a) A adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO** e ao desafio de comunicação a ser enfrentado: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu

2 pontos = atendeu parcialmente



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

0 ponto = não atendeu

b) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu

2 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

c) A riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** com seus públicos: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

d) A adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do desafio de comunicação: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

e) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

f) A capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**, o desafio de comunicação a ser enfrentado, seus públicos, os objetivos, geral e específicos, de comunicação e a verba disponível: 3 (três) pontos.

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**12.5.1.3 Ideia Criativa: 20 (vinte) pontos:**

- a) Sua adequação ao desafio de comunicação: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- b) Sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- c) Sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- d) A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- e) A originalidade da combinação dos elementos que a constituem: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

- f) A simplicidade da forma sob a qual se apresenta: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

g) Sua pertinência às atividades de comunicação da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

h) Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e ou material apresentados: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

i) A exequibilidade das peças e ou do material: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

j) A compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e ou no material aos meios e aos públicos propostos: 2 (dois) pontos.

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

**12.5.1.4 Estratégia de Mídia e Não Mídia: 15 (quinze) pontos:**

a) O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 ponto = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

b) A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

1 ponto = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

c) A consistência do plano simulado de distribuição das peças e ou do material em relação às duas alíneas anteriores: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

d) A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

e) A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e ou do material: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

f) A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa: 2 (dois) pontos.

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

**12.5.1.5 Capacidade de Atendimento: 15 (quinze) pontos:**

a) O porte e a tradição dos clientes atuais da licitante e o conceito de seus produtos e serviços no mercado: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

b) A experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

c) A adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária implementada pela **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

d) A adequação da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

e) A operacionalidade do relacionamento entre a **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** e a licitante, esquematizado na proposta: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

f) A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato: 2 (dois) pontos.

2 pontos = atendeu

1 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

**12.1.5.6 Repertório: 10 (dez) pontos:**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

a) A ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu

2 pontos = atendeu parcialmente

0 pontos = não atendeu

b) A qualidade da execução e do acabamento da peça e ou material: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

c) A clareza da exposição das informações prestadas: 3 (três) pontos.

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

**12.1.5.7 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: 10 (dez) pontos:**

a. A evidência de planejamento publicitário: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

b. A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu

1 ponto = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

c. A relevância dos resultados apresentados: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu

1.5 pontos = atendeu parcialmente

0 ponto = não atendeu

d. A concatenação lógica da exposição: 2 (dois) pontos.

2 = atendeu

1 = atendeu parcialmente



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

0 = não atendeu

12.2 A pontuação do quesito corresponderá à média aritmética dos pontos de cada membro da Subcomissão Técnica.

12.3 A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos.

12.3.1 Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo desta licitação.

12.4 A nota de cada licitante corresponderá à soma dos pontos dos quesitos.

12.4.1 Será considerada melhor classificada, na fase de julgamento da Proposta Técnica, a licitante que obtiver a maior nota.

12.5 Será desclassificada a Proposta que:

- a) Não atender às exigências do Edital e de seus anexos;
- b) Não alcançar, no total, a nota mínima de 70 (setenta) pontos;
- c) Obter pontuação zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos.

## **12.6 DO JULGAMENTO E ATAS DAS PROPOSTAS**

12.6.1 A Subcomissão Técnica procederá a análise individualizada e julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada (Invólucro nº 01) e do Conjunto de Informações (Invólucro nº 03), respeitado o procedimento legal e conforme critérios e quesitos estabelecidos neste Termo de Referência, desclassificando-se as Propostas que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas nesse instrumento, observado o disposto no Termo de Referência.

12.6.2 Serão elaboradas pela Subcomissão Técnica **duas atas** relativas (I) ao julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada e (II) ao julgamento dos quesitos referentes ao Conjunto de Informações e, posteriormente, encaminhadas à Comissão de Contratação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

### 13. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 A Proposta de Preços da licitante deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta de Preços e apresentada em caderno único, em papel que a identifique, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem emendas ou rasuras, datada, assinada na última página e rubricada nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

13.2 Os quesitos a serem valorados pelas licitantes são os integrantes da Proposta de Preços:

**ITEM 1)** Fará jus a honorários de 15% (quinze por cento), incidentes sobre os custos de serviços e suprimentos externos, orçados junto a fornecedores especializados, referentes ao planejamento, supervisão e à execução de peças, nos termos do item 3.6.1 e 3.6.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP. Poderá ser admitida a apresentação de desconto sobre o percentual de 15%, limitado a até 1/3 (um terço) do referido percentual, resultando em honorários não inferiores a 10% (dez por cento). Os serviços e os suprimentos externos terão os seus custos orçados junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores especializados, aprovados previamente pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO**.

**ITEM 2)** A **CONTRATADA** fará jus a honorários de no mínimo 05% e máximo 10% por cento, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material **quando a responsabilidade da Agência limitar-se exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento**, nos termos do item 3.6.2 e 3.6.3 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP.

**ITEM 3)** A **CONTRATADA** fará jus aos honorários de no mínimo 05% e máximo 10% por cento sobre os preços dos bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes:

**I)** à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação **NÃO** lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

**II)** à reimpressão de peças publicitárias (entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas).

**III)** à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária,



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

**ITEM 4)** A CONTRATADA fará jus a honorários de até 35% (trinta e cinco por cento), incidentes sobre a Lista de Custos Referencial de Serviços Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio de Janeiro (SINAPRO – RJ), como remuneração pelos custos dos serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria Agência referente a peças publicitárias **NÃO** destinadas a veiculação em qualquer mídia geradora do “Desconto-Padrão de Agência”.

13.2.1 Os honorários de que tratam os subitens anteriores serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da **CONTRATADA**.

13.2.2 A **CONTRATADA** fará jus ao “Desconto-Padrão de Agência” de no mínimo 20% (vinte por cento) em conformidade as Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), concedido pelos veículos de divulgação, de acordo com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966. O “Desconto-Padrão de Agência” é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010 e de acordo com o item 2.5 das Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão).

13.3 O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação.

13.4 A licitante que não aceitar prorrogar o prazo de validade expirado na abertura dos invólucros com as Proposta de Preços ou antes do encerramento do certame será desclassificada.

## 14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

14.1 Será considerada como Melhor Proposta de Preços a licitante que obtiver o menor preço na soma da **NPP - Nota da Proposta de Preço** e assim sucessivamente.

14.1.1 Serão avaliadas e valoradas as propostas segundo os critérios abaixo:

Pontos	Percentual de honorários
100	Menor % de honorário
98	Segundo menor % de honorário
96	Terceiro menor % de honorário
94	Quarto menor % de honorário



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

92	Quinto menor % de honorário
90	Demais % de honorário

14.1.2 Caso mais de 1 (uma) licitante obtenha o menor preço na soma da NPP - Nota da Proposta de Preço, estas receberão a mesma pontuação e assim sucessivamente.

14.1.3 Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor/percentual em desacordo ao estipulado no item **11.12** do **Termo de Referência** anexo a este edital.

**14.2 DA CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES:**

14.2.1 O cálculo da Pontuação Final (PF) das licitantes será de acordo com a média ponderada da Nota da Proposta Técnica (NPT) e da Nota da Proposta de Preços (NPP), sendo obtida através da fórmula abaixo:

$$PF = (NPT \times 0,70) + (NPP \times 0,30)$$

PF = Pontuação final

NPT = Pontuação relativa à proposta técnica

NPP = Pontuação relativa à proposta de preço

14.3 A Comissão de Contratação elaborará a ordem de classificação das agências com a devida divulgação do resultado.

14.3.1 Será vencedora desta concorrência a licitante que tiver obtido a maior Pontuação Final (PF).

14.3.2 Havendo empate, o desempate se dará através da atribuição da maior nota aos quesitos da proposta técnica, na seguinte ordem:

- a) Estratégia de Comunicação Publicitária;
- b) Ideia criativa;
- c) Raciocínio Básico e
- d) Estratégia de Mídia e Não Mídia.

14.3.3 Persistindo ainda assim o empate, a decisão será feita por sorteio público, em modalidade e data a serem definidas pela Comissão de Contratação.

14.3.4 Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de sua publicação ou da lavratura da ata, quando presente todas as licitantes.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

14.3.5 O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

14.3.6 Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.

14.3.7 Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento final das propostas, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apresentação do Invólucro nº 05 – Documentos de Habilitação pelas LICITANTES classificadas no julgamento final das propostas, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e nesse Termo de Referência.

## **15. JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS**

15.1 O julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços será feito de acordo com o rito previsto na Lei nº 14.133/2021, para o tipo Melhor Técnica.

15.2 Se alguma das agências licitantes mais bem classificadas não tiverem apresentado a Proposta de menor preço e nem concordado em praticá-lo, nos termos da negociação prevista no Art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 a Comissão Especial ou Permanente de Licitação adotará negociação idêntica, sucessivamente, com as demais licitantes, observada a ordem de classificação, até a consecução de acordo para as contratações previstas no presente certame, observada a mesma previsão legal.

15.3 A licitante que não concordar em praticar a Proposta de menor preço perderá o direito à contratação, não lhe cabendo nenhum tipo de indenização.

## **16. ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

16.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à Comissão de Contratação e pela Subcomissão Técnica, pelas licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, no dia, hora e local previstos na convocação da sessão a ser realizada para esse fim.

16.1.1 A licitante classificada que não apresentar os Documentos de Habilitação na referida sessão será alijada do certame, exceto diante da ocorrência de que trata o subitem 18.1.2 deste Edital.

Invólucro nº 5





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

16.1.2 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

**Invólucro nº 5**

Documentos de Habilitação

Nome empresarial e CNPJ da licitante

Concorrência nº XX / ano – anunciante

16.1.3 O Invólucro nº 5 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

## **17. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

17.1 Os Documentos de Habilitação deverão ter todas as suas páginas rubricadas por representante legal da licitante e ser apresentados:

I - em via original; ou

II - sob a forma de certificado emitido por sistema oficial de registro cadastral unificado;

17.1.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno específico, com suas páginas numeradas sequencialmente, na ordem em que figuram neste Edital.

17.1.2 Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão de Contratação.

17.2 Para se habilitar, a licitante deverá apresentar a documentação, na forma prevista dos subitens a seguir:

17.2.1 Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos do art. 6º, inciso I, e do art. 11, § 4º, inciso XI, da Lei nº 12.232/2010 e art. 62 da Lei nº 14.133/21.

17.2.3 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

17.2.4 Os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

17.2.5 A habilitação será verificada a partir da apresentação dos seguintes documentos:



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

- 
- 17.2.5.1 Documento de identificação oficial do representante legal da empresa;
- 17.2.5.2 Documentos dos sócios com poder de administração;
- 17.2.5.3 Cópia da última alteração contratual;
- 17.2.5.4 Declaração de que não contrata menor, salvo na condição de aprendiz
- 17.2.5.5 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 17.2.5.6 Em se tratando de microempreendedor individual (MEI), Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- 17.2.5.7 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 17.2.5.8 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;
- 17.2.5.9 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 17.2.5.9.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 17.2.5.10 Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- 17.2.5.11 Caso não conste prazo de validade, será aceita a certidão emitida em até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação.
- 17.2.5.11.1 No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.
- 17.2.5.12 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observada a exceção disposta no §6º do Art. 69 da Lei nº 14.133, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação dos Documentos de Habilitação.
- 17.2.5.12.1 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.
-



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

17.2.5.12.2 Se necessária a atualização do balanço, com suas demonstrações contábeis, e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.

17.2.5.12.3 O balanço patrimonial deverá estar registrado ou na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou autenticado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as empresas que utilizem o sistema eletrônico de escrituração e que tenham seus documentos registrados na Junta Comercial, apresentado conforme inciso IV:

I. sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto-lei nº 486/1969;

II. sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação ou cópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

III. sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede. Caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

IV. para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:

- a) termo de autenticação com a identificação do autenticador;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
- c) termo de abertura e encerramento;
- d) requerimento de autenticação de Livro Digital;
- e) recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital.

17.2.5.12.4 As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano de existência deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio-gerente e do Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional e autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante:



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

a) balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação;

b) balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação.

17.2.5.12.4 A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

a) O Balanço deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do patrimônio líquido (PL) e do ativo Especial (AP), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

**Índices de Liquidez Geral**

$$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

**Índices de Liquidez Corrente**

$$LC = AC / PC$$

**Índices de Solvência Geral**

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

**Onde:**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PNC = Passivo não circulante

AT = Ativo Total

**Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:**

$$\text{Índice de Liquidez Geral} \geq 1,00$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} \geq 1,00$$

$$\text{Índice de Solvência Geral} \geq 1,00$$



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

- 17.2.5.12.5 Os índices do subitem anterior serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.
- 17.2.5.12.6 A licitante deverá incluir no Invólucro nº 5, comprovante de que possui, no mínimo, patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação, caso apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, para o período de doze (12) meses.
- 17.2.5.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 17.2.5.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 17.2.5.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU).
- 17.2.5.16 Certidão negativa de débitos referentes à Dívida Ativa Estadual;
- 17.2.5.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 17.2.5.17.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 17.2.5.18 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais Mobiliários e Imobiliários da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.
- 17.2.5.18.1 Para empresas sediadas em municípios em que a Certidão Municipal não seja conjunta, deverão ser apresentadas Certidão de Tributos Municipais Mobiliários e Certidão de Tributos Municipais Imobiliários.
- 17.2.6 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 17.2.5.19 Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

17.2.6 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.

17.2.7 Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

**17.3 Da qualificação técnica operacional e profissional:**

17.3.5 A) A qualificação técnica exigida corresponderá à comprovação de execução de quantitativos mínimos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) da parcela definida como de valor significativo da contratação, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

17.3.6 b) Os atestados de capacidade técnica operacional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

17.3.7 c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.3.8 d) Certificado de qualificação técnica de funcionamento operacional, emitido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

17.3.9 e) O certificado de qualificação técnica de funcionamento operacional emitido para a matriz da agência valerá para a filial.

17.3.10 f) O documento obtido no site do CENP ou da entidade equivalente terá sua validade verificada pela Comissão de Contratação e pela Subcomissão Técnica.

17.3.11 g) Comprovação de possuir em seu quadro permanente ou não, na data prevista para entrega dos Documentos de Habilitação, profissional com formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente, relacionada ao objeto da licitação;

17.3.12 g1) a aderência da formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente ao objeto da contratação, disposta na alínea anterior, deverá ser demonstrada pela licitante, por meio da descrição da experiência do profissional indicado e acompanhada da apresentação de cópia autenticada do



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

diploma ou certificado de conclusão de curso, para avaliação da Comissão de Contratação e, nos casos de dúvida, da área técnica vinculada à licitação;

17.3.13 g2) o profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá coordenar a execução dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.

17.3.14 g3) o profissional indicado pela licitante, para fins de comprovação do vínculo jurídico, deverá apresentar registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato de trabalho ou outro documento equivalente, firmado com a licitante.

**17.4 Documentos Complementares:**

17.4.1 Declaração da licitante de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

17.4.2 Declaração da licitante de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

17.4.3 Declaração da licitante de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

17.4.4 Declaração de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.4.5 Certidão negativa de licitante inidôneo emitida pelo TCU;

17.4.6 Certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, emitidas pelo Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e pelo Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

17.4.7 Certificado de Registro Cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

17.5 As exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência foram definidas de forma proporcional, razoável e compatível com a natureza e a complexidade do objeto, observando-se os limites constitucionais e legais aplicáveis às contratações públicas. Os documentos requeridos destinam-se exclusivamente à comprovação da aptidão jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica necessária ao regular cumprimento das obrigações contratuais, sem impor restrições indevidas à competitividade.





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

17.6 Considerando que o objeto envolve serviços de publicidade institucional de natureza especializada, com atuação em múltiplas frentes de execução, incluindo planejamento, criação, produção, veiculação, monitoramento, gestão de mídia, direitos autorais e acervo comprobatório, mostra-se necessária a exigência de comprovações técnicas e operacionais compatíveis com esse nível de complexidade. Do mesmo modo, os requisitos econômico-financeiros e de regularidade fiscal e trabalhista visam resguardar a Administração quanto à capacidade de execução da futura contratada e à mitigação de riscos de inadimplemento.

17.7 Assim, os critérios estabelecidos no item de habilitação guardam pertinência direta com o objeto licitado e buscam assegurar a contratação de empresa devidamente apta ao atendimento das necessidades da Administração, em observância ao interesse público e à adequada execução contratual.

17.8 As licitantes que participarem desta concorrência na forma de consórcio deverão apresentar individualmente os documentos previstos no presente item e mais os seguintes documentos:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) declaração assinada pelas licitantes consorciadas que indique o líder do consórcio e especifique claramente que este assume todas as responsabilidades previstas neste Edital;
- c) declaração assinada pelas consorciadas de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da concorrência quanto na execução do contrato.

17.8.1 As licitantes vencedoras ficam obrigadas a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

17.8.2 Na comprovação será considerada a soma do patrimônio líquido de cada consorciado, na proporção de sua participação no consórcio.

## **18. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

18.1 A Comissão de Contratação analisará os Documentos de Habilitação das licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, desde que cumpridas as condições de participação e julgará habilitadas as que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos no Edital.

18.2 Se nenhuma licitante restar habilitada, a Comissão de Contratação e Subcomissão Técnica reabrirá a fase de Habilitação, com nova convocação de todas as licitantes classificadas, para reapresentarem os respectivos documentos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

## **19. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

19.1. A escolha da Subcomissão Técnica será realizada conforme item 9 do Termo de Referência.

## **20. DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS**

20.1 A Comissão Contratação de Licitação, todas as decisões referentes a esta concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial é obrigatória:

- a) nas sessões de recebimento e abertura de invólucros;
- b) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

## **21. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

21.1 Eventuais recursos referentes a presente concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em petição escrita dirigida à autoridade competente do ANUNCIANTE, por intermédio da Comissão de Contratação, protocolizada no setor/endereço do anunciante, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 h às 16:00 h.

21.2 Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

21.3 Recebidos os recursos, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão de Contratação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, e respectiva(s) impugnação(ões) à autoridade competente do ANUNCIANTE, que decidirá em 10 (dez) dias úteis contados de seu recebimento.

21.4 Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo como representante da licitante.

21.5 Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até o seu término, vista ao processo desta concorrência, em local e horário a ser indicado pela Comissão de Contratação.

21.6 Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inhabilitação de licitante e ao julgamento das Propostas Técnica e de Preços terão efeito suspensivo, podendo a Comissão de Contratação, motivadamente e se houver interesse para o ANUNCIANTE, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

## **22. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

22.1 Não tendo sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, será homologado o resultado desta concorrência e, assim, aprovada a adjudicação do seu objeto à licitante vencedora .

## **23. CONDIÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS**

23.1 A licitante vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da convocação, para assinarem os respectivos instrumentos de contrato, nos moldes da minuta que constitui o Anexo IV.

23.1.1 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, a juízo do ANUNCIANTE, consideradas as justificativas que lhe forem apresentadas pelas licitantes vencedoras.

23.1.1.1 Se alguma das licitantes vencedoras não comparecer nos prazos estipulados para assinar o contrato, o ANUNCIANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas para a licitante que deixou de assinar o contrato, ou revogar esta concorrência, independentemente da cominação prevista no § 5º, Art. 90, da Lei 14.133/2021.

23.1.2 Para assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar declaração de inexistência de contrato vigente que possa gerar conflito de interesses com as atividades finalísticas do ANUNCIANTE, conforme modelo abaixo:

23.2 Os contratos para a execução dos serviços objeto deste Edital terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura, podendo ser prorrogados nos termos da Cláusula Terceira da Minuta de Contrato.

23.3 O ANUNCIANTE poderá rescindir, a qualquer tempo, os contratos que vierem a ser assinados, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato.

23.4 A contratada manterá, pelo período de no mínimo, 05 (cinco) anos, após a extinção do contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, acompanhados das respectivas informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados, se for o caso.

23.5 As contratadas se obrigam a manter, durante toda a execução dos contratos, as condições de qualificação e habilitação exigidas nesta concorrência, incluída a certificação



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

23.6 A contratada centralizará o comando da publicidade do ANUNCIANTE onde, para esse fim, manterão sede, filial, sucursal ou escritório, observado o disposto na Minuta de Contrato.

23.7 Integrarão os contratos a serem firmados, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital, os elementos apresentados pelas licitantes vencedoras que tenham servido de base para o julgamento desta concorrência e a Proposta de menor preço.

## **24. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

24.1 As disposições pertinentes à garantia de execução estão estabelecidas na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato (Anexo XIII).

## **25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

25.1 As obrigações da contratada e do CONTRATANTE, vinculadas à execução do contrato a ser firmado em decorrência do presente certame, estão estabelecidas nas Cláusulas Quinta e Sexta da Minuta de Contrato deste Edital, conforme o Art.89, §2º da Lei nº 14.133/2021.

## **26. FISCALIZAÇÃO**

26.1 O ANUNCIANTE nomeará gestor e fiscal, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos resultantes desta concorrência e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terão poderes, entre outros, para notificar as contratadas, objetivando sua imediata correção, nos termos da Cláusula Sétima da Minuta de Contrato (Anexo IV).

## **27. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO**

27.1 A remuneração às contratadas, pelos serviços prestados, será feita nos termos das Cláusulas Oitava e Nona da Minuta de Contrato, consoante os preços estabelecidos na Proposta de menor preço, observado o item 15 deste Edital.

27.2 A forma e as condições de pagamento são as constantes da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato

## **28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

28.1 Pelo descumprimento, irregularidade ou inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos Art. 155, 156, 157, 158, 159 e 160 da Lei Federal Nº 14.133/2021, observadas a gravidade da conduta, o contraditório e ampla defesa, infração administrativa, sujeita a penalidades, nos termos da referida Lei.

## **29. DISPOSIÇÕES FINAIS**

29.1 É facultada à Comissão de Contratação, em qualquer fase desta concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente das Propostas Técnica e de Preços ou dos Documentos de Habilitação.

29.2 A Comissão de Contratação, por solicitação expressa da Subcomissão Técnica, poderá proceder vistoria da infraestrutura que as agências apresentaram nas Propostas Técnicas (quesito Capacidade de Atendimento), que estarão à disposição do ANUNCIANTE para a execução do contrato.

29.3 A Comissão de Contratação deverá adotar os cuidados necessários para preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada, até a abertura do Invólucro nº 2.

29.4 Até a assinatura dos contratos, as licitantes vencedoras poderão ser desclassificadas ou inabilitadas se o ANUNCIANTE tiver conhecimento de fato desabonador às suas classificações técnicas ou às suas habilitações, conhecido após o julgamento de cada fase.

29.4.1 Se ocorrer desclassificação ou inabilitação de licitante vencedora, por fatos referidos no subitem precedente, o ANUNCIANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas ou revogar esta concorrência.

29.5 Se, durante a execução dos contratos, o instrumento firmado com uma ou mais contratadas não for prorrogado, ou for rescindido, nos casos previstos na legislação e no contrato, o ANUNCIANTE poderá convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação das Propostas Técnicas, para dar continuidade à execução do objeto do contrato, desde que concordem e se disponham a cumprir todas as condições e exigências a que estiverem sujeitas as signatárias dos contratos.

29.6 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

29.7 Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o ANUNCIANTE comunicará os fatos verificados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, para as providências devidas.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

29.8 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se a autora às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 337-I do Código Penal, incluído através da Lei nº 14.133/2021

29.9 Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

29.10 Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

29.10.1 A nulidade do procedimento licitatório induz à dos contratos, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 148 da Lei nº 14.133/2021.

29.10.2 O ANUNCIANTE poderá cancelar de pleno direito qualquer Nota de Empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados às contratadas o contraditório e a ampla defesa, caso a adjudicação seja anulada, em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

29.11 Antes da data marcada para o recebimento dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços, a Comissão de Contratação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa, em consequência de solicitações de esclarecimentos ou de impugnações, alterar este Edital, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

29.12 Correrão por conta do ANUNCIANTE as despesas que incidirem sobre a formalização dos contratos, incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial, na forma prevista no parágrafo único do art. 89, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

29.13 Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes.

29.14 A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

29.15 Os representantes das licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar as Propostas e Documentos de Habilitação nas sessões públicas.

29.16 Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar da sessão de recebimento dos invólucros com as Propostas Técnicas e de Preços.

29.17 O julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços e a análise dos Documentos de Habilitação das licitantes classificadas nesse julgamento serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados no presente Edital.

29.18 Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas Técnica e de Preços ou à adjudicação do objeto da licitação à vencedora, cabendo a assinatura do Termo de Responsabilidade tanto pela Comissão de Contratação e pela Subcomissão Técnica, observado os modelos dispostos no subitem 20.4.1.

29.19 Qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão de Contratação e pela Subcomissão Técnica no processo de julgamento das Propostas Técnica e de Preços resultará na sua desclassificação.

29.20 Por ocasião da apreciação das Propostas Técnica e de Preços e dos Documentos de Habilitação às vistas das licitantes, não será permitida a retirada de documentos do recinto da sessão pública, nem sua reprodução direta, sob qualquer forma, inclusive por meio de fotos.

29.21 A Comissão de Contratação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, antecipá-las ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

29.22 As questões suscitadas por este Edital que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Município de Arraial do Cabo.

29.23 Integram este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I** - Termo de Referência;

**Anexo II** - Anexos A e B do Termo de Referência;

**Anexo III** - Briefing anexo C do Termo de Referência;

**Anexo IV** - Modelo de Procuração;

**Anexo V** - Modelo de Proposta de Preços;

**Anexo VI** - Modelo de Carta de Credenciamento;

**Anexo VII** - Modelo de declaração de Fatos Impeditivos;

**Anexo VIII** - Modelo de declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

**Anexo IX** - Modelo de declaração de Pleno Conhecimento do Edital;

**Anexo X** - Modelo de declaração de Ausência de Vínculo;





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**Anexo XI** - Modelo de declaração de idoneidade;

**Anexo XII** - Declaração de adequação à legislação de privacidade e proteção de dados concorrência

**Anexo XIII**- Declaração de Regularidade;

**Anexo XIV** – Termo de Confidencialidade

**Anexo XV** – Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses

**Anexo XVI** - Minuta contratual.

**Anexo XVII** – Formulário de Retirada de Invólucro

Arraial do Cabo, 05 de Maio de 2026.

---

**Diogo dos Santos de Moraes**

Secretário Municipal de Compras e Licitações





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1 Trata-se de contratação de **uma agência de publicidade** para prestação de serviços de publicidade institucional e utilidade pública para o atendimento da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, RJ.

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE A AGÊNCIA DE PUBLICIDADE DEVERÁ CONTEMPLAR:

- Veiculação em emissoras de TV fechada e aberta.
- Veiculação em rádio.
- Veiculação/Inserção em jornal (TV, impresso e online).
- Veiculação em painéis e/ou totens digitais.
- Veiculação em Busdoor.
- Produção de Spots.
- Impulsionamento/Tráfego Pago de conteúdos digitais na internet/mídias sociais.
- Anúncios em mídias digitais: redes sociais, sites/plataformas/portais digitais, blogs, buscas, landing pages e outros.
- Criação/Layouts/Arte Final/Produção de peças publicitárias: Spots, Locução, Anúncios, Faixas, Flyers, Folders, Revistas, Comerciais para TV e vídeos em geral, conteúdo audiovisual para mídias digitais e outros.
- Criação e produção de vídeos/filmes institucionais e documentários.
- Arte Busdoor: Criação da arte + impressão + instalação.
- Arte Pannel Publicitário Outdoor: Criação da arte + impressão em papel ou lona/tela + instalação + remoção.
- Pannel Publicitário Outdoor (Físico): Estrutura + montagem e fixação no local escolhido (instalação) + manutenção/remoção.
- Monitoramento: Monitoramento e desenvolvimento das métricas.

ALCANCE	PROVÁVEIS CAMPANHAS INSTITUCIONAIS	QUANT. DE CAMPANHAS	TOTAL
<b>PÚBLICO DIRECIONADO (REGIÕES)</b>	Capital Nacional do Mergulho	<b>8</b>	<b>R\$ 892.309,06</b>
	Temporada de Baleias		
	Festival de Frutos do Mar		
	Brilho de Natal		



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

<b>BRASILEIRAS COM MAIOR ORIGEM DE TURISTAS)</b>	Evento de Mergulho		
	DESTINO ARRAIAL DO CABO - Certificação Bandeira Azul		
	DESTINO ARRAIAL DO CABO - Categoria A no Mapa Nacional de Turismo		
	DESTINO ARRAIAL DO CABO - Passeios e Trilhas		
<b>MÉDIO ALCANCE (REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)</b>	Réveillon	<b>10</b>	<b>R\$ 4.427.271,99</b>
	Festival de Jazz		
	Festival de Cinema		
	Literarraial		
	Aniversário da cidade		
	Celebra Arraial		
	Arraial Expo XP		
	Bandeira Azul		
	Inaugurações		
	Parada do Orgulho LGBTQIAP+		
<b>ALCANCE LOCAL (MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO)</b>	Dia D de Mobilização contra a Dengue	<b>37</b>	<b>R\$1.111.347,53</b>
	Trânsito Seguro		
	Auto de Natal		
	Festival da Lagoa		
	Arraial Combat		
	Volta as Aulas		
	Semana do Ambiente		
	Limpeza Urbana		
	Vacinação Infantil		
	Janeiro Musical		
	Feira do Xaréu		
	Feira de Massambaba (Monte Alto)		
	Feira de Massambaba (Figueira)		
	Sistema de Transporte Municipal		
	IPTU em dia		
	Carnaval		
	Festa da Padroeira		
	Desfile Cívico		
	Marearte		
	Encontro de Bugueiros		
	Janeiro Branco - Campanha nacional de conscientização sobre a saúde mental e emocional		
	Fevereiro Roxo - Campanha de conscientização sobre doenças crônicas, como o Alzheimer, a Fibromialgia e o Lúpus		
	Março - Dia Mundial da Água (Mar/lagoa)		
	Abril - Dia Nacional de Combate ao Bullying		
	Abril Azul - Mês de conscientização sobre o Autismo		
	Maió - Dia Internacional da Mulher		



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

	Maio Laranja - Campanha de conscientização e mobilização social contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes		
	Maio Amarelo - Movimento internacional de conscientização sobre a segurança no trânsito		
	Maio - Dia Internacional do Turismo		
	Junho Vermelho - Campanha de conscientização e incentivo à doação de sangue		
	Julho - Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial		
	Julho - Mês de luta contra as hepatites virais		
	Agosto Lilás - Mês de conscientização e combate à violência contra a mulher		
	Setembro Amarelo - Campanha de conscientização sobre a importância da prevenção do suicídio		
	Outubro - Dia das Crianças		
	Outubro Rosa - Campanha internacional de conscientização sobre o câncer de mama		
	Novembro Azul - Campanha internacional de conscientização sobre a saúde do homem e o câncer de próstata		
<b>TOTAL DAS CAMPANHAS =</b>		<b>R\$ 6.430.928,58</b>	

1.2 A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado e respeitando os artigos 105 e 106 da Lei Nº 14.133/21.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 O presente processo tem como objetivo solucionar os problemas ocasionados pela ausência de equipe técnica especializada para realizar serviços de publicidade na Prefeitura de Arraial do Cabo por meio do Gabinete do Prefeito.

2.2 A contratação de **serviços de publicidade institucional e utilidade pública** é essencial para assegurar a comunicação eficiente entre a Prefeitura e seus diversos públicos de interesse. Com o crescente avanço tecnológico e a necessidade de uma troca de informações mais ágil e precisa, a ausência desses serviços compromete a qualidade e a eficácia da gestão pública. A carência de uma infraestrutura adequada de publicidade resulta em baixo alcance e ineficiência na disseminação de informações de interesse, o que pode impactar diretamente na comunicação com os públicos pretendidos e na execução de políticas públicas.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

2.3 Esse serviço desempenha um papel de grande importância na construção e no fortalecimento da imagem da organização, esclarecendo suas ações e políticas públicas, além de incentivar a participação dos cidadãos nas iniciativas da prefeitura. A utilização de meios de publicidade adequados e inovadores é fundamental, visto que possibilita atingir uma grande diversidade de pessoas, abrangendo não apenas o público local e regional, mas também um alcance em nível nacional. Esse tipo de comunicação eficaz é essencial para atrair novos visitantes, ampliando o fluxo de pessoas e impulsionando o crescimento de diferentes setores econômicos. Além disso, ao utilizar ferramentas modernas e estratégias criativas, é possível aumentar a visibilidade de uma região ou serviço, gerando não apenas interesse imediato, mas também criando uma base sólida para o fortalecimento e o desenvolvimento econômico a longo prazo.

2.4 A necessidade de serviços especializados surge da complexidade da comunicação moderna, que exige, além de criatividade e impacto, um planejamento estratégico detalhado. O desenvolvimento de campanhas publicitárias que atinjam efetivamente o público-alvo e gerem os resultados desejados depende de uma análise aprofundada das ferramentas, canais de comunicação e indicadores, possibilitando o monitoramento contínuo e a adaptação das ações conforme os resultados obtidos.

2.5 Além disso, a execução de campanhas publicitárias de forma profissional e bem estruturada é essencial para alcançar as metas de visibilidade e engajamento propostas. A contratação de uma agência especializada, com expertise técnica e uma equipe qualificada, é fundamental para criar iniciativas que aumentem a visibilidade da prefeitura, reforcem sua imagem e cumpram os objetivos estabelecidos.

2.6 Outro ponto relevante é a necessidade de uma gestão eficaz do fluxo turístico, especialmente durante a baixa temporada, para equilibrar a sazonalidade e garantir a estabilidade econômica da cidade ao longo do ano. O município enfrenta períodos de alta demanda de visitantes que sobrecarregam sua infraestrutura e serviços, enquanto a redução de turistas na baixa temporada prejudica o desenvolvimento de setores como comércio, serviços e turismo. Estimular o turismo nos períodos de menor movimento é essencial para manter a atividade econômica e evitar a estagnação.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

2.7 Portanto, a contratação de serviços de publicidade institucional representa uma medida estratégica imprescindível, sendo uma ferramenta chave para estabelecer uma comunicação eficiente, ampliar o alcance das mensagens e fortalecer a relação entre a prefeitura e seus públicos, promovendo transparência, engajamento e utilidade pública.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A contratação de serviços de publicidade institucional e utilidade pública em consonância com as especificações da tabela apresentada no item 1.2 são necessários para garantir o desenvolvimento dos trabalhos da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

3.2 **Garantia de Frete e Entrega:** A contratada se compromete a realizar a entrega dos serviços de publicidade e itens/estruturas, no prazo acordado, e com a devida segurança. No caso de itens/estruturas, o frete será por conta da contratada e deverá ser executado de acordo com as condições acordadas. A contratada fornecerá informações claras e precisas sobre o acompanhamento do envio, garantindo que o cliente possa rastrear o produto até a entrega no endereço indicado.

3.2.1 O prazo de entrega dos serviços/campanhas é contado do recebimento da Ordem de Serviço, sendo:

- Outdoors (Estruturas): 30 dias.
- Campanhas Municipais: 20 dias.
- Campanhas Estaduais: 30 dias.
- Campanhas para Público Direcionado: 20 dias.

3.3 **Garantia da Produção:** Todos os produtos, peças publicitárias e materiais desenvolvidos pela contratada deverão ser inéditos, originais e elaborados especificamente para atender às demandas da Administração, sendo vedada a reutilização de conteúdos previamente produzidos para terceiros, salvo mediante expressa autorização e adequada cessão de direitos.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 3.3.1 A contratada assegurará a qualidade técnica e criativa das entregas, responsabilizando-se pela correção de quaisquer falhas, inconsistências, inadequações ou desconformidades identificadas pela contratante, no prazo a ser estabelecido, sem ônus adicional.
- 3.3.2 O prazo e as condições da garantia da produção compreenderão, no mínimo, o período necessário à veiculação das peças ou à utilização dos materiais, devendo a contratada prestar o suporte necessário para ajustes, revisões ou substituições que se façam indispensáveis ao pleno atendimento dos objetivos institucionais.
- 3.3.3 Não será admitida a entrega de materiais genéricos, padronizados ou que não atendam às especificidades da comunicação institucional, de modo a assegurar a efetividade, a adequação e a qualidade das ações de publicidade realizadas.

**3.4 Garantia de Qualidade e Durabilidade de Estruturas:** A agência contratada garante que as estruturas de outdoor fornecidas para a campanha publicitária estarão em conformidade com as normas de segurança, durabilidade e qualidade exigidas pela legislação vigente e pelas boas práticas do setor publicitário.

- 3.4.1 As estruturas destinadas à instalação de outdoors deverão ser confeccionadas em materiais que assegurem resistência, durabilidade e segurança, de forma a suportar as condições climáticas locais e garantir a integridade do serviço durante toda a vigência das campanhas. Recomenda-se a utilização de aço galvanizado ou aço inoxidável, em razão de sua elevada resistência à corrosão, à ação de ventos fortes e a outras intempéries, proporcionando maior vida útil ao equipamento. Alternativamente, poderão ser empregadas estruturas em madeira tratada, desde que possuam resistência comprovada e atendam aos requisitos técnicos necessários para garantir a estabilidade e a integridade do painel publicitário.

**3.5 Garantia de Instalação e Posicionamento:** A agência se compromete a realizar a instalação das estruturas de outdoor nos locais previamente acordados, garantindo que a instalação seja feita dentro dos prazos estabelecidos e de acordo com os padrões técnicos de segurança. Caso haja algum problema na instalação, a agência será responsável por corrigir o erro sem custos adicionais para a instituição pública.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 3.6 Garantia de Manutenção:** A agência contratada deverá fornecer uma garantia de manutenção durante toda a duração da campanha, comprometendo-se a realizar reparos e ajustes necessários em caso de danos à estrutura e em caso de falhas de fabricação. O prazo de resposta para a execução de qualquer reparo deverá ser de 48 horas após notificação. A agência será responsável por todas as correções e substituições necessárias sem custos adicionais para a instituição pública.
- 3.7 Garantia de Estabilidade e Segurança:** A agência garante que as estruturas de outdoor estarão fixadas de maneira segura e que todas as medidas de segurança serão adotadas para evitar acidentes, danos a terceiros ou danos à propriedade pública ou privada. A estabilidade das estruturas será monitorada, e a agência se compromete a tomar medidas corretivas imediatas caso haja qualquer risco de instabilidade.
- 3.8 Condições para Acionamento da Garantia:** A garantia poderá ser acionada pela instituição pública caso a estrutura apresente falhas de fabricação, instalação inadequada, problemas de manutenção ou danos causados por qualquer defeito que seja de responsabilidade da agência contratada. A agência deverá fornecer os canais de comunicação para a solicitação de reparos, com prazo máximo de 2 dias para o atendimento.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1** Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

**4.1.1 Requisitos de Negócio da Solução:**

- 4.1.1.1** A disponibilização de serviços de publicidade institucional é fundamental para garantir um diálogo eficiente e estratégico entre a instituição e seus diversos públicos. A publicidade institucional exerce um papel essencial na construção e fortalecimento da imagem da organização, tornando suas ações e políticas públicas mais transparentes e acessíveis, além de incentivar a participação cidadã. Utilizar canais de comunicação apropriados e



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

inovadores a cada público-alvo é importante para maximizar o alcance e garantir a efetividade das mensagens.

4.1.1.2 Diante da complexidade da comunicação contemporânea, a demanda por serviços especializados surge como uma necessidade de planejar e executar campanhas publicitárias com precisão e impacto. O sucesso de tais campanhas depende de uma análise detalhada dos meios de comunicação disponíveis, das ferramentas a serem utilizadas e dos indicadores de desempenho, permitindo a adaptação contínua das ações com base nos resultados obtidos. Este planejamento estratégico é essencial para atingir os objetivos de visibilidade e engajamento desejados.

4.1.1.3 Além disso, a gestão profissional e estruturada das campanhas publicitárias é decisiva para alcançar os resultados esperados. A parceria com uma agência especializada, com expertise e equipe qualificada, é indispensável para criar iniciativas que aumentem a visibilidade da instituição, reforcem sua imagem e cumpram as metas estabelecidas.

4.1.1.4 Um aspecto crucial que deve ser abordado é a gestão do fluxo turístico, especialmente durante a baixa temporada, para equilibrar a sazonalidade e assegurar a estabilidade econômica local durante o todo o ano. A cidade enfrenta picos de visitantes que sobrecarregam sua infraestrutura e serviços, enquanto a queda no número de turistas nos períodos de baixa temporada impacta negativamente setores-chave como o comércio, serviços e turismo. Estimular a visita fora da alta temporada é uma estratégia crucial para manter o dinamismo econômico e evitar períodos de estagnação.

4.1.1.5 Portanto, a contratação de serviços de publicidade institucional representa uma ação estratégica essencial para estabelecer uma comunicação eficaz, ampliar o alcance das mensagens e promover o engajamento, assegurando transparência, efetividade nas ações e utilidade pública.

#### **4.1.2 Requisitos Legais da Solução:**

4.1.2.1 A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- **Aplicabilidade da Lei Nº 14.133/2021:** O Art. 186 da Lei Nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, estabelece que **as disposições desta Lei se aplicam subsidiariamente à Lei Nº 12.232/2010**, que regulamenta as contratações de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda pela administração pública.
  - **Decreto Municipal Nº 4.483/2025**, que regulamenta a Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Arraial do Cabo;
  - **Decreto Municipal Nº 4.484/2025**, que institui as normas gerais de trâmite processual referente as licitações e contratações firmadas pela Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Arraial do Cabo e dá outras providências;
  - **Decreto Municipal Nº 4.381/2025**, que regulamenta a LGPD no âmbito da Administração Municipal;
  - **Lei Complementar Nº 123/2006**, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
  - **Decreto Federal Nº 8.538/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal;
  - **Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01/2010**, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;
  - **Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01/2019**, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.
  - **Nota técnica SGE Nº 01/2015** da Coordenadoria de Auditorias Temáticas e Operacionais/Secretaria Geral de Controle Externo (CTO/SGE) na área de Tecnologia da Informação do TCE-RJ;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

- **Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.**

Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

- **LEI Nº 12.232, de 29 de abril de 2010.** Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- **LEI Nº 4.680, DE 18 DE JUNHO DE 1965,** dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA SECOM/PR Nº 1, DE 19 DE JUNHO DE 2023,** dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.

#### **4.1.3 Requisitos Gerais da Solução:**

4.1.3.1 Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- Aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- Compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;
- Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

**4.1.4 Sustentabilidade:**

- 4.1.4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.4.1.2 A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.
- 4.1.4.1.3 Serão incluídas como obrigação da contratada critérios e práticas de sustentabilidade a serem veiculados como especificação técnica do objeto, se for o caso (Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010).
- 4.1.4.1.4 O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste determinada adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

**4.1.5 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

- 4.1.5.1A Prefeitura nomeará o fiscal (ou fiscais) para o contrato na Ordem de Serviços.
- 4.1.5.2A fiscalização por parte da Prefeitura não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização do CONTRATANTE.

**4.1.5.3 Da Garantia de Proposta**



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

4.1.5.4 Para fins de pré-habilitação, a CONTRATADA apresentará garantia de proposta no valor correspondente a 1% do valor estimado, em conformidade com o disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.5.5 *“Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.”*

4.1.5.6 A presente garantia visa assegurar a manutenção da proposta apresentada durante o prazo de validade que será estipulado no edital e a assinatura do contrato nos termos e condições propostos. Em caso de descumprimento injustificado pela CONTRATADA, poderá a Administração executar a garantia, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

**4.1.5.7 Da Garantia de Execução do Contrato**

4.1.5.8 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 6.430.928,58** (Seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos).

4.1.5.9 A CONTRATADA prestará Garantia de Execução do Contrato, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO - RJ**, correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

4.1.5.10 A quantia acima será devolvida mediante requerimento da **CONTRATADA**, após a entrega total do objeto, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados, em razão do descumprimento das obrigações contratuais, ou por qualquer outro motivo pertinente a avença e sua execução, quando for o caso.

4.1.5.11 Se a garantia ficar desfalcada, a **CONTRATADA** deverá integralizá-la no prazo máximo estipulado no contrato, contados do recebimento da respectiva intimação por escrito, expedida pela **CONTRATANTE**.

4.1.5.12 A **CONTRATADA** perderá a garantia em favor da **CONTRATANTE**, caso o contrato seja rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.

4.1.5.13 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia. A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

contratuais, acréscimos ou supressões no objeto contratado de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.1.5.14 Na hipótese de prorrogação deste contrato, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO** exigirá nova garantia, escolhida pela **CONTRATADA** entre as modalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.5.15 O documento de constituição da nova garantia deverá ser entregue a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO** em prazo estipulado em contrato, contado da data de assinatura do respectivo termo aditivo.

4.1.5.16 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo estipulado em contrato, mediante certificação, por seus fiscais, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

4.1.5.17 Adicionalmente, trata-se de contratação com valor estimado elevado, da ordem de R\$ 6.430.928,58, o que potencializa os impactos negativos decorrentes de eventual descumprimento contratual, seja sob o aspecto financeiro, seja quanto à continuidade das ações institucionais e de utilidade pública.

4.1.5.18 A exigência de garantia de proposta, fixada em 1% do valor estimado, mostra-se medida proporcional e adequada para assegurar a seriedade das propostas apresentadas e evitar desistências injustificadas durante o certame, prática que compromete a eficiência do processo licitatório e pode gerar atrasos na implementação de políticas públicas essenciais.

4.1.5.19 No que se refere à garantia de execução contratual, fixada em 5% do valor estimado, sua previsão visa resguardar a Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, especialmente diante:

a) I – da multiplicidade de entregas e frentes de atuação (criação, mídia, produção e instalação);

II – da dependência de terceiros (veículos de comunicação, fornecedores e estruturas);

III – da necessidade de continuidade das campanhas institucionais, muitas das quais possuem caráter essencial e de interesse público imediato;

IV – do risco de prejuízos à imagem institucional do Município em caso de falhas na execução.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

4.1.5.20 Ressalta-se que os percentuais adotados observam os limites e parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, não se mostrando excessivos, mas sim compatíveis com o nível de risco da contratação, configurando medida de cautela necessária à proteção do interesse público.

4.1.5.21 Por fim, destaca-se que a exigência de garantia, quando devidamente justificada e proporcional, não compromete a competitividade do certame, mas contribui para a seleção de propostas mais consistentes e para a adequada execução contratual, evitando custos adicionais decorrentes de inadimplementos.

#### 4.1.6 SUBCONTRATAÇÃO

4.1.6.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

4.1.6.2 É vedada a subcontratação completa ou do serviço principal da obrigação, caracterizados como **FULCRO** desta contratação. Desta forma, observa-se que não pode ser subcontratada de maneira alguma o serviço de agenciamento e atividades-fim da agência, como planejamento. Da mesma forma, fica possibilitada a subcontratação de serviços complementares (serviços especializados como produção, fotografia, pesquisas e outros podem ser subcontratados mediante prévio cadastro junto ao contratante).

4.1.6.2.1 Basicamente, o mercado de publicidade e propaganda constitui-se de relações entre anunciantes e veículos, intermediadas pelas Agências de publicidade, que, quando necessário, recorrem a outros fornecedores para a execução de serviços especializados, conforme demonstrado no Acórdão 2292 de 2021 do TCU-Plenário.

4.1.6.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.6.4 A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

4.1.6.5A **CONTRATADA** apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.1.6.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1 Das condições de entrega:

5.1.1 O prazo de entrega dos serviços/campanhas é contado do recebimento da Nota de Empenho, sendo:

- Outdoors (Estruturas): 30 dias.
- Campanhas Municipais: 20 dias.
- Campanhas Estaduais: 30 dias.
- Campanhas para Público Direcionado: 20 dias.

5.1.2 Para a **estrutura física de outdoors**, o prazo estipulado é de 30 dias, permitindo o tempo necessário para planejamento, criação e instalação das peças. As **campanhas municipais** deverão ser entregues em 20 dias, com foco em atender as demandas locais de forma rápida e eficiente. Já as **campanhas para regiões do Estado do Rio de Janeiro** têm um prazo de 30 dias, considerando que envolvem veiculação em TV, o que demanda mais tempo para a produção e ajustes de mídia. Por fim, as **campanhas para público direcionado em regiões brasileiras com maior origem de turistas** devem ser entregues em até 20 dias, buscando otimizar o tempo para atingir o público-alvo específico com a máxima eficácia. Esses prazos





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

visam assegurar o cumprimento das metas de comunicação dentro dos períodos adequados para cada tipo de campanha. É essencial ter esses prazos claros para a entrega dos serviços e campanhas pela agência de publicidade, garantindo a organização e a eficiência na realização das atividades.

- 5.1.3 Os itens ou estruturas constantes deste Termo de Referência deverão ser entregues/instalados, quando solicitados, em Arraial do Cabo, no local indicado na ordem de serviço, cabendo a Contratada arcar com os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos acessórios.
- 5.1.4 Ficará a cargo da Contratada a descarga dos produtos no endereço fornecido pela Contratante.
- 5.1.5 A Contratada deverá disponibilizar funcionários para a entrega dos itens e devidas movimentações no interior das Unidades, para que os itens sejam entregues no seu respectivo endereço e local adequado.
- 5.1.6 Os produtos requisitados deverão ser entregues acompanhados da documentação fiscal, juntamente com a cópia da Ordem de Fornecimento, devendo haver agendamento prévio junto a esta Administração Pública, por e-mail ou telefone.
- 5.1.7 A Contratante reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/21.
- 5.1.8 Os produtos deverão ser acondicionados conforme as recomendações do fabricante, cabendo a Contratada garantir a proteção durante o transporte e estocagem.
- 5.1.9 Os materiais deverão ser embalados e armazenados em local adequado a fim de impedir a sua deterioração, até o momento de sua utilização.

**5.2 Do prazo de garantia, manutenção e assistência técnica:**

- 5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

- 
- 5.2.2 Os materiais permanentes (outdoors) não devem possuir prazo de garantia inferior a 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo.
- 5.2.3 Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao mínimo estabelecido no subitem anterior, deverá prevalecer aquele de maior extensão.
- 5.2.4 A proposta que ofertar produto com garantia de fabricação inferior ao previsto deverá ser desclassificada para o respectivo item.
- 5.2.5 A garantia de fabricação dos materiais deverá ser total, inclusive quanto às peças, componentes e acessórios, quando couber, compreendendo a manutenção dos produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, com cobertura dos seguintes quesitos:
- 5.2.6 Remoção dos defeitos apresentados pelos equipamentos, inclusive quanto a suas peças, componentes e acessórios, quando couber;
- 5.2.7 Ajustes nos materiais, reinstalação de componentes disponibilizados pelo fabricante e outras correções necessárias, quando for o caso;
- 5.2.8 Solução de problemas e esclarecimentos de dúvidas de utilização, quando for o caso;
- 5.2.9 Substituição dos equipamentos ou, quando for o caso, substituição de suas peças, componentes ou acessórios. As peças, componentes e acessórios devem ser novos, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do produto;
- 5.2.10 A Contratada responderá solidariamente com os fornecedores dos materiais (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que tornem os materiais permanentes irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam, aplicando-se subsidiariamente o art. 12 da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 5.2.11 É importante destacar que a licitante deve considerar em sua proposta, todos os custos, como despesas de transporte, tributos, fretes, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros e demais encargos ou despesas acessórias.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 5.2.12 Encaminhar, sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, nos seguintes formatos: TV e Cinema, Internet, Rádio, Mídia Impressa e Material Publicitário: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais. Arquivos em alta resolução abertos e/ou finalizados.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Nº 12.232/2010 e Nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.
- 6.3 As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6 É vedada a cotação prévia de preços para o fornecimento de bens ou serviços especializados de empresas em que:
- 6.7 I - um mesmo sócio ou cotista participe de mais de uma empresa fornecedora em um mesmo procedimento;
- 6.8 II - dirigente ou empregado da CONTRATADA tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

6.9 **III** - possuam em seu quadro pessoal servidores, empregados públicos ou dirigentes da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO, ou empregado que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupante de cargo, emprego ou função no Município;

6.10 **IV** - possuam em seus quadros servidor que tenha sido demitido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO.

**6.11 PREPOSTO**

6.11.1 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.11.2 A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.11.3 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**6.11.4 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

6.11.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.12 FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

6.12.1 Cabe ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.12.2 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

6.12.3 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 6.12.4 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.12.5 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- 6.12.6 Adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto;
- 6.12.7 Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12.8 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- 6.12.9 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;
- 6.12.10 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- 6.12.11 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 6.12.12 Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 6.12.13 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- 6.12.13.1 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.13 GESTOR DO CONTRATO**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 6.13.1 Cabe ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 6.13.2 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- 6.13.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.13.4 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.13.5 Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.13.6 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos;
- 6.13.7 Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.13.8 Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo, e setorial quando for o caso;
- 6.13.9 Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 6.13.10 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**7.1 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO SERVIÇO:**

- 7.1.1 A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao solicitado ou especificado.
- 7.1.2 A fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da **CONTRATADA** pela perfeita execução dos serviços objeto do contrato.
- 7.1.3 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da **CONTRATANTE**.
- 7.1.4 A **CONTRATADA** adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, distribuição ou veiculação, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a **CONTRATANTE**.
- 7.1.5 A autorização, pela **CONTRATANTE**, dos planos de mídia e dos serviços executados pela **CONTRATADA** ou por seus fornecedores de bens e de serviços especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação das veiculações e dos serviços.
- 7.1.6 A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidade ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.
- 7.1.7 A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.
- 7.1.8 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à **CONTRATANTE**.
- 7.1.9 A **CONTRATANTE** é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante da **CONTRATADA**.

**7.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 7.2.1 Promover, na forma do art. 25 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o acompanhamento, a fiscalização e execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização da **CONTRATANTE** de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.
- 7.2.2 O **CONTRATANTE** se reserva o direito de solicitar os serviços ora contratados, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.
- 7.2.3 A juízo da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a **CONTRATADA** apresentar poderá ou não vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.
- 7.2.4 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- 7.2.5 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 7.2.6 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 7.2.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**.
- 7.2.8 Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos em contrato.
- 7.2.9 Aplicar a **CONTRATADA** as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.
- 7.2.10 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**.
- 7.2.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.2.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
-





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**7.3 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 7.3.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.3.2 Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.
- 7.3.3 Quanto à Estrutura de Atendimento das Contratadas, em face das necessidades da Administração frente às novas tendências do mercado publicitário, as agências ficarão à disposição da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem, contudo, terem que montar, necessariamente, uma estrutura física no município, na medida em que a proximidade pode ser adequadamente obtida com os recursos digitais disponíveis que apoiam o atendimento e o relacionamento, sem gerar prejuízos aos serviços prestados.
- 7.3.4 Com vistas a garantir excelência na prestação dos serviços, além de um preposto, devem ser estabelecidos os perfis de profissionais e seus quantitativos para composição de uma equipe mínima no quadro da contratada, para atendimento imediato e permanente do contrato, nos moldes abaixo descritos:
- 7.3.4.1 **101 (um) profissional de atendimento**, nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, considerando que este profissional atua como elo estratégico entre a Administração e a agência, sendo responsável pelo correto entendimento das demandas institucionais, pela coordenação das equipes internas e pela garantia de aderência das entregas aos objetivos públicos;
- 7.3.4.2 **201 (um) profissional de criação**, nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, tendo em vista que a concepção criativa de campanhas institucionais exige maturidade técnica, domínio de linguagem publicitária, sensibilidade ao interesse público e capacidade de alinhar criatividade às restrições legais e éticas próprias da publicidade;
- 7.3.4.3 **301 (um) profissional de produção** (impressa, eletrônica, digital e de design/computação gráfica), nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, uma vez que este profissional é responsável pela viabilidade técnica das peças publicitárias,



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

compatibilização de formatos, controle de qualidade, prazos e custos, atividades que exigem conhecimento consolidado e experiência prática prévia;

**7.3.4.401 (um) profissional de mídia**, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, considerando a complexidade do planejamento e da execução de mídia, que envolve análise de dados, negociação com veículos, definição de estratégias de veiculação, mensuração de resultados e otimização do investimento público, atividades que demandam conhecimento técnico aprofundado e experiência comprovada.

**7.3.4.5** Ressalta-se que os prazos exigidos nos subtópicos **7.3.4.1, 7.3.4.2, 7.3.4.3 e 7.3.4.4** não ultrapassam parâmetros razoáveis, estão compatíveis com a complexidade do objeto e não excedem limites legais, estando em consonância com o **art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como com o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas no sentido de que a exigência de experiência mínima é admissível quando tecnicamente motivada e indispensável à boa execução contratual.

**7.3.4.6** Assim, a exigência de experiência profissional mínima para os cargos indicados visa exclusivamente assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados, a eficiência administrativa, a mitigação de riscos operacionais e a proteção do interesse público, sendo medida necessária para a adequada execução do contrato.

**7.3.5** A **CONTRATADA** deve executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e serviços especializados e veículos – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

**7.3.6** Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, profissionais conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

**7.3.7** Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e veículos e transferir à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** as vantagens obtidas.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 7.3.8 O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.
- 7.3.9 Negociar sempre as melhores condições de preço, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.10 Submeter a contratação de fornecedores, para a execução de serviços objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.11 É vedada a **cotação prévia de preços** para o fornecimento de bens ou serviços especializados de empresas em que:
- I - Um mesmo sócio ou cotista participe de mais de uma empresa fornecedora em um mesmo procedimento;
  - II - Dirigente ou empregado da **CONTRATADA** tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.
  - III – Possuam em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
  - IV – Possuam em seus quadros servidor que tenha sido demitido pelo **MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO** por infração prevista em Lei.
- 7.3.12 Obter a aprovação prévia da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, por escrito, para autorizar despesas com serviços especializados prestados por fornecedores, veiculação e qualquer outra relacionada com o contrato.
- 7.3.13 A **CONTRATADA** só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos, por ordem e conta da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, se previamente a identificar e tiver sido por ela expressamente autorizada.
- 7.3.14 Apresentar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, para aprovação do Plano de Mídia de cada campanha ou ação, relação dos meios, praças e veículos dos quais será possível e dos



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade.

- 7.3.15 Apresentar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, como alternativa ao subitem anterior, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, acompanhada de justificativa que demonstrem tal impossibilidade.
- 7.3.16 O estudo de que trata o subitem acima, deve levar em conta os meios, praças e veículos habitualmente programados nos esforços de comunicação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.17 O resultado do Estudo, vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato.
- 7.3.18 Ao final do período de 12 (doze) meses, a **CONTRATADA** apresentará novo estudo, que vigorará durante os 12 (doze) meses seguintes e assim sucessivamente.
- 7.3.19 Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado anteriormente, a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** solicitará novo estudo à **CONTRATADA** e determinar seu novo período de vigência.
- 7.3.20 Encaminhar, sempre que solicitado pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação de mídia paga, nos seguintes formatos:
- a) TV e Cinema: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
  - b) Internet: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
  - c) Rádio: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
  - d) Mídia impressa e material publicitário: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais, com arquivos em alta resolução, abertos e/ou finalizados.
- 7.3.20.1 As peças poderão ser agrupadas em um mesmo Pen Drive, caso atenda à solicitação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.21 Prestar os seguintes serviços a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a suas expensas:



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- a) instituição e manutenção de acervo da propaganda da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, em meio virtual, com as peças produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos;
- b) criação e manutenção de banco de imagens, com as fotos e imagens produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos.

- 7.3.22 A **CONTRATADA** reunir-se-á com a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, para apresentar proposta para o acervo virtual, compreendendo, por exemplo, as especificações técnicas, a sistemática de navegação e de filtros de pesquisa e os formatos dos arquivos.
- 7.3.23 Para a elaboração da proposta a agência deve considerar que o acervo virtual deverá estar funcionando no prazo de 30 (trinta) dias, contado da assinatura deste contrato.
- 7.3.24 Aprovada pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** a proposta passará a integrar o contrato, ressalvado que as partes poderão promover ajustes, sempre que necessários à manutenção do acervo.
- 7.3.25 O acesso ao acervo virtual será feito exclusivamente pela agência e a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, reservada a esta a faculdade de liberar seu uso a quem lhe aprovar.
- 7.3.26 Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e/ou material produzidos.
- 7.3.27 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.28 O material a ser utilizado na distribuição só será distribuído após sua aprovação pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.29 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores e veículos e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por fornecedores e veículos por ela contratados.

- 7.3.30 Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do contrato, que envolvam o nome da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem sua prévia e expressa autorização.
- 7.3.31 Prestar esclarecimentos a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação.
- 7.3.32 Não caucionar ou utilizar o contrato como garantia para qualquer operação financeira.
- 7.3.33 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e seus anexos, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o art. 4º e seu § 1º da Lei Federal nº 12.232/2010.
- 7.3.34 Apresentar, quando solicitado pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 7.3.35 Executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores e veículos, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante seus signatários e a própria **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.36 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.
- 7.3.37 Responder perante a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e fornecedores por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços objeto deste contrato.
- 7.3.38 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 7.3.39 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 7.3.40 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 7.3.41 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.
- 7.3.42 Informar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** os pagamentos feitos a fornecedores e veículos a cada parcela ou ordem bancária de pagamento emitida pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e encaminhar relatório com cópias dos pagamentos até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.
- 7.3.43 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto (no caso de objetos/estruturas físicas) de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 7.3.44 Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que **antecede** a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.3.45 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
-





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 7.3.46 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 7.3.47 Quando for solicitado a **CONTRATADA** deverá enviar a **CONTRATANTE** os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 7.3.48 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a **CONTRATANTE**.
- 7.3.49 A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- 7.3.50 Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 7.3.51 Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.3.52 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação.
- 7.3.53 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
-



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

7.3.54 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.55 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**. Também deverá a **CONTRATADA**, atender os normativos legais, infra legais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

**7.4 DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:**

7.4.1 São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

7.4.2 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**, durante a vigência do contrato;

7.4.3 A contratação de empresas que possuam em seu quadro de pessoal servidores, empregados públicos ou dirigentes da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

7.4.4 A veiculação de publicidade acerca do objeto, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**;

**7.5 DIREITOS AUTORAIS**

7.5.1 A **CONTRATADA** cede à **CONTRATANTE** os direitos patrimoniais do autor das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), campanhas, peças e materiais publicitários, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos e criados em decorrência do Contrato.

7.5.2 O valor da cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas em Contrato.

7.5.3 A **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência do Contrato, com ou sem eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 7.5.4 Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a **CONTRATADA** solicitará de cada contratado **03 (três) orçamentos** para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a **CONTRATANTE** escolha uma das opções.
- 7.5.5 Nos casos de cessão por tempo limitado, a **CONTRATADA** condicionará a contratação do serviço por período mínimo de 12 (doze) meses e utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.
- 7.5.6 Quando a **CONTRATANTE** optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a **CONTRATADA** se compromete a fazer constar dos ajustes que vierem a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:
- 7.5.7 a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes e demais trabalhos assemelhados;
- 7.5.8 b) estabeleçam que a **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.
- 7.5.9 Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.
- 7.5.10 A **CONTRATADA** se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

**7.6 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 7.6.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 7.6.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.6.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.6.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
- 7.6.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 7.6.6 É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 7.6.7 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 7.6.8 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 7.6.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.6.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 7.6.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 7.6.12 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**7.7 ACERVO COMPROBATÓRIO DAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS**

- 7.7.1 Art. 17 da Lei Federal nº 12.232/2010, CAPÍTULO III - DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DA SUA EXECUÇÃO:

*“Art. 17. As agências contratadas deverão, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.”*

- 7.7.2 Em atendimento ao disposto no art. 17 da Lei Federal nº 12.232/2010, a CONTRATADA deverá manter, portanto, durante o período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório contendo a totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.
- 7.7.3 Tal acervo deverá ser organizado de forma clara e acessível, permitindo a verificação da execução dos serviços contratados, bem como a comprovação da conformidade com os objetivos e diretrizes do contrato. A disponibilização deste acervo poderá ser solicitada a qualquer momento pela Administração, para fins de auditoria, controle e prestação de contas.
- 7.7.4 A não observância dessa obrigação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, incluindo advertências, multas ou outras medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo de demais responsabilidades legais.

**7.8 PROPOSTA TÉCNICA**

- 7.8.1 A apresentação das Propostas Técnicas nas licitações publicitárias, deve obedecer às regras específicas que se encontram nos artigos 7º, 8º e 9º da Lei Federal nº 12.232/10.
- 7.8.2 Para efeito de avaliação no julgamento das Propostas Técnicas, a licitante deverá apresentar uma campanha simulada sobre tema hipotético, apresentado na forma de “briefing”, em atendimento ao art. 6º, II, da Lei Federal nº 12.232/10.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 7.8.3 O Plano de Comunicação Publicitária (**ANEXOS A e B**) e Briefing (**ANEXO C**) serão elaborados por equipe técnica da PMAC e constarão no EDITAL, em atendimento aos art. 6º, 7º, 8º e 9º, da Lei Federal nº 12.232/10.

**7.9 ANÁLISE E COMISSÕES DE JULGAMENTO**

- 7.9.1 De acordo com a Lei Nº 12.232/2010, os trabalhos das diversas fases do certame estarão a cargo de Comissão de Contratação, a ser constituída e nomeada de acordo com a Lei Nº 14.133/2021, para administrar todo o processo licitatório; e Subcomissão Técnica, a ser constituída e designada exclusivamente para o julgamento das Propostas Técnicas, de acordo com o previsto no §1º e §2º do art. 10 da Lei Nº 12.232/2010, a ser composta por pessoas formadas em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, in verbis:

“Art. 10. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas.

§1º As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação.

§2º A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação.”

- 7.9.2 Conforme disposto na Lei Nº 12.232/2010 a presente licitação deverá adotar para a composição da Subcomissão Técnica a quantidade mínima de 3 (três) membros, sendo um deles sem vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 7.9.3 Serão adotadas providências para o cadastramento de, ao menos, 9 (nove) nomes a serem submetidos a sorteio dos membros da Subcomissão Técnica, nos termos da Lei Nº 12.232/2010, sendo a ordem de suplência sorteada entre os demais nomes remanescentes, para convocação nos eventuais casos de impedimento de algum dos titulares.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1 Das exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira:**

- 8.1.1 Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos do art. 6º, inciso I, e do art. 11, § 4º, inciso XI, da Lei nº 12.232/2010 e art. 62 da Lei Nº 14.133/21.
- 8.1.2 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.1.3 Os documentos de habilitação serão exigidos apenas pelo licitante vencedor, salvo se a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- 8.1.4 Os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.1.5 A habilitação jurídica será verificada a partir da apresentação dos seguintes documentos:
- 8.1.6 Documento de identificação oficial do representante legal da empresa;
- 8.1.7 Documentos dos sócios com poder de administração;
- 8.1.8 Cópia da última alteração contratual;
- 8.1.9 Declaração de que não contrata menor, salvo na condição de aprendiz
- 8.1.10 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.1.11 Em se tratando de microempreendedor individual (MEI), Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- 8.1.12 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI), ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado na Junta





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 8.1.13 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;
- 8.1.14 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.1.15 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Nº 5.764, de 1971;
- 8.1.16 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.1.17 Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- 8.1.18 Caso não conste prazo de validade, será aceita a certidão emitida em até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação.
- 8.1.19 No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.
- 8.1.20 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observada a exceção disposta no §6º do Art. 69 da Lei nº 14.133, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação dos Documentos de Habilitação.
- 8.1.21 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.

- 8.1.22 Se necessária a atualização do balanço, com suas demonstrações contábeis, e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da licitante e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.
- 8.1.23 O balanço patrimonial deverá estar registrado ou na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa da licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou autenticado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as empresas que utilizem o sistema eletrônico de escrituração e que tenham seus documentos registrados na Junta Comercial, apresentado conforme inciso IV:
- 8.1.24 I. sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto-lei nº 486/1969;
- 8.1.25 II. sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação ou cópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;
- 8.1.26 III. sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede. Caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;
- 8.1.27 IV. para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:
- a) termo de autenticação com a identificação do autenticador;
  - b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- c) termo de abertura e encerramento;
  - d) requerimento de autenticação de Livro Digital;
  - e) recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital.

8.1.28 As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano de existência deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio-gerente e do Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional e autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante:

8.1.29 a) balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação;

8.1.30 b) balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação.

8.1.31 A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

8.1.32 O Balanço deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do patrimônio líquido (PL) e do ativo Especial (AP), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

**Índices de Liquidez Geral**

$$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

**Índices de Liquidez Corrente**

$$LC = AC / PC$$

**Índices de Solvência Geral**

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

**Onde:**

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PNC = Passivo não circulante



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

AT = Ativo Total

**Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:**

Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$

Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$

Índice de Solvência Geral  $\geq 1,00$

8.1.33 Os índices do subitem anterior serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.

8.1.34 A licitante deverá incluir no Invólucro nº 5, comprovante de que possui, no mínimo, patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação, caso apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, para o período de doze (12) meses.

8.1.35 Todos os documentos deverão estar em nome da licitante. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

8.1.36 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.1.37 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.38 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU).

8.1.39 Certidão negativa de débitos referentes à Dívida Ativa Estadual;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 8.1.40 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.1.41 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.1.42 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais Mobiliários e Imobiliários da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.
- 8.1.43 Para empresas sediadas em municípios em que a Certidão Municipal não seja conjunta, deverão ser apresentadas Certidão de Tributos Municipais Mobiliários e Certidão de Tributos Municipais Imobiliários.
- 8.1.44 Relativo aos tributos municipais imobiliários, caso a licitante não possua imóvel cadastrado em seu nome, a mesma deverá apresentar certidão negativa, expedida pela Prefeitura Municipal de seu domicílio ou sede, comprovando esta situação ou declaração da licitante (sob as penas da lei) de que não possui imóvel.
- 8.1.45 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.1.46 Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.
- 8.1.47 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.

**8.2 Da qualificação técnica operacional e profissional:**

- 8.2.1 A) A qualificação técnica exigida corresponderá à comprovação de execução de quantitativos mínimos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) da parcela definida como de valor significativo da contratação, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 8.2.2 b) Os atestados de capacidade técnica operacional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.2.3 c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.2.4 d) Certificado de qualificação técnica de funcionamento operacional, emitido pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.
- 8.2.5 e) O certificado de qualificação técnica de funcionamento operacional emitido para a matriz da agência valerá para a filial.
- 8.2.6 f) O documento obtido no site do CENP ou da entidade equivalente terá sua validade verificada pela Comissão Especial ou Permanente de Licitação.
- 8.2.7 g) Comprovação de possuir em seu quadro permanente ou não, na data prevista para entrega dos Documentos de Habilitação, profissional com formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente, relacionada ao objeto da licitação;
- 8.2.8 g1) a aderência da formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente ao objeto da contratação, disposta na alínea anterior, deverá ser demonstrada pela licitante, por meio da descrição da experiência do profissional indicado e acompanhada da apresentação de cópia autenticada do diploma ou certificado de conclusão de curso, para avaliação da Comissão de Contratação e, nos casos de dúvida, da área técnica vinculada à licitação;
- 8.2.9 g2) o profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá coordenar a execução dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

8.2.10 g3) o profissional indicado pela licitante, para fins de comprovação do vínculo jurídico, deverá apresentar registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato de trabalho ou outro documento equivalente, firmado com a licitante.

**8.3 Documentos Complementares:**

- 8.3.1 Declaração da licitante de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 8.3.2 Declaração da licitante de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 8.3.3 Declaração da licitante de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 8.3.4 Declaração de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.3.5 Certidão negativa de licitante inidôneo emitida pelo TCU;
- 8.3.6 Certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, emitidas pelo Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e pelo Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 8.3.7 Certificado de Registro Cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

8.4 As exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência foram definidas de forma proporcional, razoável e compatível com a natureza e a complexidade do objeto, observando-se





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

os limites constitucionais e legais aplicáveis às contratações públicas. Os documentos requeridos destinam-se exclusivamente à comprovação da aptidão jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica necessária ao regular cumprimento das obrigações contratuais, sem impor restrições indevidas à competitividade.

8.5 Considerando que o objeto envolve serviços de publicidade institucional de natureza especializada, com atuação em múltiplas frentes de execução, incluindo planejamento, criação, produção, veiculação, monitoramento, gestão de mídia, direitos autorais e acervo probatório, mostra-se necessária a exigência de comprovações técnicas e operacionais compatíveis com esse nível de complexidade. Do mesmo modo, os requisitos econômico-financeiros e de regularidade fiscal e trabalhista visam resguardar a Administração quanto à capacidade de execução da futura contratada e à mitigação de riscos de inadimplemento.

8.6 Assim, os critérios estabelecidos no item de habilitação guardam pertinência direta com o objeto licitado e buscam assegurar a contratação de empresa devidamente apta ao atendimento das necessidades da Administração, em observância ao interesse público e à adequada execução contratual.

## **9. DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

9.1 A Licitação de que trata o presente Termo de Referência será processada e julgada pela **Comissão de Licitação**, formada pelos membros designados pelo Chefe do Executivo, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas, nos termos do art. 10º da Lei Federal nº 12.232/2010.

9.2 As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, composta por 03 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

9.3 Um terço dos membros da Subcomissão não poderá manter qualquer vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

9.4 A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, 09 (nove) integrantes, previamente cadastrados



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, conforme o Art. 10, §1º e §2º da Lei Federal nº 12.232/2010.

9.5 A relação dos nomes referidos no subitem anterior será publicada pela Comissão de Contratação no Diário Oficial do Município, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

9.6 O sorteio será processado pela Comissão de Contratação de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

9.7 A relação prevista no subitem **9.3** conterá, separadamente, os nomes dos que mantenham e os dos que não mantenham vínculo com a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

9.8 Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem **9.3**, mediante a apresentação à Comissão de Contratação de justificativa para a exclusão. O interessado que desejar impugnar pessoa integrante da relação deverá entrar com processo junto a Secretaria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, situado na sede do Executivo Municipal, na Av. da Liberdade, S/N, Praia dos Anjos, das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), com razões escritas.

9.9 Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

9.10 A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto nos subitens anteriores.

9.11 Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido.

9.12 A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

9.13 A Comissão de Contratação poderá ser assessorada tecnicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres quando por ela solicitados.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

## **10. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

### **10.1. Primeira Sessão:**

- 10.1.1. Os Invólucros com as Propostas Técnicas (Invólucros nº 01 a 03) e as Propostas de Preços (Invólucro nº 04) serão entregues à Comissão de Contratação, em sessão pública, na data, local e horário determinados em Edital.
- 10.1.2. Os representantes legais das Licitantes, ou seus procuradores regularmente constituídos e presentes, assinarão a Lista de Presença, após o que será declarada aberta a reunião.
- 10.1.3. É vedada a participação, na sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnicas e Comercial, dos membros designados para a Subcomissão Técnica.
- 10.1.4. Os invólucros padronizados com a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária não serão recebidos pela Comissão de Contratação no caso de apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a Licitante.
- 10.1.5. É vedado o lançamento de qualquer código, sinal ou marca nos Invólucros padronizados ou nos documentos que compõem a Via Não Identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- 10.1.5.1. O Invólucro nº 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada (Invólucro nº 1) que possibilite a identificação da autoria deste, antes da abertura do Invólucro nº 2.
- 10.1.6. Recebidos os Invólucros, a Comissão de Contratação retirará o conteúdo do Invólucro nº 01 – Proposta Técnica - Plano de Comunicação Via Não Identificada e abrirá o Invólucro nº 03 – Proposta Técnica - Conjunto de Informações. As propostas serão rubricadas pelos seus respectivos membros e pelos representantes das Licitantes presentes à sessão, facultada a designação de um deles para representar todas as Licitantes.
- 10.1.6.1. O Invólucro nº 02 - Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada e o Invólucro nº 04 – Proposta de Preço, permanecerão lacrados em poder da Comissão de Contratação e deverão ser rubricados no fecho por seus membros e pelos Representantes Legais presentes.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

10.1.7. Os Invólucros abertos e todo o seu conteúdo serão encaminhados à Subcomissão Técnica para análise e julgamento.

10.1.8. A Subcomissão Técnica procederá a análise individualizada e julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada (Invólucro nº 01) e do Conjunto de Informações (Invólucro nº 03), respeitado o procedimento legal e conforme critérios e quesitos estabelecidos neste Termo de Referência, desclassificando-se as Propostas que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas nesse instrumento.

10.1.9. Serão elaboradas pela Subcomissão Técnica **duas atas** relativas (I) ao julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada e (II) ao julgamento dos quesitos referentes ao Conjunto de Informações e, posteriormente, encaminhadas à Comissão de Contratação, juntamente com as Propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

10.1.9.1. A Subcomissão Técnica justificará os pontos concedidos em cada item do critério de avaliação.

**10.2. Segunda Sessão:**

10.2.1. Recebidas as atas de julgamento, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apuração do resultado geral das Propostas Técnicas, com os seguintes procedimentos:

- f) Abertura do Invólucro nº 02 com a Via Identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- g) Cotejo entre as Vias Identificadas e as Não Identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria.
- h) Verificação da Pontuação Total obtida pelas agências, conforme critérios estabelecidos nos **Anexos A, B e C**.
- i) Elaboração de planilha com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada Proposta Técnica, obtendo-se o resultado final do julgamento geral da Proposta Técnica.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

j) Proclamação do resultado do julgamento geral da Proposta Técnica, registrando-se em ata as Propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

e.1) O resultado do julgamento geral da Proposta Técnica será publicado no Diário Oficial do Município e/ou outros sítios eletrônicos oficiais, indicando as licitantes desclassificadas e as classificadas, em ordem decrescente de pontuação.

10.2.2. Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de sua publicação.

10.2.3. O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

10.2.4. Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.

10.2.5. Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à abertura do Invólucro nº 04 com as Propostas de Preços das licitantes classificadas na fase anterior.

**10.3. Terceira Sessão:**

10.3.1. Na sessão de abertura dos Invólucros nº 04 – Propostas de Preços – as agências cujas Propostas Técnicas foram desclassificadas terão seus Invólucros nº 04 devolvidos fechados, mediante recibo específico a ser anexado ao processo, procedendo-se em seguida à abertura dos Invólucros nº 4 das agências classificadas.

10.3.2. Uma vez abertos os Invólucros nº 04 das agências classificadas, as Propostas de Preços e seus anexos serão rubricados pela Comissão de Contratação e pelos representantes, legais ou credenciados, presentes e serão analisadas conforme as condições estabelecidas no item abaixo.

10.3.3. A Comissão de Contratação calculará os pontos de cada quesito a ser valorado conforme a seguinte tabela:

<b>Quesitos - Honorários</b>	<b>Pontos (P)</b>
------------------------------	-------------------



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 1</b> da Proposta de Preços	P1 = 1,0 X (Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 2</b> da Proposta de Preços	P2 = 1,0 X (Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 3</b> da Proposta de Preços	P3 = 1,0 X (Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços previstos no <b>Item 4</b> da Proposta de Preços	P4 = 1,0 X (Honorários)
Para efeitos de cálculo dos pontos de cada licitante, o termo "honorários" será substituído nas fórmulas da coluna pontos pela respectiva porcentagem constante de sua planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo "%".	

10.3.4. A NPP responderá a soma algébrica dos pontos obtidos nos quesitos constantes na tabela referida no subitem anterior, como segue:

$$NPP = P1 + P2 + P3 + P4$$

10.3.5. Será considerada como Melhor Proposta de Preços a licitante que obtiver o menor preço na soma da **NPP - Nota da Proposta de Preço** e assim sucessivamente.

10.3.6. Serão avaliadas e valoradas as propostas segundo os critérios abaixo:

Pontos	Percentual de honorários
100	Menor % de honorário
98	Segundo menor % de honorário
96	Terceiro menor % de honorário
94	Quarto menor % de honorário
92	Quinto menor % de honorário
90	Demais % de honorário



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

10.3.7. Caso mais de 1 (uma) licitante obtenha o menor preço na soma da NPP - Nota da Proposta de Preço, estas receberão a mesma pontuação e assim sucessivamente.

10.3.8. Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor/percentual em desacordo ao estipulado em todo o subitem **11.12**.

**10.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES:**

10.4.1. O cálculo da Pontuação Final (PF) das licitantes será de acordo com a média ponderada da Nota da Proposta Técnica (NPT) e da Nota da Proposta de Preços (NPP), sendo obtida através da fórmula abaixo:

$$PF = (NPT \times 0,70) + (NPP \times 0,30)$$

PF = Pontuação final

NPT = Pontuação relativa à proposta técnica

NPP = Pontuação relativa à proposta de preço

10.4.2. A Comissão de Contratação elaborará a ordem de classificação das agências com a devida divulgação do resultado.

10.4.3. Será vencedora desta concorrência a licitante que tiver obtido a maior Pontuação Final (PF).

10.4.4. Havendo empate, o desempate se dará através da atribuição da maior nota aos quesitos da proposta técnica, na seguinte ordem:

- a) Estratégia de Comunicação Publicitária;
- b) Ideia criativa;
- c) Raciocínio Básico e
- d) Estratégia de Mídia e Não Mídia.

10.4.5. Persistindo ainda assim o empate, a decisão será feita por sorteio público, em modalidade e data a serem definidas pela Comissão de Contratação.

10.4.6. Cabe recurso contra o resultado do julgamento das Propostas de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de sua publicação ou da lavratura da ata, quando presente todas as licitantes.





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

10.4.7. O recurso que cause alteração da classificação enseja a republicação do resultado e reabre o prazo recursal.

10.4.8. Admite-se novo recurso apenas se fundamentado em novas razões ou novos argumentos agregados ao resultado em razão do julgamento do recurso anterior.

10.4.9. Não provido eventual recurso interposto ou não havendo recurso contra o resultado do julgamento final das propostas, a Comissão de Contratação convocará sessão pública, com antecedência mínima de dois dias úteis, destinada à apresentação do Invólucro nº 05 – Documentos de Habilitação pelas LICITANTES classificadas no julgamento final das propostas, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e nesse Termo de Referência.

**10.5. Quarta Sessão:**

10.5.1. Encerrado o prazo para a interposição de recurso em face do resultado final do julgamento das propostas, as licitantes classificadas serão convocadas pela Comissão de Contratação para apresentação dos documentos de habilitação.

10.5.2. Os documentos de habilitação de cada Licitante serão entregues à Comissão de Contratação no Invólucro nº 05, em data, hora e local estabelecidos pela Comissão de Contratação.

10.5.3. O Invólucro nº 5 deverá estar devidamente lacrado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

INVÓLUCRO Nº 5 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE, EMAIL E FAX DA LICITANTE

**10.5.3.1. Numeração de Folhas e Documentos:**

a) Todas as folhas da documentação de habilitação - inclusive as folhas índices e de separação - deverão ser rubricadas pelo representante legal da licitante.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

b) No início da documentação deverá ser apresentado um índice, contendo todos os documentos de habilitação e a(s) página(s) em que se encontra(m).

10.5.3.2. A Comissão de Contratação solicita que as licitantes apresentem toda a documentação de habilitação com as folhas numeradas ressaltando que eventual falta de numeração, não será motivo de inabilitação.

10.5.3.3. Será obrigação da licitante comunicar imediatamente à Comissão de Contratação, mudanças de endereço, telefone, fax, razão social.

10.5.3.4. Os Documentos de Habilitação deverão ter todas as suas páginas rubricadas por representante legal da licitante e ser apresentados:

I - em via original; ou

II - sob a forma de certificado emitido por sistema oficial de registro cadastral unificado;

10.5.3.5. Os Documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno específico, com suas páginas numeradas sequencialmente.

10.5.3.6. Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão de Contratação.

10.5.3.7. Para se habilitar, a licitante deverá apresentar a documentação, na forma prevista neste instrumento.

## 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, porém ressalta-se que a utilização do mesmo não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11.2 O **IMR** é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. É uma ferramenta que a Administração pode utilizar para identificar o grau de adimplemento contratual, constituindo, assim, meio de prova a ser analisado, no momento de eventual fase de renovação contratual.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 11.3 **A cada prestação dos serviços**, o Contratante realizará avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados e calculará a Nota de Avaliação, considerando os pontos perdidos nas avaliações dos indicadores estabelecidos na tabela abaixo, considerando registros próprios da Fiscalização.
- 11.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 11.4.1 não produziu os resultados acordados; ou
- 11.4.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 11.4.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 11.4.4 Os pontos atribuídos a cada ocorrência refletem o nível de impacto da falha nos objetivos primários da contratação, como a segurança, eficácia, controle, e economicidade dos **serviços de publicidade**.
- 11.5 Os pagamentos da contratada poderão sofrer reduções caso os níveis mínimos de qualidade não sejam atingidos. Para mensurar esses fatores serão utilizados os indicadores do quadro adiante:
- 11.6 A elaboração do **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** para a contratação de **serviços de publicidade**, exige a definição de pontuações claras para cada não conformidade, a fim de calcular a Nota de Avaliação e aplicar a glosa devida.
- 11.7 Utilizando como base o modelo IMR, que aplica um sistema cumulativo de pontos para apurar a glosa, e adaptando os indicadores para a complexidade da **Publicidade** (que envolve agenciamento, intermediação com veículos de comunicação, fornecimento com instalação e manutenção de estruturas, impressões específicas e monitoramento e desenvolvimento das métricas de desempenho das campanhas), o IMR é estruturado da seguinte forma:
- 11.8 **Indicadores de Desempenho e Pontuação por Ocorrência**
-



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

11.8.1 Os pontos atribuídos a cada ocorrência refletem o nível de impacto da falha nos objetivos primários da contratação, como a **segurança, eficácia, controle, e economicidade** dos **serviços de publicidade**.

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA (NÃO CONFORMIDADE)	CLASSIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO (NMA) POR OCORRÊNCIA
1	<b>Atraso na Entrega de Peças Criativas:</b> Não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos para a entrega de qualquer peça criativa (artes digitais, vídeos estilo VT, vídeos para mídias sociais, spots, arte folder A4) para aprovação e/ou veiculação.	Comprometimento do cronograma e eficácia da campanha.	1.0 ponto
2	<b>Erros Graves em Peças Criativas:</b> Entrega de peças (mídia impressa/digital) com erros factuais, ortográficos, de identidade visual ou desalinhamento grave com o <i>briefing</i> aprovado.	Dano à imagem institucional e ineficácia da comunicação.	1.5 pontos
3	<b>Falha de Conformidade na Veiculação (Mídia):</b> Realização de inserções (rádio, TV, sites, jornais, Busdoor) em veículos, horários, locais ou formatos diferentes dos negociados/aprovados no plano de mídia.	Prejuízo ao alcance e ineficácia do investimento.	1.2 pontos
4	<b>Falha na Execução de Mídia Exterior (Outdoor/Busdoor):</b> Falha na instalação, na manutenção da estrutura (outdoor) ou na qualidade da impressão/adesivagem que comprometa a visualização ou segurança, ou atraso na remoção da peça.	Dano à imagem e risco operacional/visual.	1.0 ponto
5	<b>Não Conformidade em Custos e Impulsionamento:</b> Aplicação incorreta de descontos, sobrepreço em custos de veiculação (se aplicável), ou desvio de <i>budget</i> de impulsionamento em mídias sociais dos parâmetros definidos e aprovados.	Falha na economicidade e risco de sobrepreço.	0.8 ponto



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

6	<b>Não Entrega ou Intempestividade de Relatórios:</b> Não emissão ou envio incompleto/intempestivo dos relatórios operacionais e gerenciais mensais exigidos (incluindo monitoramento de métricas e desenvolvimento das campanhas).	Prejuízo ao controle e à fiscalização.	0.7 ponto
7	<b>Falha na Entrega de Dados/Métricas:</b> Entrega de relatórios de desempenho, <i>dashboards</i> ou métricas essenciais de campanha com informações incorretas, incompletas ou fora do padrão definido.	Falha técnica na conformidade e prejuízo estratégico.	0.8 ponto
8	<b>Falha de Acesso a Plataformas Essenciais:</b> Impedir o acesso, por falha técnica ou configuração incorreta, a bases de dados, plataformas de impulsionamento ou relatórios essenciais à fiscalização da campanha.	Interrupção de processo essencial de controle.	0.8 ponto
9	<b>Não Manutenção das Condições de Habilitação:</b> Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório (ex.: regularidade fiscal, qualificação técnica).	Falha legal/administrativa central.	1.0 ponto
10	<b>Ausência Injustificada do Representante da Contratada (Preposto):</b> Falta injustificada do preposto da contratada em reuniões técnicas ou administrativas convocadas formalmente pela fiscalização.	Falha de comunicação e gestão contratual.	0.3 ponto

11.8.2 A glosa será calculada com base na soma dos pontos acumulados em determinado serviço prestado. Quanto maior a pontuação, maior a glosa aplicada ao valor líquido da fatura.

11.8.3 O **Índice de Aproveitamento** é o resultado da subtração do percentual glosado (faixa) de 100%.

NÚMERO DE PONTOS PERDIDOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO ALCANÇADO (%)	GLOSA APLICADA (%) SOBRE O VALOR DA FATURA
---------------------------	--	--



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

<b>1 (um) ponto</b>	Advertência, sem glosa na fatura.	<b>0%</b>
<b>2 (dois) pontos</b>	99%	<b>1%</b>
<b>3 (três) pontos</b>	98%	<b>2%</b>
<b>4 (quatro) pontos</b>	97%	<b>3%</b>
<b>5 (cinco) pontos</b>	96%	<b>4%</b>
<b>6 (seis) pontos</b>	95%	<b>5%</b>
<b>7 (sete) pontos</b>	94%	<b>6%</b>
<b>Acima de 7 (sete) pontos</b>	Abaixo de 94% (6% + 1% por ponto extra)	<b>6% + 1% por ponto extra</b>

**11.9 Do recebimento:**

- 11.9.1 Os bens (estruturas físicas outdoor) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 11.9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 11.9.3 O recebimento definitivo de estruturas físicas (outdoor) ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 11.9.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 11.9.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, com comunicação a Contratada para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertence à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 11.9.6 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 11.9.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 11.10 Da Liquidação:**
- 11.10.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- 11.10.1.1 a descrição do serviço;
  - 11.10.1.2 o prazo de validade;
  - 11.10.1.3 a data de emissão;
  - 11.10.1.4 os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 11.10.1.5 o período respectivo de execução do contrato;
  - 11.10.1.6 o valor a pagar; e
  - 11.10.1.7 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.10.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que a





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 11.10.3 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das documentações constantes no art. 68 da Lei 14.133/21.
- 11.10.4 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 11.10.5 Constatando-se junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 11.10.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10.7 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.
- 11.10.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao Sicaf.

**11.11 Do prazo de pagamento:**

11.11.1 O pagamento deverá ser realizado observando a Ordem Cronológica e demais orientações previstas e impostas pela Lei Federal 14.133/21, com ênfase nos artigos 141 a 146 desta mesma Lei.

11.11.2 O pagamento deverá ser realizado em até 30 dias após recebimento da Nota Fiscal.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

11.11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.11.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**11.12. DA REMUNERAÇÃO DAS AGÊNCIAS / FORMA DE PAGAMENTO:**

11.12.1. Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** será remunerada conforme disposto nas



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

cláusulas a seguir:

11.12.2. **ITEM 1)** A **CONTRATADA** fará jus a honorários de 15% (quinze por cento), incidentes sobre os custos de serviços e suprimentos externos, orçados junto a fornecedores especializados, referentes ao planejamento, supervisão e à execução de peças, nos termos do item 3.6.1 e 3.6.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP. Poderá ser admitida a apresentação de desconto sobre o percentual de 15%, limitado a até 1/3 (um terço) do referido percentual, resultando em honorários não inferiores a 10% (dez por cento).

11.12.3. Os serviços e os suprimentos externos terão os seus custos orçados junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores especializados, aprovados previamente pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**.

11.12.4. **ITEM 2)** A **CONTRATADA** fará jus a honorários de no mínimo 05% e máximo 10% por cento, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material **quando a responsabilidade da Agência limitar-se exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento**, nos termos do item 3.6.2 e 3.6.3 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP.

11.12.5. **ITEM 3)** A **CONTRATADA** fará jus aos honorários de no mínimo 05% e máximo 10% por cento sobre os preços dos bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes:

I) à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação **NÃO** lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

II) à reimpressão de peças publicitárias (entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas).

III) à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

11.12.6. **ITEM 4)** A CONTRATADA fará jus a honorários de até 35% (trinta e cinco por cento), incidentes sobre a Lista de Custos Referencial de Serviços Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio de Janeiro (SINAPRO – RJ), como remuneração pelos custos dos serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria Agência referente a peças publicitárias **NÃO** destinadas a veiculação em qualquer mídia geradora do “Desconto-Padrão de Agência”.

11.12.7. Os honorários de que tratam os subitens anteriores serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da **CONTRATADA**.

11.12.8. A **CONTRATADA** fará jus ao “Desconto-Padrão de Agência” de no mínimo 20% (vinte por cento) em conformidade as Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), concedido pelos veículos de divulgação, de acordo com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966. O “Desconto-Padrão de Agência” é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010 e de acordo com o item 2.5 das Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão).

11.12.9. A **CONTRATADA** não fará jus:

11.12.10. a) ao ressarcimento dos custos internos dos serviços por ela executados, nos termos da alínea ‘c’ do subitem 3.11.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária – CENP, cuja distribuição PROPORCIONE o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

11.12.11. b) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidente sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

**CONTRATADA**, referente à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, quando sua distribuição/veiculação lhe PROPORCIONE o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

11.12.12. c) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição lhe PROPORCIONE o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

11.12.13. d) a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

11.12.14. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO** não pagará nenhum outro valor além do preço contratado, cabendo à Licitante considerar todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização dos serviços objeto desta licitação, tais como: despesas com mão-de-obra, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, alimentação, hospedagem, transporte de equipe da Licitante, materiais, equipamentos, frete, seguros, tributos e contribuições para fiscais assim como lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

11.12.15. Despesas com deslocamento de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela **CONTRATADA**, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**.

11.12.16. Quando houver ressarcimento de despesas com deslocamento de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, deverão ser



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

apresentados comprovantes de passagens, diária, locação de veículos, entre outros, a fim de aferir a execução da despesa e assegurar seu pagamento pelo líquido, sem a incidência de honorários.

11.12.17. As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO**, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

**11.13. Do Reajuste**

11.13.1. Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta, podendo ser reajustado a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela **CONTRATADA** e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, consoante a seguinte fórmula:

$$P_n = (I_n / I_o) \times P_o$$

Onde:

P<sub>n</sub> = Preço do mês desejado.

I<sub>n</sub> = índice referente ao mês de aniversário da proposta da **CONTRATADA**.

I<sub>o</sub> = índice referente à data de apresentação da proposta pela **CONTRATADA**.

P<sub>o</sub> = Preço Inicial.

11.13.2. A **CONTRATADA** não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria **CONTRATADA**, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

11.13.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

11.13.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

motivaram e aos saldos quantitativos porventura existentes.

- 11.13.5. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário da proposta serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

## 12. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 12.1 Trata-se de contratação de empresa para o fornecimento de Serviços de Publicidade Institucional e Utilidade Pública para o atendimento da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, com valor estimado no ETP, qual seja **R\$ 6.430.928,58** (Seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos). As normas que regem as licitações e contratações de serviços de publicidade, prestados por intermédio de agências de propaganda aos órgãos e entidades públicos, estão estabelecidas na Lei Federal nº 12.232/2010.
- 12.2 Não obstante a legislação específica, o art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 12.232/2010 determina que a Lei de Licitações nº 14.133/21 e a Lei nº 4.680/1965 sejam aplicadas de forma complementar. Cumpre ressaltar que, embora a Lei Federal nº 12.232/2010 mencione a Lei Federal nº 8.666/1993, é fundamental observar que tal regramento não está mais em vigor, tendo em vista sua revogação pela Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.3 Além disso, o Art. 186 da Lei Nº 14.133/2021 afirma que as disposições desta Lei se aplicam subsidiariamente à Lei Nº 12.232/2010. Isso reforça a aplicabilidade da Lei 14.133/2021 para a contratação em questão, assegurando que os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia sejam observados.
- 12.4 Nesse sentido, é importante mencionar a disposição prevista no art. 5º da Lei Federal nº 12.232/2010, quanto à necessidade de observar as modalidades licitatórias previstas nessa lei específica. De acordo com o art. 6, Inciso XXXVIII Alínea “c” da Lei Nº 14.133/2021, do tipo de licitação concorrência, determina que o critério de julgamento "técnica e preço" são utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, e serviços especiais como é o presente caso, ao tempo em que o art. 5º da Lei Nº 12.232/2010,





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

que disciplina as licitações e contratações de serviços de publicidade pela Administração Pública, estabelece como obrigatória a adoção de “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

12.5 A escolha é fundamentada também pelo Art. 36 da Lei Nº 14.133/2021, que permite a utilização desses critérios quando o objeto do contrato envolver fatores de técnica predominante ou de natureza intelectual, especialmente em serviços de natureza artística, como é o caso dos serviços de publicidade.

12.6 A escolha da agência de publicidade deve ser baseada na capacidade técnica e na proposta de preço, conforme Art. 36 da Lei Nº 14.133/2021, que mostra que a avaliação pode considerar a qualidade técnica da proposta, garantindo assim a seleção da agência que melhor atenda às necessidades da Prefeitura de Arraial do Cabo. A ponderação entre técnica e preço deve ser definida no instrumento convocatório, permitindo uma avaliação equilibrada entre a qualidade técnica e o custo dos serviços.

12.7 A "Nova" Lei de Licitações, em seu art. 17, § 2º, estabelece que os certames devem ser realizados, preferencialmente, de forma eletrônica. As licitações realizadas no âmbito desta Municipalidade, em regra, ocorrem de forma eletrônica. Contudo, em razão das especificidades procedimentais da Lei Federal nº 12.232/2010, esta equipe técnica entende que o mais adequado seria a realização do certame no formato presencial, visto que a plataforma não é tecnicamente adequada para recepcionar o procedimento e em face da existência de particularidade singular no tocante a contratação.

12.8 O modo de disputa será fechado, considerando a previsão constante no art. 5º da Lei Federal 12.232/2010 que indica o critério de julgamento que deverá ser utilizado, bem como, com fulcro na vedação constante no art. 56, §2º da Lei Federal 14133/2021, que diz que “A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.”

12.9 Vale destacar que a própria Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 17, § 2º, possui previsão expressa no sentido de que, havendo motivação, as licitações poderão ocorrer presencialmente, desde que a sessão pública seja registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, garantindo a lisura do certame.

12.10 Registra-se, ainda, que a opção pelo formato presencial filmado tem o objetivo de resguardar a transparência, a segurança jurídica e o controle externo e interno, em consonância com o



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

disposto no art. 11, § 4º, da Lei nº 12.232/2010, que determina que a apresentação e defesa das propostas técnicas ocorram em sessão pública. Por conseguinte, o registro audiovisual integral será utilizado como mecanismo de verificação da legalidade dos atos e da lisura do procedimento, alinhando-se ao princípio da transparência, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, aplicado de forma subsidiária.

12.11 É solicitado que as licitantes apresentem peças na Proposta Técnica (Invólucro 1) e Repertório (Invólucro 3) que serão analisadas pela comissão técnica.

12.12 Essas peças têm tamanhos, formatos e cores específicas, produzidas em programas de design gráfico de alta resolução e impressas em diversos tamanhos bem como impressos em cores distintas. Uma tela de computador, por exemplo, distorce principalmente as cores, o que colocaria o julgamento sob judice.

12.13 Caso a Administração Pública opte pela impressão dessas peças, além de acarretar novos custos ao processo, fato que a Prefeitura não dispõe de impressoras e outros meios que reproduzam fielmente o material transmitido eletronicamente, não haveria como garantir que tamanhos, formatos e cores do material enviado fossem impressos fidedignamente, como na apresentação original, colocando dessa forma o julgamento sob judice.

12.14 Noutro ponto, a concorrência na forma presencial poderá possibilitar que sejam promovidos esclarecimentos de forma imediata durante a sessão da concorrência presencial, verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços. Há de se ressaltar também que a opção pela forma presencial não produz alteração no resultado final do certame. A presença física dos licitantes pode conferir maior transparência e segurança ao processo, especialmente em serviços sensíveis e peculiares como publicidade.

12.15 Diante do acima exposto, justifica-se a escolha da concorrência pública, na forma presencial, como modalidade de licitação é a mais adequada para a contratação de uma agência de publicidade pela Prefeitura, conforme os requisitos e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, garantindo a seleção de uma proposta que ofereça tanto a expertise técnica necessária quanto um custo eficiente para a administração pública.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

12.16 Ademais, é relevante destacar que, em razão de o critério de julgamento exigido pela Lei Federal nº 12.232/2010 ser "melhor técnica" ou "técnica e preço", a modalidade que se encaixa ao processamento das licitações da referida lei é a Concorrência. O Pregão, que deve ser "menor preço" ou "maior desconto" (art. 6º, inc. XLI, da Lei nº 14.133/2021), acaba por afastar implicitamente a sua aplicabilidade.

12.17 Por fim, é possível concluir que a realização do certame utilizando a modalidade Concorrência, em formato presencial e filmado, pelo critério de julgamento "técnica e preço" e modo de disputa fechado, configura medida legítima, excepcional e proporcional, adotada quando inviável a utilização do meio eletrônico, garantindo o fiel cumprimento das normas legais e a observância aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade, eficiência, moralidade e impessoalidade.

### 13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.430.928,58 (Seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme relatório de Economicidade realizado pela Secretaria Municipal de Compras e Licitações.

13.2 Foram realizadas pesquisas diretas com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação; consulta a última tabela (vigente) referencial de preços sobre produção de peças publicitárias emitida pela SINAPRO-RJ; pesquisas em sítios eletrônicos; atas de registro de preços e contratos de outros Órgãos Públicos e foi identificada contratação anterior formalizada dentro da própria Administração.

13.3 Ademais, foi utilizada a média por campanhas como método para chegar a um valor estimado da contratação.

13.4 Cumpre mencionar que, no Estudo Técnico Preliminar do presente processo, foram estimados os serviços que compõem o objeto desta licitação — contratação de agência de publicidade — para fins de estabelecer noção de valor capaz de atender às necessidades desta municipalidade, considerando que o objeto central da contratação é a própria agência de publicidade, e não os serviços de forma isolada.

13.5 Destaca-se que os serviços de publicidade possuem natureza técnica e artística, com especificidades que variam de acordo com o contexto e o momento de execução. Dessa



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

forma, não é possível mensurar previamente, de forma exata, as quantidades e custos de cada ação, uma vez que tais elementos dependerão da análise estratégica e criativa que a agência vencedora realizará diante de cada demanda apresentada pela Administração.

- 13.6 Além disso, os custos variam conforme fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, que são dinâmicos e podem alterar significativamente as soluções de comunicação necessárias — motivo pelo qual a quantificação prévia detalhada de cada item poderia comprometer a flexibilidade e a adequação das campanhas futuras.
- 13.7 Contudo, foi realizada a estimativa de valor para cada nível de campanha (municipal, estadual e nacional), sem especificar a quantidade de serviços, justamente para preservar a autonomia técnica e linha criativa da agência na definição dos meios e estratégias mais adequadas a cada ação, visto que ela detém a expertise.
- 13.8 Assim, o quantitativo e valor de campanhas foi formalizado por nível, abrangência e objetivo, mantendo-se dentro dos limites estimados no ETP, permitindo que eventuais remanejamentos sejam realizados sem ultrapassar o valor global previamente fixado.

#### 14. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 14.1. A presente contratação está aderente ao planejamento da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** que mantém o cumprimento das contratações de bens e serviços conforme demanda, como forma de garantir o perfeito funcionamento da instituição com segurança operacional, boas condições para o exercício da administração e com totais garantias para o atendimento de suas atividades fins.
- 14.2. Para tanto a **Prefeitura** mantém seus atos de planejamento e controle atualizados e em permanente modernização, tendo entre seus objetivos melhorar os procedimentos de aquisições, na forma e no momento mais adequado.
- 14.3. A contratação observará os princípios da **eficiência, economicidade e transparência**, garantindo que a despesa ocorra dentro dos limites orçamentários e financeiros definidos pelo



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

**Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).**

- 14.4. A execução da despesa será realizada conforme o cronograma de desembolso financeiro estabelecido pelo setor competente da Prefeitura, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a correta alocação dos recursos, conforme o disposto no **artigo 115 da Lei nº 14.133/2021**.
- 14.5. Caso haja necessidade de suplementação orçamentária para a continuidade dos serviços, esta será realizada mediante autorização legislativa, respeitando os limites impostos pela **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** e os critérios estabelecidos no **artigo 8º da Lei nº 14.133/2021**, garantindo a legalidade da despesa e sua compatibilidade com a programação financeira do município.
- 14.6. A administração deverá garantir que a execução financeira do contrato seja monitorada de forma contínua, utilizando mecanismos de controle interno e auditoria, conforme preconizado nos **artigos 169 a 174 da Lei nº 14.133/2021**, para evitar inconsistências na aplicação dos recursos públicos.
- 14.7. A contratada somente poderá emitir fatura correspondente aos serviços prestados após a confirmação da disponibilidade orçamentária e financeira, devendo a Administração atestar o serviço antes da liberação dos valores, conforme o **artigo 140 da Lei nº 14.133/2021**.
- 14.8. Em síntese, a contratação pretendida está alinhada ao **Planejamento de Contratação Anual 2026** (que se encontra em fase final de elaboração), onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e processo.

## **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte adequação orçamentária:

- Natureza da despesa 3.3.90.00.00.
- Elemento de despesa 39 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
- Fonte de recurso 1704.

## 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Pelo descumprimento, irregularidade ou inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos Art. 155, 156, 157, 158, 159 e 160 da Lei Federal Nº 14.133/2021, observadas a gravidade da conduta, o contraditório e ampla defesa, infração administrativa, sujeita a penalidades, nos termos da referida Lei.

**Arraial do Cabo, 30 de março de 2026.**

<b>Elaborado por:</b>          <b>Edmilson Mota Felix</b> Assessor Especial II Mat. 67.540	<b>Aprovado por:</b>          <b>Suellen Rodrigues Cardoso</b> Gabinete do Prefeito Chefe de Gabinete Matrícula: 67.071
--	--



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO II – ANEXOS A e B DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO A – FORMA DE APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA**

**INVÓLUCRO Nº 01 – VIA NÃO IDENTIFICADA**

**INVÓLUCRO Nº 02 – VIA IDENTIFICADA**

**1. PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA**

Todos os textos deverão ser elaborados a partir das informações do **Briefing – ANEXO C**.

1.1. **Raciocínio Básico** – Texto de até 5 (cinco) páginas apresentado em papel A4, branco, folhas soltas com 75 gr/m2 e numeradas em todas as páginas pelo editor de textos a partir da primeira página interna em algarismo arábico no canto inferior direito da página, orientação retrato, com espaçamento de 2 cm das margens esquerda e direita e margens superior e inferior, a partir da borda, com fonte Arial corpo 12, com espaçamento “simples” entre as linhas, texto justificado, sem recuo nos parágrafos e linhas subsequentes, cor ‘automático’, sem negrito, itálico ou sublinhado (que identifique a autoria da proposta). O texto apresentará um diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária do **MUNICÍPIO**, a compreensão da Licitante sobre o objeto da licitação e os desafios de comunicação a serem enfrentados. Deve conter a avaliação do papel de comunicação publicitária como instrumento de comunicação social utilizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO**, considerando a compreensão de suas atividades, de sua relação com seus diversos públicos e de sua dimensão social, política e econômica.

1.2. **Estratégia de Comunicação Publicitária** – Texto de até 5 (cinco) páginas apresentado em papel A4, branco, folhas soltas com 75 gr/m2 e numeradas em todas as páginas pelo editor de textos a partir da primeira página interna em algarismo arábico no canto inferior direito da página, orientação retrato, com espaçamento de 2 cm das margens esquerda e direita e margens superior e inferior, a partir da borda, com fonte Arial corpo 12, com espaçamento “simples” entre as linhas, texto justificado, sem recuo nos parágrafos e linhas subsequentes, cor ‘automático’, sem negrito, itálico ou sublinhado (que identifique a autoria da proposta). O texto indicará/defenderá as linhas gerais da proposta para suprir o desafio e alcançar os resultados e metas de comunicação desejados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO** e onde se definem os objetivos de comunicação e como as campanhas publicitárias apresentadas no item “Ideia Criativa” pretendem resolvê-los.

1.3. Os subquestos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráficos e/ou tabelas, observadas as seguintes regras:

- a) os gráficos ou tabelas poderão ser editados em cores;





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

b) os dados e informações dos quadros e ou tabelas devem ser editados na fonte 'arial', estilo 'normal', cor 'automático', tamanho '10 pontos';

c) as páginas em que estiverem inseridos os gráficos e ou tabelas poderão ser apresentadas em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite de páginas previsto, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4.

**1.4. Ideia Criativa** – Texto de até 4 (quatro) páginas apresentado em papel A4, branco, folhas soltas com 75 gr/m2 e numeradas em todas as páginas pelo editor de textos a partir da primeira página interna em algarismo arábico no canto inferior direito da página, orientação retrato, com espaçamento de 2 cm das margens esquerda e direita e margens superior e inferior, a partir da borda, com fonte Arial corpo 12, com espaçamento “simples” entre as linhas, texto justificado, sem recuo nos parágrafos e linhas subsequentes, cor 'automático', sem negrito, itálico ou sublinhado (que identifique a autoria da proposta). O texto apresentará a relação de todas as peças e ou material que julgar necessários para a execução da sua proposta de “Estratégia de Comunicação Publicitária”, como previsto no subitem **1.2**, com comentário sobre cada peça e ou material.

**1.4.1.** Da relação prevista na alínea anterior, escolher e apresentar como exemplos 10 (dez) peças e ou material que julgar mais indicados para corporificar objetivamente sua proposta de solução do desafio de comunicação, conforme explicitado na estratégia de comunicação publicitária. As peças da campanha destinadas à mídia impressa ou outras apresentações deverão ser apresentadas em pranchas com no máximo 42x30 cm (formato A3) e as peças eletrônicas cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais; podem ser apresentadas sob a forma de roteiro, leiaute e ou story-board impressos, para qualquer meio, story-board animado ou animatic, para TV e Cinema, só serão aceitos exemplos finalizados em caso de peças ou material não mídia. Essas peças de criação não fazem parte do limite estabelecido de texto, de 4 (quatro) páginas, proposto neste item.

**1.5. Estratégia de Mídia e Não Mídia** – Texto de sem limites de páginas apresentado em papel A4, branco, folhas soltas com 75 gr/m2 e numeradas em todas as páginas pelo editor de textos a partir da primeira página interna em algarismo arábico no canto inferior direito da página, orientação retrato, com espaçamento de 2 cm das margens esquerda e direita e margens superior e inferior, a partir da borda, com fonte Arial corpo 12, com espaçamento “simples” entre as linhas, texto justificado, sem recuo nos parágrafos e linhas subsequentes, cor 'automático', sem negrito, itálico ou sublinhado (que identifique a autoria da proposta). No texto, a Licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas por ela sugeridas, em função da verba disponível para a campanha apresentada, incluindo seleção de meios e considerando a necessidade de atingir o público da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO**; alternativas de mídias segmentadas; planilhas e quadro resumo que identificarão as peças a serem veiculadas ou distribuídas e suas respectivas quantidades, inserções e custos nominais de produção e de veiculação, em função da verba disponível para a campanha apresentada.

**1.5.1.** – O subquesto 1.5 poderá ter gráficos e/ou tabelas, observadas as seguintes regras:

a) os gráficos ou tabelas poderão ser editados em cores;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

b) os dados e informações dos quadros e ou tabelas devem ser editados na fonte 'arial', estilo 'normal', cor 'automático', tamanho '10 pontos';

**OBS.:** A via identificada do Plano de Comunicação Publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, com a identificação da licitante, sem os exemplos de peças e ou material referentes à Ideia Criativa.

**INVÓLUCRO Nº 03 – CONJUNTO DE INFORMAÇÕES**

**2. Capacidade de Atendimento** - A licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem a Capacidade de Atendimento em caderno específico, em papel A4, com ou sem uso de cores, com fonte Arial corpo 12, rubricadas e assinadas na última folha por quem detenha poderes de representação da licitante. Não há limitação de número de páginas para apresentação da Capacidade de Atendimento.

2.1 Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem 2 poderá ser editada em papel A3 dobrado.

2.2 Os documentos e informações e o caderno específico mencionados no subitem 2 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Invólucro nº 02.

2.3 A Capacidade de Atendimento será constituída de textos, tabelas, gráficos, diagramas, fotos e outros recursos, por meios dos quais a licitante apresentará:

- a) relação nominal dos seus principais clientes à época da licitação e os conceitos de seus produtos e serviços no mercado;
- b) a quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de estudo e planejamento, criação, produção de rádio, TV, cinema, internet, produção gráfica, mídia e atendimento;
- c) as instalações, a infraestrutura e os recursos materiais que estarão à disposição para a execução do contrato;
- d) a sistemática de atendimento e a discriminação dos prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;
- e) a discriminação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO**, sem ônus adicionais, na vigência do contrato.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

3. **Repertório** – A licitante deverá apresentar os documentos, informações, peças e material que constituem o Repertório em caderno específico, em papel A4, com ou sem uso de cores, com fonte Arial corpo 12, rubricadas e assinadas na última folha por quem detenha poderes de representação da licitante. Não há limitação de número de páginas para apresentação da Capacidade de Atendimento.

3.1 Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem 3 poderá ser editada em papel A3 dobrado.

3.2 Os documentos e informações e o caderno específico mencionados no subitem 3 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Invólucro nº 02.

3.3 O Repertório será constituído de peças e ou materiais concebidos e veiculados, expostos ou distribuídos pela licitante.

3.4 A licitante deverá apresentar 10 (dez) peças ou material, independentemente do seu tipo ou característica e da forma de sua veiculação, exposição ou distribuição.

3.5 Somente serão consideradas as peças e ou os materiais veiculados, expostos ou distribuídos nos últimos 10 (dez) anos.

3.6 As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais.

3.7 As peças gráficas poderão integrar o caderno específico previsto no subitem 3, em papel A4 ou A3 dobrado, ou ser apresentadas separadamente. Em todos os casos, deverá ser preservada a capacidade de leitura das peças e deverão ser indicadas suas dimensões originais.

3.8 Se a licitante apresentar peças em quantidade inferior à estabelecida (10 (dez) peças), sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional ao número de peças apresentadas. A proporcionalidade será obtida mediante a aplicação da regra de três simples em relação à pontuação máxima prevista no **subitem 3 (Repertório) do Item II (Da Pontuação) do ANEXO B** do Termo de Referência.

3.9 Para cada peça e ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição e ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou cada peça.

4. **Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação** – A licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação em caderno específico, em papel A4, com ou sem uso de cores, com fonte Arial corpo 12, rubricadas e assinadas na última folha por quem detenha poderes de representação da licitante.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

4.1 Os documentos e informações e o caderno específico mencionados no subitem 4 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Invólucro nº 02.

4.2 Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem 4 poderá ser editada em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite de páginas previsto abaixo, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4.

4.3 A licitante deverá apresentar 2 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 2 (duas) páginas de papel A4, em que serão descritas soluções bem-sucedidas de problemas de comunicação planejadas e propostas por ela e implementadas por seus clientes.

4.4 Somente serão consideradas as propostas implementadas nos últimos 10 (dez) anos.

4.5 Se a licitante apresentar apenas 1 (um) relato, sua pontuação máxima, neste quesito, será equivalente à metade de pontuação máxima prevista no **subitem 4 (Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) do item II (Da Pontuação) do ANEXO B** do Termo de Referência.

4.6 Os relatos deverão estar formalmente referendados pelos respectivos clientes e não podem referir-se a ações executadas no âmbito de contratos de prestação de serviços de publicidade de que a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** seja ou tenha sido signatária.

4.7 A formalização do referendo deverá ser feita no próprio relato elaborado pela licitante, na última página, devendo constar a indicação do nome empresarial do cliente, o nome e o cargo ou função do signatário.

4.8 É permitida a inclusão de até 5 (cinco) peças e ou material, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, para cada Relato.

I - as peças eletrônicas deverão ser fornecidas em Pen Drive;

II - as peças gráficas poderão integrar o caderno específico previsto no subitem 4, em papel A4 ou A3 dobrado, ou ser apresentadas separadamente. Em todos os casos, deverão ser indicadas suas dimensões originais;

III - para cada peça e ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a indicação sucinta do problema que se propuseram a resolver.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO B - DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

**I – DA ANÁLISE:**

- a) As Propostas Técnicas das licitantes serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.
- b) As Propostas Técnicas serão analisadas pela Subcomissão sendo as notas atribuídas devidamente justificadas, considerando-se os critérios estabelecidos neste Anexo.
- c) Serão levados em conta, como critério de julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta, em cada quesito ou subquesito:

**1. PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA**

**1.1 Raciocínio Básico - a acuidade de compreensão sobre:**

1.2 As ações de comunicação publicitária objeto desta licitação;

1.2.1 O desafio de comunicação a ser enfrentado pela **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**;

1.2.2 Os objetivos, gerais e específicos, de comunicação a serem alcançados em relação ao desafio de comunicação.

**1.3 Estratégia de Comunicação Publicitária**

1.3.1 A adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** e ao desafio de comunicação a ser enfrentado;



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

1.3.2 A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos;

1.3.3 A riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO** com seus públicos;

1.3.4 A adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do desafio de comunicação;

1.3.5 A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta;

1.3.6 A capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**, o desafio de comunicação a ser enfrentado, seus públicos, os objetivos, geral e específicos, de comunicação e a verba disponível.

#### 1.4 **Ideia Criativa**

1.4.1 Sua adequação ao desafio de comunicação;

1.4.2 Sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante;

1.4.3 Sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo;

1.4.4 A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;

1.4.5 A originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

1.4.6 A simplicidade da forma sob a qual se apresenta;



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- 1.4.7 Sua pertinência às atividades de comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**;
- 1.4.8 Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e ou material apresentados;
- 1.4.9 A exequibilidade das peças e ou do material;
- 1.4.10 A compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e ou no material aos meios e aos públicos propostos.
- 1.5 Estratégias de Mídia e Não Mídia**
- 1.5.1 O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários;
- 1.5.2 A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos;
- 1.5.3 A consistência do plano simulado de distribuição das peças e ou do material em relação às duas alíneas anteriores;
- 1.5.4 A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**;
- 1.5.5 A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e ou do material;
- 1.5.6 A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

## **2 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO**

- 2.1 O porte e a tradição dos clientes atuais da licitante e o conceito de seus produtos e serviços no mercado;





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

- 2.2 A experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias;
- 2.3 A adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária implementada pela **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**;
- 2.4 A adequação da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato;
- 2.5 A operacionalidade do relacionamento entre a **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** e a licitante, esquematizado na proposta;
- 2.6 A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

### **3 REPERTÓRIO**

- 3.1 A ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver;
- 3.2 A qualidade da execução e do acabamento da peça e ou material;
- 3.3 A clareza da exposição das informações prestadas;

### **4 RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO**

- 4.1 A evidência de planejamento publicitário;
- 4.2 A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;
- 4.3 A relevância dos resultados apresentados;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**  
**PROCESSO Nº: 2625/2025**

4.4 A concatenação lógica da exposição.

## II – DA PONTUAÇÃO

c) A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de **100 (cem) pontos** e será apurada segundo a metodologia a seguir.

d) Aos quesitos ou subquesitos serão atribuídos, no máximo, os seguintes pontos:

QUESITOS	SUBQUESITOS
12 <b>Plano de Comunicação Publicitária (65 pontos)</b>	V. Raciocínio Básico (10 pontos)
	VI. Estratégia de Comunicação (20 pontos)
	VII. Ideia Criativa (20 pontos)
	VIII. Estratégia de Mídia e Não Mídia (15 pontos)
13 <b>Capacidade de Atendimento (15 pontos)</b>	
14 <b>Repertório (10 pontos)</b>	
15 <b>Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação (10 pontos)</b>	
<b>Pontuação Geral Global</b>	<b>100</b>

### 1 Plano de Comunicação Publicitária: 65 (sessenta e cinco) pontos, assim divididos:

#### a. Raciocínio Básico: 10 (dez) pontos, assim ponderados:

A acuidade de compreensão sobre:

i.As ações de comunicação publicitária objeto desta licitação: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu
2 pontos = atendeu parcialmente



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

0 ponto = não atendeu
-----------------------

ii.O desafio de comunicação a ser enfrentado pela **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
--------------------

1.5 pontos = atendeu parcialmente
-----------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

iii.Os objetivos, gerais e específicos, de comunicação a serem alcançados em relação ao desafio de comunicação:  
3 (três) pontos.

3 pontos = atendeu
--------------------

1.5 pontos = atendeu parcialmente
-----------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

**b. Estratégia de Comunicação Publicitária: 20 (vinte) pontos:**

i.A adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO** e ao desafio de comunicação a ser enfrentado: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu
--------------------

2 pontos = atendeu parcialmente
---------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

ii.A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu
--------------------

2 pontos = atendeu parcialmente
---------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

iii.A riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO** com seus públicos: 3 (três) pontos;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

iv.A adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do desafio de comunicação: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

v.A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

vi.A capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**, o desafio de comunicação a ser enfrentado, seus públicos, os objetivos, geral e específicos, de comunicação e a verba disponível: 3 (três) pontos.

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

**c. Ideia Criativa: 20 (vinte) pontos:**

i.Sua adequação ao desafio de comunicação: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

ii. Sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

iii. Sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

iv. A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

v. A originalidade da combinação dos elementos que a constituem: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

vi. A simplicidade da forma sob a qual se apresenta: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

vii. Sua pertinência às atividades de comunicação da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

0 ponto = não atendeu
-----------------------

viii.Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e ou material apresentados: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
--------------------

1 pontos = atendeu parcialmente
---------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

ix.A exequibilidade das peças e ou do material: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
--------------------

1 pontos = atendeu parcialmente
---------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

x.A compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e ou no material aos meios e aos públicos propostos: 2 (dois) pontos.

2 pontos = atendeu
--------------------

1 pontos = atendeu parcialmente
---------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

**d. Estratégia de Mídia e Não Mídia: 15 (quinze) pontos:**

i.O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
--------------------

1.5 ponto = atendeu parcialmente
----------------------------------

0 ponto = não atendeu
-----------------------

ii.A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
--------------------



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

1 ponto = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

iii.A consistência do plano simulado de distribuição das peças e ou do material em relação às duas alíneas anteriores: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

iv.A pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da **PREFEITURA DE ARRÁIAL DO CABO**: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

v.A economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição das peças e ou do material: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

vi.A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa: 2 (dois) pontos.

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

**2 Capacidade de Atendimento: 15 (quinze) pontos:**





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

- a. O porte e a tradição dos clientes atuais da licitante e o conceito de seus produtos e serviços no mercado: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- b. A experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- c. A adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária implementada pela **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- d. A adequação da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- e. A operacionalidade do relacionamento entre a **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO** e a licitante, esquematizado na proposta: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- f. A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da **PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO**, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato: 2 (dois) pontos.

2 pontos = atendeu
1 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

**3 Repertório: 10 (dez) pontos:**

- a. A ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver: 4 (quatro) pontos;

4 pontos = atendeu
2 pontos = atendeu parcialmente
0 pontos = não atendeu

- b. A qualidade da execução e do acabamento da peça e ou material: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- c. A clareza da exposição das informações prestadas: 3 (três) pontos.

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

**4 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: 10 (dez) pontos:**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- a. A evidência de planejamento publicitário: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- b. A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução: 2 (dois) pontos;

2 pontos = atendeu
1 ponto = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- c. A relevância dos resultados apresentados: 3 (três) pontos;

3 pontos = atendeu
1.5 pontos = atendeu parcialmente
0 ponto = não atendeu

- d. A concatenação lógica da exposição: 2 (dois) pontos.

2 = atendeu
1 = atendeu parcialmente
0 = não atendeu

- e) A pontuação do quesito corresponderá à média aritmética dos pontos de cada membro da Subcomissão Técnica.

- f) A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- g) Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo desta licitação.
- h) A nota de cada licitante corresponderá à soma dos pontos dos quesitos.
- g) Será considerada melhor classificada, na fase de julgamento da Proposta Técnica, a licitante que obtiver a maior nota.
- h) Será desclassificada a Proposta que:
- h.1 Não atender às exigências do Edital e de seus anexos;
- h.2 Não alcançar, no total, a nota mínima de 70 (setenta) pontos;
- h.3 Obter pontuação zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos.

**III – DO JULGAMENTO E ATAS DAS PROPOSTAS**

17 A Subcomissão Técnica procederá a análise individualizada e julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada (Invólucro nº 01) e do Conjunto de Informações (Invólucro nº 03), respeitado o procedimento legal e conforme critérios e quesitos estabelecidos neste Termo de Referência, desclassificando-se as Propostas que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas nesse instrumento, observado o disposto no Termo de Referência.

18 Serão elaboradas pela Subcomissão Técnica **duas atas** relativas (I) ao julgamento do Plano de Comunicação Publicitária Via Não Identificada e (II) ao julgamento dos quesitos referentes ao Conjunto de



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026  
PROCESSO Nº: 2625/2025

---

Informações e, posteriormente, encaminhadas à Comissão de Contratação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO III – BRIEFING**

**ANEXO C - BRIEFING DA CAMPANHA MODELO**

**Serviços de publicidade institucional para Temporada de Avistamento de Baleias em Arraial do Cabo - RJ**

**1. Introdução**

Desde 2022, o Município de Arraial do Cabo desenvolve ações de divulgação relacionadas à Temporada de Avistamento de Baleias, com foco em consolidar o município como referência nacional na categoria, sendo esta incluída no Calendário Anual de Eventos entre os meses de junho e setembro.

Com o crescimento da presença das baleias-jubarte na costa brasileira, e com Arraial do Cabo se destacando como ponto estratégico de observação, a Prefeitura vem realizando ações contínuas de educação ambiental, divulgação e sensibilização junto à população e visitantes. De acordo com o Instituto Baleia Jubarte, o município é um dos melhores pontos de avistamento terrestre da migração de baleias no país.<sup>1</sup> A Temporada de Baleias, como chamada, tornou-se, já em 2025, uma das mais relevantes iniciativas ambientais, turísticas e culturais do município e movimentou a região no período considerado “baixa temporada”.

As campanhas, até o momento, foram desenvolvidas pela comunicação institucional da Prefeitura e da Fundação Municipal do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (FUNTEC), com desenvolvimento de material gráfico e digital para os meios de comunicação controlados pelo município (instagram, facebook e site oficial). Considerando o potencial estratégico da temporada para o desenvolvimento econômico e ambiental local, evidencia-se a necessidade de expandir o alcance da comunicação institucional.

Essa ampliação demanda planejamento técnico-profissional, presença multicanal e inserção em territórios comunicacionais de maior escala, tais como rádio, internet, TV, mídia exterior, eventos e feiras especializadas. Assim, justifica-se a contratação de agência de publicidade apta a desenvolver estratégias integradas, peças especializadas e campanhas de alta complexidade.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

## **2. Importância da Educação Ambiental e do Ecoturismo**

A temporada de baleias é uma oportunidade singular para sensibilizar residentes, visitantes e operadores turísticos sobre a conservação marinha, práticas sustentáveis e a importância de respeitar as normas de avistamento responsáveis.

As ações de 2025 incluíram tenda de educação ambiental, palestras com especialistas, visita a uma baleia inflável, orientação a embarcações sobre observação responsável, entre outras.

Campanhas ampliadas possibilitam a difusão massiva de informações educativas, o incentivo à observação responsável, o fortalecimento da consciência ambiental e a formação de cidadãos mais informados sobre a biodiversidade da costa brasileira.

A publicidade institucional cumpre, portanto, papel essencial de educação ambiental em larga escala, conforme previsto em políticas públicas nacionais e internacionais de conservação.

## **3. Economia e Vocação Turística**

A Temporada de Baleias ocorre de junho a setembro, período tradicionalmente classificado como baixa temporada no município. A promoção do avistamento incentiva também o fluxo turístico sustentável, distribuindo renda ao longo do ano e movimentando setores. Além de:

- a) equilibrar a sazonalidade turística;
- b) manter a ocupação da rede hoteleira e de serviços;
- c) gerar impacto econômico positivo sem sobrecarregar a cidade em meses de alta demanda;
- d) fortalecer o destino turístico e consolidar o calendário anual de atrativos e eventos;

Assim, a ação publicitária de ampla escala tem efeito direto na contribuição e no fomento econômico do setor turístico local. Segundo matéria da VEJA Rio (2025)<sup>2</sup>, o turismo de observação tem alto valor agregado, evidenciando o potencial econômico para o município de Arraial do Cabo. Investir na campanha significa consolidar a imagem institucional do município em múltiplos níveis de alcance, ampliando competitividade e visibilidade.





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

Trata-se de investimento com possibilidade de alto potencial de retorno em reputação, fortalecimento de marca territorial e geração de valor para os próximos anos. Atualmente, a Prefeitura realiza campanhas físicas e digitais, porém o alcance é limitado geograficamente e pelas ferramentas internas disponíveis.

Com a contratação de uma agência, será possível expandir essas campanhas, isso permitirá a promoção do destino turístico de Arraial do Cabo além dos limites físicos e digitais atualmente atingidos, fortalecendo a imagem do município no turismo, na sustentabilidade e na educação ambiental.

**4. Aspectos Históricos e Identitários**

Arraial do Cabo possui tradição histórica ligada ao mar, à pesca e às atividades náuticas. Além de possuir uma das mais ricas biodiversidades marinhas do país, sendo considerada a Capital Nacional do Mergulho desde 2023 por meio da Lei nº 14.716/23. Sua vocação natural é reforçada pela corrente de ressurgência e pelo ecossistema preservado, o que torna suas águas estratégicas para a rota migratória da jubarte.

O avistamento de cetáceos resgata essa vocação natural da cidade como local de biodiversidade marinha e reforça seu posicionamento identitário. Valorizar esse patrimônio natural por meio da comunicação institucional fortalece:

- a) o sentimento de pertencimento da população;
- b) educação ambiental comunitária através do engajamento das escolas e projetos locais;
- c) o reconhecimento público de Arraial do Cabo como destino de natureza e conservação, trabalho realizado também pela Secretaria Municipal de Turismo;
- d) a construção de memória coletiva associada às baleias como símbolo cultural e ambiental.
- e) Oportunidades de novos negócios;

O município vem investindo na consolidação de sua identidade como capital do avistamento de baleias na região sudeste, com projetos instalados desde 2022 e reforçados em 2025, como portais temáticos, esculturas e lunetas acessíveis em pontos de observação, ações conjuntas levaram Arraial do Cabo a ganhar cobertura midiática espontânea em 2025.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**4.1. Da caça à conservação: Arraial do Cabo reescreve sua história e se torna refúgio das baleias**

- a) Arraial do Cabo, conhecida por suas águas cristalinas e paisagens deslumbrantes, também carrega uma trajetória marcada por episódios históricos relevantes. Um dos marcos mais antigos remonta a 1503, quando Américo Vespúcio desembarcou na então Praia da Rama, hoje Praia dos Anjos, durante suas expedições pelo litoral brasileiro.
- b) Séculos depois, esse mesmo local voltaria a ganhar notoriedade por um motivo completamente distinto. Em 1960, foi instalada ali a chamada “fábrica de baleia”, operada pela empresa japonesa Taiyo Fishery Company. A unidade funcionou até 1964, dedicando-se à caça e ao processamento das baleias, aproveitando óleo, carne e ossos para fins comerciais. O empreendimento encerrou suas atividades naquele mesmo ano, devido a problemas de administração e à queda na demanda internacional, embora a proibição da caça no Brasil só tenha sido oficializada em 1987.
- c) O espaço que antes abrigava a atividade baleeira ganhou um novo significado com a instalação do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM). Vinculada à Marinha do Brasil, a instituição se tornou um importante centro de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços voltados às Ciências do Mar — um marco da transformação ambiental e histórica vivida pela cidade.
- d) Essa mudança simboliza a nova relação de Arraial do Cabo com o oceano. O que antes foi cenário de exploração, hoje é reconhecido como um verdadeiro santuário natural. A cidade consolidou-se como um dos pontos mais importantes da rota migratória das baleias, especialmente das jubartes, que passam pela região entre junho e setembro em sua jornada anual.
- e) Com esse novo capítulo, Arraial do Cabo fortalece o turismo consciente, priorizando a observação responsável e a educação ambiental. Iniciativas como o evento Temporada de Baleias, a instalação de réplicas em tamanho real e de lunetas para observação terrestre reforçam o compromisso do município com a preservação marinha e a sensibilização da população e dos visitantes. Além disso, em 2025 foi aprovada a Lei da Cultura Oceânica, que institui a promoção do tema em toda a rede municipal de ensino, ampliando ainda mais o alcance das ações de conscientização.

**5. Sustentabilidade e Desafios**

A ampliação da publicidade não se destina apenas à atração de turistas, como também ao fortalecimento do bem-estar social e econômico da população cabista e o turismo sustentável. A expansão do interesse turístico exige comunicação clara sobre:

- a) práticas de avistamento responsável;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- 
- b) limites e regras estabelecidas pelas legislações ambientais;
  - c) importância da proteção dos cetáceos e do ecossistema;
  - d) combate à desinformação e ao turismo irregular.

Somente uma campanha estruturada, planejada e tecnicamente orientada pode mitigar riscos, orientar operadores e evitar danos ambientais. A publicidade institucional, nesse caso, atua como instrumento de governança e gestão responsável da atividade, pois a presença das baleias exige reforço contínuo à proteção ambiental, orientação e fiscalização sobre embarcações, prevenção de acidentes, divulgação de boas práticas e o estímulo a um turismo consciente e seguro. A comunicação profissionalizada, multicanal e eficiente ajuda a minimizar riscos, disseminar informações corretas e valorizar a biodiversidade marinha.

**6. Público-alvo da campanha**

A campanha deverá contemplar:

- a) turistas nacionais (Regiões com maior origem de turistas: São Paulo - 15,7%, Minas Gerais - 13,4%, Rio de Janeiro - 12,5%, Paraná - 2,8%, Espírito Santo - 1,9%, Rio Grande do Sul - 1,7%, Santa Catarina - 1,5%, Goiás - 1,4%, Outros - 2,3%)
- b) turistas internacionais (Argentina, Chile, EUA, Europa, Paraguai)
- c) população do município
- d) agências de viagem
- e) moradores da região dos Lagos e do RJ
- f) embarcações, operadores turísticos e pescadores
- g) famílias, escolas e estudantes
- h) público de ecoturismo, fotografia e observação marinha

**7. Planejamento e Estratégia de Mídia**

A campanha precisa ter coerência visual e narrativa, fator essencial para fortalecer a marca turística de Arraial do Cabo. Portanto, a agência deverá:

- a) estudar o comportamento do público;
- b) definir os melhores canais de investimento;
- c) negociar veiculações;
- d) produzir relatórios de desempenho;
- e) ampliar alcance de forma mensurável e eficiente;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**7.1 Ampliação do Alcance Regional, Estadual, Nacional e Internacional**

A comunicação precisa ultrapassar o público local. A agência permitirá a inserção estratégica de Arraial do Cabo em:

- a) campanhas integradas com operadoras de turismo;
- b) presença em feiras nacionais e internacionais;
- c) redes de hotéis e companhias aéreas;
- d) veículos de comunicação de grande circulação;

**8. Indicadores de Sucesso**

- a) aumento de visitantes na baixa temporada;
- b) crescimento do alcance de mídia;
- c) ampliação do engajamento digital;
- d) incremento da ocupação hoteleira;
- e) presença em feiras especializadas;
- f) relatórios de desempenho comprovando eficiência.

**9. Conclusão**

Considerando a relevância ambiental, turística e econômica da Temporada de avistamento de baleias, bem como o papel estratégico de Arraial do Cabo como destino nacional de ecoturismo, é técnica e administrativamente justificável a contratação de agência de publicidade para desenvolvimento, produção e veiculação de campanhas multicanal. A medida visa ampliar o alcance institucional, fortalecer a educação ambiental, fomentar o turismo sustentável, gerar renda, reforçar a proteção dos cetáceos e consolidar a imagem do município como referência nacional no avistamento de baleias.

**10. Valor Referencial**

Para fins exclusivos de elaboração da **CAMPANHA MODELO** apresentada neste briefing, fica estabelecido o valor referencial de **R\$400.000,00**, o qual deverá servir unicamente como parâmetro para o desenvolvimento das peças e estratégias propostas pelas licitantes na composição de sua documentação técnica. Esclarece-se que esta campanha modelo possui caráter meramente ilustrativo e não corresponde, necessariamente, a técnica e valor que serão adotados na execução contratual futura, caso venha a ser celebrada. Trata-se, portanto, de referência técnica destinada exclusivamente à avaliação das propostas apresentadas no âmbito deste certame.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

---

**11. Referências**

1. **G1.** Baleias-jubarte dão espetáculo no mar de Arraial do Cabo durante temporada de avistamento. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2025/06/08/baleias-jubarte-dao-espetaculo-no-mar-de-arraial-do-cabo-durante-temporada-de-avistamento.ghml>
2. **VEJA RIO.** Temporada de baleias-jubarte chega a Arraial do Cabo. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/temporada-baleias-jubarte-arraial-do-cabo/>
3. **TV GLOBO / FANTÁSTICO.** O repórter Carlos de Lannoy mostra como ações de conservação em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em Arraial do Cabo estão ajudando a aumentar o número de baleias jubarte e franca. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/video/o-fantastico-percorreu-as-principais-praias-onde-baleias-e-filhotes-estao-dando-um-espetaculo-de-beleza-e-renascimento-13830555.ghml>

**Arraial do Cabo, RJ, 13 de janeiro de 2026.**

---

ELABORADO POR:

**Edmilson Mota Felix**

Assessor Especial II

Matrícula: 67.540



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO IV – MODELO DE PROCURAÇÃO**

Proponente: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

**Outorgado:**

Representante devidamente qualificado

**Objeto:**

Representar a outorgante na **Concorrência nº XX / ano**.

**Poderes:**

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto, negociar novos preços e condições, firmar termos de compromisso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Arraial do Cabo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

---

nome completo da licitante, nome, cargo e assinatura dos representantes legais



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Comissão Contratação

Referente à Concorrência nº 008/ 2026 – Contratante

**1. Preços sujeitos a valoração**

1.1 Declaramos que, na vigência do contrato, adotaremos os seguintes preços para os serviços descritos:

**ITEM 1)** Fará jus a honorários de \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), incidentes sobre os custos de serviços e suprimentos externos, orçados junto a fornecedores especializados, referentes ao planejamento, supervisão e à execução de peças, nos termos do item 3.6.1 e 3.6.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP. Poderá ser admitida a apresentação de desconto sobre o percentual de \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), limitado a até 1/3 (um terço) do referido percentual, resultando em honorários não inferiores a 10% (dez por cento). Os serviços e os suprimentos externos terão os seus custos orçados junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores especializados, aprovados previamente pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRÁIAL DO CABO**.

**ITEM 2)** A **CONTRATADA** fará jus a honorários de no mínimo \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), e máximo \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), por cento, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material **quando a responsabilidade da Agência limitar-se exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento**, nos termos do item 3.6.2 e 3.6.3 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP.

**ITEM 3)** A **CONTRATADA** fará jus aos honorários de no mínimo \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), e máximo \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento), sobre os preços dos bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes:

**I)** à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação **NÃO** lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

**II)** à reimpressão de peças publicitárias (entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas).

**III)** à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

**ITEM 4)** A **CONTRATADA** fará jus a honorários de até 35% (trinta e cinco por cento), incidentes sobre a Lista de Custos Referencial de Serviços Internos do Sindicato das Agências de Propaganda do Rio de Janeiro (SINAPRO – RJ), como remuneração pelos custos dos serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria Agência referente a peças publicitárias **NÃO** destinadas a veiculação em qualquer mídia geradora do “Desconto-Padrão de Agência”.

13.2.1 Os honorários de que tratam os subitens anteriores serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da **CONTRATADA**.

13.4.2 A **CONTRATADA** fará jus ao “Desconto-Padrão de Agência” de no mínimo 20% (vinte por cento) em conformidade as Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), concedido pelos veículos de divulgação, de acordo com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966. O “Desconto-Padrão de Agência” é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010 e de acordo com o item 2.5 das Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão).





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

13.5 O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação.

13.6 A licitante que não aceitar prorrogar o prazo de validade expirado na abertura dos invólucros com as Proposta de Preços ou antes do encerramento do certame será desclassificada.

1.2 Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.3 O prazo de validade desta Proposta de Preços é de ..... (por extenso) dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 12.10.3 do Termo de referência.

**2. Outras declarações**

2.1 Estamos cientes e de acordo com as disposições alusivas a direitos patrimoniais de autor e conexos.

2.2 Estamos cientes de que o CONTRATANTE procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

2.3 Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais com fornecedores de bens e de serviços especializados e veículos de divulgação, transferindo ao CONTRATANTE todas as vantagens obtidas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

2.4 Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de bens e de serviços especializados e aos veículos de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo do CONTRATANTE.

2.5 Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Termo de Referência da concorrência em questão.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2026  
Local e data

\_\_\_\_\_  
nome completo do CONTRATANTE, nome, cargo e assinatura dos representantes legais



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

---

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) , portador(a) do Documento de Identidade n.º , inscrito no CPF sob o nº , como representante da licitante, inscrita no CNPJ sob o nº , para participar da licitação acima referenciada, instaurada pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta de preços, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e data:

Assinatura:

Nome legível:

Qualificação:



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

**CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

A empresa , inscrita no CNPJ, sediada (endereço completo) declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua contratação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data:

(nome e identificação do declarante)



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**  
**CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal o  
(a) Sr. (a) , portador do Documento de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº ,  
DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição  
da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e  
não emprega menor de dezesseis anos.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data.

(nome e identificação do declarante)



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO IX- MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL  
CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

A empresa , devidamente inscrita sob o CNPJ nº. com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de cumprimento do exigido neste processo licitatório, DECLARA sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto da Concorrência nº XXXXXX, e concorda com todas as exigências contidas no edital e anexos, declarando, por fim, que aceita e submete-se a todas as condições estabelecidas.

Local e data.

(nome e identificação do declarante)



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO CONCORRÊNCIA Nº  
008/2026**

A empresa , devidamente inscrita sob o CNPJ nº.

com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de cumprimento do exigido neste processo licitatório, DECLARA, sob as penas da lei, que não se enquadra em nenhuma das hipóteses restritivas do artigo nº 14, da Lei Federal nº 14.133/21.

Local e data.

(nome e identificação do declarante)



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

---

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.

(a)

, portador do Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_

e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de qualificação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e data.

(nome e identificação do declarante)



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE PRIVACIDADE E  
PROTEÇÃO DE DADOS CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

A empresa                      inscrita no CNPJ sob o nº                      , por intermédio de seu representante legal o (a)  
Sr. (a)

                    , portador do Documento de Identidade nº

                    e inscrito no CPF sob o nº                      DECLARA, sob as penas da Lei, que se adequa à legislação de  
privacidade e proteção de dados vigente (Lei Federal nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados —  
LGPD) e alterações.

Local e data.

(nome e identificação do declarante)





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO XIII- DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ **DECLARO**, para fins de contratação de prestação de serviços, que:

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Comissão de Contratação, ou de servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento).

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Comissão de Contratação Público ou de servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento).

Nome do membro: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO XIV - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio de seu Representante Legal, abaixo firmado, assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações e obrigações relacionadas a este termo de referência.

Por este termo de confidencialidade e sigilo compromete-se:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso;
3. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.
4. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica a abaixo assinada ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

\_\_\_/\_\_\_/2019

Local e data

Assinatura

(Representante legal da empresa)

RG Nº/ CPF nº



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO XV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES**

---

A CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_xx.\_/\_\_\_\_-x, por intermédio de seu representante legal, Sr....., portador do CPF nº ....., em atendimento ao subitem XX do Edital de Licitação n.º \_\_/xxxx\_\_ e ao subitem XX do Contrato nº \_\_/\_\_\_\_, formalizado com a CONTRATANTE, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

I – Não exerce ou não exercerá, direta ou indiretamente, atividade que implique na prestação de serviços ou relação de negócios com pessoa jurídica, durante a vigência do contrato, que tenha objetivos conflitantes com os interesses ou com as atividades finalísticas da CONTRATANTE; e

II – Não pratica ou não praticará ato que comprometa o interesse público, em benefício de pessoa física que tenha objetivos conflitante com as atividades finalísticas da CONTRATANTE, durante a execução contratual, seja na condição de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, dos sócios ou dirigentes da CONTRATADA.

\_\_\_/\_\_\_/2026

Local e data

Assinatura

(Representante legal da empresa)



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**ANEXO XVI– MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
PUBLICIDADE QUE, ENTRE SI, FAZEM O MUNICÍPIO DE  
ARRAIAL DO CABO POR INTERMÉDIO DO(A) GABINETE DO  
PREFEITO, E A NOME AGÊNCIA CONTRATADA**

**CONTRATO Nº XXXX / ANO**

A Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo por intermédio do Gabinete do Prefeito O(A)....., CNPJ nº ....., sediado em ....., doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado(a) pelo ....., CPF nº ....., residente e domiciliado nesta cidade, de acordo com a competência prevista no art. .... da Portaria nº ....., de ....., publicada no Diário Oficial da União de ....., e a empresa ....., CNPJ nº....., estabelecida no ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por ....., portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado em ....., têm, entre si, acordado os termos deste contrato, objeto da Concorrência nº **XX / ano**, Processo nº ....., mediante os termos e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS**

1.1O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº 12.232/2010, e, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965, e nº 14.133/2021.

1.1.1 Aplicam-se também a este contrato as disposições na forma de execução indireta, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021 e Normas Padrão do CENP, que regulamentam as licitações e contratações de serviços de publicidade.

1.2 Independentemente de transcrição, fazem parte deste contrato o Edital da Concorrência nº XX /ano, seus Anexos, o Manual de Procedimentos das Ações de Publicidade do ANUNCIANTE, bem como as Propostas Técnica e de Preços da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1 Contratação de serviços de publicidade institucional e utilidade pública, prestados por intermédio de agência de propaganda, cujo objeto inclui o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse de acordo com as especificações, as métricas e os padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

2.1.1 Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do presente contrato;
- b) à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do presente contrato;
- c) a produção de conteúdo, a criação e execução técnica de ações e peças de comunicação para canais digitais;
- e
- d) à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

2.1.1.1 A contratação dos serviços, elencados no subitem 2.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas e informar e orientar o público em geral.

2.1.1.2 O estudo e o planejamento, previstos no subitem 2.1, objetivam subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios e veículos de divulgação tradicionais (off-line) como digitais (on-line), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

2.1.1.3 As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'b' do subitem 2.1.1 terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação, a veiculação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;

c) possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

2.1.2 Os serviços previstos nos subitens 2.1 e 2.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.1.2.1 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículo de divulgação.

2.2 A **CONTRATADA** atuará por ordem e conta da **CONTRATANTE**, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 2.1.1, e de veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.3 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

2.4 A **CONTRATADA** atuará de acordo com solicitação da **CONTRATANTE**, indistintamente e independentemente de sua classificação no certame que deu origem a este contrato, e não terá, particularmente, exclusividade em relação a nenhum dos serviços previstos nesta Cláusula.

2.5 Para a execução dos serviços, a **CONTRATANTE** observará os procedimentos de seleção interna entre as agências contratadas, em decorrência do processo licitatório que deu origem a este instrumento, cuja metodologia foi publicada no Diário Oficial do Município e PNCP, de <data>, páginas XX a XX, conforme disposto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.232/2010, disponível na internet no endereço através do xxxx.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado e respeitando os artigos 105 e 106 da Lei Nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA QUARTA – VALOR CONTRATUAL E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 O valor deste contrato, decorrente da Concorrência nº XX / ano, que deu origem a este instrumento, está estimado em **R\$ XX,XX (por extenso)**, pelos primeiros 12 (doze) meses.

4.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte adequação orçamentária:



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

- Natureza da despesa 3.3.90.00.00.
- Elemento de despesa 39 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
- Fonte de recurso 1704.

4.3 Se a **CONTRATANTE** optar pela prorrogação deste contrato, serão consignadas nos próximos exercícios, na Lei Orçamentária Anual, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

4.3.1 Na prorrogação, a **CONTRATANTE** poderá renegociar os percentuais de remuneração praticados com a **CONTRATADA**, com base em pesquisa de preços, com vistas a obter maior vantajosidade para a Administração, no decorrer da execução deste contrato.

4.3.2 A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, efetuar revisão dos percentuais de remuneração praticados com a **CONTRATADA**, em decorrência de eventual redução identificada nas referências de mercado, por meio de termo aditivo.

4.4 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

4.5 No interesse da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, conforme disposto nos arts. 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

5.1.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.1.2 Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

5.1.3 Quanto à Estrutura de Atendimento das Contratadas, em face das necessidades da Administração frente às novas tendências do mercado publicitário, as agências ficarão à disposição da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem, contudo, terem que montar, necessariamente, uma estrutura física no município, na medida em que a proximidade pode ser adequadamente obtida com os recursos digitais disponíveis que apoiam o atendimento e o relacionamento, sem gerar prejuízos aos serviços prestados.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1.4 Com vistas a garantir excelência na prestação dos serviços, além de um preposto, devem ser estabelecidos os perfis de profissionais e seus quantitativos para composição de uma equipe mínima no quadro da contratada, para atendimento imediato e permanente do contrato, nos moldes abaixo descritos:

5.1.4.1 **01 (um) profissional de atendimento**, nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, considerando que este profissional atua como elo estratégico entre a Administração e a agência, sendo responsável pelo correto entendimento das demandas institucionais, pela coordenação das equipes internas e pela garantia de aderência das entregas aos objetivos públicos;

5.1.4.2 **01 (um) profissional de criação**, nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, tendo em vista que a concepção criativa de campanhas institucionais exige maturidade técnica, domínio de linguagem publicitária, sensibilidade ao interesse público e capacidade de alinhar criatividade às restrições legais e éticas próprias da publicidade;

5.1.4.3 **01 (um) profissional de produção** (impressa, eletrônica, digital e de design/computação gráfica), nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, uma vez que este profissional é responsável pela viabilidade técnica das peças publicitárias, compatibilização de formatos, controle de qualidade, prazos e custos, atividades que exigem conhecimento consolidado e experiência prática prévia;

5.1.4.4 **01 (um) profissional de mídia**, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, considerando a complexidade do planejamento e da execução de mídia, que envolve análise de dados, negociação com veículos, definição de estratégias de veiculação, mensuração de resultados e otimização do investimento público, atividades que demandam conhecimento técnico aprofundado e experiência comprovada.

5.1.4.5 Ressalta-se que os prazos exigidos nos subtópicos **7.3.4.1, 7.3.4.2, 7.3.4.3 e 7.3.4.4** não ultrapassam parâmetros razoáveis, estão compatíveis com a complexidade do objeto e não excedem limites legais, estando em consonância com o **art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como com o entendimento consolidado dos Tribunais de Contas no sentido de que a exigência de experiência mínima é admissível quando tecnicamente motivada e indispensável à boa execução contratual.

5.1.4.6 Assim, a exigência de experiência profissional mínima para os cargos indicados visa exclusivamente assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados, a eficiência administrativa, a mitigação de riscos operacionais e a proteção do interesse público, sendo medida necessária para a adequada execução do contrato.

5.1.5 A **CONTRATADA** deve executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e serviços especializados e veículos – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1.6 Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, profissionais conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.7 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e veículos e transferir à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** as vantagens obtidas.

5.1.8 O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.

5.1.9 Negociar sempre as melhores condições de preço, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.10 Submeter a contratação de fornecedores, para a execução de serviços objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.11 É vedada a **cotação prévia de preços** para o fornecimento de bens ou serviços especializados de empresas em que:

**I** - Um mesmo sócio ou cotista participe de mais de uma empresa fornecedora em um mesmo procedimento;

**II** - Dirigente ou empregado da **CONTRATADA** tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.

**III** – Possuam em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

**IV** – Possuam em seus quadros servidor que tenha sido demitido pelo **MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO** por infração prevista em Lei.

5.1.12 Obter a aprovação prévia da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, por escrito, para autorizar despesas com serviços especializados prestados por fornecedores, veiculação e qualquer outra relacionada com o contrato.

5.1.13 A **CONTRATADA** só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos, por ordem e conta da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, se previamente a identificar e tiver sido por ela expressamente autorizada.

5.1.14 Apresentar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, para aprovação do Plano de Mídia de cada campanha ou ação, relação dos meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1.15 Apresentar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, como alternativa ao subitem anterior, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, acompanhada de justificativa que demonstrem tal impossibilidade.

5.1.16 O estudo de que trata o subitem acima, deve levar em conta os meios, praças e veículos habitualmente programados nos esforços de comunicação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.17 O resultado do Estudo, vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato.

5.1.18 Ao final do período de 12 (doze) meses, a **CONTRATADA** apresentará novo estudo, que vigorará durante os 12 (doze) meses seguintes e assim sucessivamente.

5.1.19 Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado anteriormente, a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** solicitará novo estudo à **CONTRATADA** e determinar seu novo período de vigência.

5.1.20 Encaminhar, sempre que solicitado pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação de mídia paga, nos seguintes formatos:

- a) TV e Cinema: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
- b) Internet: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
- c) Rádio: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
- d) Mídia impressa e material publicitário: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais, com arquivos em alta resolução, abertos e/ou finalizados.

5.1.20.1 As peças poderão ser agrupadas em um mesmo Pen Drive, caso atenda à solicitação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.21 Prestar os seguintes serviços a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a suas expensas:

- a) instituição e manutenção de acervo da propaganda da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, em meio virtual, com as peças produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos;
- b) criação e manutenção de banco de imagens, com as fotos e imagens produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1.22 A **CONTRATADA** reunir-se-á com a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, para apresentar proposta para o acervo virtual, compreendendo, por exemplo, as especificações técnicas, a sistemática de navegação e de filtros de pesquisa e os formatos dos arquivos.

5.1.23 Para a elaboração da proposta a agência deve considerar que o acervo virtual deverá estar funcionando no prazo de 30 (trinta) dias, contado da assinatura deste contrato.

5.1.24 Aprovada pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** a proposta passará a integrar o contrato, ressalvado que as partes poderão promover ajustes, sempre que necessários à manutenção do acervo.

5.1.25 O acesso ao acervo virtual será feito exclusivamente pela agência e a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, reservada a esta a faculdade de liberar seu uso a quem lhe aprouver.

5.1.26 Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e/ou material produzidos.

5.1.27 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.28 O material a ser utilizado na distribuição só será distribuído após sua aprovação pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.29 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores e veículos e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por fornecedores e veículos por ela contratados.

5.1.30 Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do contrato, que envolvam o nome da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem sua prévia e expressa autorização.

5.1.31 Prestar esclarecimentos a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação.

5.1.32 Não caucionar ou utilizar o contrato como garantia para qualquer operação financeira.

5.1.33 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e seus anexos, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o art. 4º e seu § 1º da Lei Federal nº 12.232/2010.

5.1.34 Apresentar, quando solicitado pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1.35 Executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores e veículos, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante seus signatários e a própria **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.36 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.37 Responder perante a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e fornecedores por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços objeto deste contrato.

5.1.38 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

5.1.39 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

5.1.40 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

5.1.41 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

5.1.42 Informar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** os pagamentos feitos a fornecedores e veículos a cada parcela ou ordem bancária de pagamento emitida pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e encaminhar relatório com cópias dos pagamentos até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

5.1.43 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto (no caso de objetos/estruturas físicas) de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

5.1.44 Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que **antecede** a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.1.45 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.1.46 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.1.47 Quando for solicitado a **CONTRATADA** deverá enviar a **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.1.48 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a **CONTRATANTE**.

5.1.49 A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

5.1.50 Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.1.51 Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.1.52 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação.

5.1.53 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.1.54 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.55 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**. Também deverá a **CONTRATADA**, atender os normativos legais, infra legais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:**

6.1.1 São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

6.1.2 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**, durante a vigência do contrato;

6.1.3 A contratação de empresas que possuam em seu quadro de pessoal servidores, empregados públicos ou dirigentes da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

6.1.4 A veiculação de publicidade acerca do objeto, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS AUTORAIS**

7.1 A **CONTRATADA** cede à **CONTRATANTE** os direitos patrimoniais do autor das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), campanhas, peças e materiais publicitários, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos e criados em decorrência do Contrato.

7.1.2 O valor da cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas em Contrato.

7.1.3 A **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, após a vigência do Contrato, com ou sem eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.

7.1.4 Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a **CONTRATADA** solicitará de cada contratado **03 (três) orçamentos** para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a **CONTRATANTE** escolha uma das opções.

7.1.5 Nos casos de cessão por tempo limitado, a **CONTRATADA** condicionará a contratação do serviço por período mínimo de 12 (doze) meses e utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.

7.1.6 Quando a **CONTRATANTE** optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a **CONTRATADA** se compromete a fazer constar dos ajustes que vierem a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

7.1.7 a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes e demais trabalhos assemelhados;

7.1.8 b) estabeleçam que a **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

7.1.9 Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

7.1.10 A **CONTRATADA** se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

8.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.3.1 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.3.2 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.3.3 É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.3.4 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.3.5 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

8.3.6 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.3.7 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.3.8 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.3.9 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA NONA - ACERVO COMPROBATÓRIO DAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS**

9.1 Art. 17 da Lei Federal nº 12.232/2010, CAPÍTULO III - DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DA SUA EXECUÇÃO:

*“Art. 17. As agências contratadas deverão, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.”*

9.1.1 Em atendimento ao disposto no art. 17 da Lei Federal nº 12.232/2010, a CONTRATADA deverá manter, portanto, durante o período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório contendo a totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

9.1.2 Tal acervo deverá ser organizado de forma clara e acessível, permitindo a verificação da execução dos serviços contratados, bem como a comprovação da conformidade com os objetivos e diretrizes do contrato. A disponibilização deste acervo poderá ser solicitada a qualquer momento pela Administração, para fins de auditoria, controle e prestação de contas.

9.1.3 A não observância dessa obrigação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, incluindo advertências, multas ou outras medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo de demais responsabilidades legais.





EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Promover, na forma do art. 25 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o acompanhamento, a fiscalização e execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização da **CONTRATANTE** de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

10.1.1 O **CONTRATANTE** se reserva o direito de solicitar os serviços ora contratados, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

10.1.2 A juízo da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a **CONTRATADA** apresentar poderá ou não vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

10.1.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

10.1.4 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.5 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**.

10.1.7 Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos em contrato.

10.1.8 Aplicar a **CONTRATADA** as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

10.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**.

10.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

11.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

11.1.2 Quanto à Estrutura de Atendimento das Contratadas, em face das necessidades da Administração frente às novas tendências do mercado publicitário, as agências ficarão à disposição da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem, contudo, terem que montar, necessariamente, uma estrutura física no município, na medida em que a proximidade pode ser adequadamente obtida com os recursos digitais disponíveis que apoiam o atendimento e o relacionamento, sem gerar prejuízos aos serviços prestados.

11.1.3 Com vistas a garantir excelência na prestação dos serviços, além de um preposto, devem ser estabelecidos os perfis de profissionais e seus quantitativos para composição de uma equipe mínima no quadro da contratada, para atendimento imediato e permanente do contrato, nos moldes abaixo descritos:

**a) 01 (um) profissional de atendimento**, nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, considerando que este profissional atua como elo estratégico entre a Administração e a agência, sendo responsável pelo correto entendimento das demandas institucionais, pela coordenação das equipes internas e pela garantia de aderência das entregas aos objetivos públicos;

**b) 01 (um) profissional de criação**, nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, tendo em vista que a concepção criativa de campanhas institucionais exige maturidade técnica, domínio de linguagem publicitária, sensibilidade ao interesse público e capacidade de alinhar criatividade às restrições legais e éticas próprias da publicidade;

**c) 01 (um) profissional de produção** (impressa, eletrônica, digital e de design/computação gráfica), nível sênior, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, uma vez que este profissional é responsável pela viabilidade técnica das peças publicitárias, compatibilização de formatos, controle de qualidade, prazos e custos, atividades que exigem conhecimento consolidado e experiência prática prévia;

**d) 01 (um) profissional de mídia**, com experiência mínima comprovada a partir de 3 (três) anos na área, considerando a complexidade do planejamento e da execução de mídia, que envolve análise de dados, negociação com veículos, definição de estratégias de veiculação, mensuração de resultados e otimização do investimento público, atividades que demandam conhecimento técnico aprofundado e experiência comprovada.

11.1.4 A **CONTRATADA** deve executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e serviços especializados e veículos – todos os serviços relacionados com



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.5 Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, profissionais conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.6 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores e veículos e transferir à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** as vantagens obtidas.

11.1.6.1 O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.

11.1.7 Negociar sempre as melhores condições de preço, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.8 Submeter a contratação de fornecedores, para a execução de serviços objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.9 É vedada a **cotação prévia de preços** para o fornecimento de bens ou serviços especializados de empresas em que:

**I** - Um mesmo sócio ou cotista participe de mais de uma empresa fornecedora em um mesmo procedimento;

**II** - Dirigente ou empregado da **CONTRATADA** tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.

**III** – Possuam em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

**IV** – Possuam em seus quadros servidor que tenha sido demitido pelo **MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO** por infração prevista em Lei.

11.1.10 Obter a aprovação prévia da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, por escrito, para autorizar despesas com serviços especializados prestados por fornecedores, veiculação e qualquer outra relacionada com o contrato.

11.1.11 A **CONTRATADA** só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos, por ordem e conta da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, se previamente a identificar e tiver sido por ela expressamente autorizada.

11.1.12 Apresentar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, para aprovação do Plano de Mídia de cada campanha ou ação, relação dos meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade.

11.1. 12 Apresentar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, como alternativa ao subitem anterior, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação a cargo de empresa independente, acompanhada de justificativa que demonstrem tal impossibilidade.

11.1.13 O estudo de que trata o subitem acima, deve levar em conta os meios, praças e veículos habitualmente programados nos esforços de comunicação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.13.1 O resultado do Estudo, vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato.

11.1.13.2 Ao final do período de 12 (doze) meses, a **CONTRATADA** apresentará novo estudo, que vigorará durante os 12 (doze) meses seguintes e assim sucessivamente.

11.1.13.3 Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado anteriormente, a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** solicitará novo estudo à **CONTRATADA** e determinar seu novo período de vigência.

11.1.14 Encaminhar, sempre que solicitado pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação de mídia paga, nos seguintes formatos:

- a) TV e Cinema: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
- b) Internet: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
- c) Rádio: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais;
- d) Mídia impressa e material publicitário: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais, com arquivos em alta resolução, abertos e/ou finalizados.

11.1.14.1 As peças poderão ser agrupadas em um mesmo Pen Drive, caso atenda à solicitação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.15 Prestar os seguintes serviços a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a suas expensas:

- a) instituição e manutenção de acervo da propaganda da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, em meio virtual, com as peças produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos;
- b) criação e manutenção de banco de imagens, com as fotos e imagens produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

11.1.16 A **CONTRATADA** reunir-se-á com a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, para apresentar proposta para o acervo virtual, compreendendo, por exemplo, as especificações técnicas, a sistemática de navegação e de filtros de pesquisa e os formatos dos arquivos.

11.1.16.1 Para a elaboração da proposta a agência deve considerar que o acervo virtual deverá estar funcionando no prazo de 30 (trinta) dias, contado da assinatura deste contrato.

11.1.16.2 Aprovada pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** a proposta passará a integrar o contrato, ressalvado que as partes poderão promover ajustes, sempre que necessários à manutenção do acervo.

11.1.16.3 O acesso ao acervo virtual será feito exclusivamente pela agência e a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, reservada a esta a faculdade de liberar seu uso a quem lhe aprouver.

11.1.17 Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos após a extinção do contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e/ou material produzidos.

11.1.18 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.19 O material a ser utilizado na distribuição só será distribuído após sua aprovação pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.20 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores e veículos e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por fornecedores e veículos por ela contratados.

11.1.21 Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do contrato, que envolvam o nome da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, sem sua prévia e expressa autorização.

11.1.22 Prestar esclarecimentos a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação.

11.1.23 Não caucionar ou utilizar o contrato como garantia para qualquer operação financeira.

11.1.24 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência e seus anexos, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que tratam o art. 4º e seu § 1º da Lei Federal nº 12.232/2010.

11.1.25 Apresentar, quando solicitado pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

Executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores e veículos, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante seus signatários e a própria **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.26 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.27 Responder perante a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e fornecedores por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços objeto deste contrato.

11.1.28 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo**.

11.1.29 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

11.1.30 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

11.1.31 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

11.1.32 Informar à **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** os pagamentos feitos a fornecedores e veículos a cada parcela ou ordem bancária de pagamento emitida pela **Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo** e encaminhar relatório com cópias dos pagamentos até o décimo quinto dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

11.1. 33 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto (no caso de objetos/estruturas físicas) de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

11.1.34 Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que **antecede** a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.1.35 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.36 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.37 Quando for solicitado a **CONTRATADA** deverá enviar a **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.1.38 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a **CONTRATANTE**.

11.1.39 A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

11.1.40 Comunicar a **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.41 Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.42 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação.

11.1.43 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.44 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.45 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da **CONTRATANTE**. Também deverá a **CONTRATADA**, atender os normativos legais, infra legais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

12.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

12.2 Cabe ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

12.2.2 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

12.2.3 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

12.2.4 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.2.5 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

12.2.6 Adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto;

12.2.7 Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demanda tomar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.2.8 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

12.2.9 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

12.2.10 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

12.2.11 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

12.2.12 Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

12.2.13 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

12.2.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESCONTO DE AGÊNCIA**

13.1 Além da remuneração prevista no item anterior, A **CONTRATADA** fará jus ao “Desconto-Padrão de Agência” de no mínimo 20% (vinte por cento) em conformidade as Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), concedido pelos veículos de divulgação, de acordo com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

13.2 O “Desconto-Padrão de Agência” de que trata o subitem precedente é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010 e de acordo com o item 2.5 do Termo de Referência das Normas-Padrão do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LIQUIDAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO**

14.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

14.2 a descrição do serviço;

14.2.1.1 o prazo de validade;

14.2.1.2 a data de emissão;

14.2.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

14.2.1.4 o período respectivo de execução do contrato;

14.2.1.5 o valor a pagar; e

14.2.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

14.2.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

14.2.3 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das documentações constantes no art. 68 da Lei 14.133/21.

14.2.4 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.2.5 Constatando-se junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

14.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.2.7 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a Contratada a ampla defesa.

14.2.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao Sicaf.

**14.3 Do prazo de pagamento:**

14.3.1 O pagamento deverá ser realizado observando a Ordem Cronológica e demais orientações previstas e impostas pela Lei Federal 14.133/21, com ênfase nos artigos 141 a 146 desta mesma Lei.

14.3.2 O pagamento deverá ser realizado em até 30 dias após recebimento da Nota Fiscal.

14.3.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

14.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.3.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \quad (6 / 100 )} \quad I = 0,00016438$$
$$\frac{\quad}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

**14.4 Forma de Pagamento:**

**14.4.1 DA REMUNERAÇÃO DAS AGÊNCIAS / FORMA DE PAGAMENTO:**

14.4.2 Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** será remunerada conforme a proposta de preços por ela apresentada, que é parte integrante deste instrumento contratual (ANEXO II)



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

14.4.3 A **CONTRATADA** não fará jus:

14.4.4 a) ao ressarcimento dos custos internos dos serviços por ela executados, nos termos da alínea 'c' do subitem 3.11.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária – CENP, cuja distribuição PROPORCIONE o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

14.4.5 b) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidente sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referente à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, quando sua distribuição/veiculação lhe PROPORCIONE o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

14.4.6 c) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição lhe PROPORCIONE o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;

14.4.7 d) a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

14.4.8 A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO** não pagará nenhum outro valor além do preço contratado, cabendo à Licitante considerar todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização dos serviços objeto desta licitação, tais como: despesas com mão-de-obra, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, alimentação, hospedagem, transporte de equipe da Licitante, materiais, equipamentos, frete, seguros, tributos e contribuições para fiscais assim como lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

14.4.9 Despesas com deslocamento de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados serão de sua exclusiva responsabilidade. Eventuais exceções, no exclusivo interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**, poderão vir a ser ressarcidas por seu valor líquido e sem cobrança de honorários pela **CONTRATADA**, desde que antecipadamente orçadas e aprovadas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**.

14.4.10 Quando houver ressarcimento de despesas com deslocamento de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores por ela contratados, deverão ser apresentados comprovantes de passagens, diária, locação de veículos, entre outros, a fim de aferir a execução da despesa e assegurar seu



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

pagamento pelo líquido, sem a incidência de honorários.

14.4.11 As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

#### **14.5 Do Reajuste**

14.5.1 Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta, podendo ser reajustado a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela **CONTRATADA** e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, consoante a seguinte fórmula:

$$P_n = (I_n / I_o) \times P_o$$

Onde:

$P_n$  = Preço do mês desejado.

$I_n$  = índice referente ao mês de aniversário da proposta da **CONTRATADA**.

$I_o$  = índice referente à data de apresentação da proposta pela **CONTRATADA**.

$P_o$  = Preço Inicial.

14.5.2 A **CONTRATADA** não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria **CONTRATADA**, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

14.5.3 No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

14.5.4 Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos quantitativos porventura existentes.

14.5.5 Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário da proposta serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

15.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, porém ressalta-se que a utilização do mesmo não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2 O **IMR** é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. É uma ferramenta que a Administração pode utilizar para identificar o grau de adimplemento contratual, constituindo, assim, meio de prova a ser analisado, no momento de eventual fase de renovação contratual.

15.3 **A cada prestação dos serviços**, o Contratante realizará avaliação do nível de atendimento dos serviços contratados e calculará a Nota de Avaliação, considerando os pontos perdidos nas avaliações dos indicadores estabelecidos na tabela abaixo, considerando registros próprios da Fiscalização.

15.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

15.4.1 não produziu os resultados acordados; ou

15.4.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.4.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.4.4 Os pontos atribuídos a cada ocorrência refletem o nível de impacto da falha nos objetivos primários da contratação, como a segurança, eficácia, controle, e economicidade dos **serviços de publicidade**.

15.5 Os pagamentos da contratada poderão sofrer reduções caso os níveis mínimos de qualidade não sejam atingidos. Para mensurar esses fatores serão utilizados os indicadores do quadro adiante:

15.6 A elaboração do **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** para a contratação de **serviços de publicidade**, exige a definição de pontuações claras para cada não conformidade, a fim de calcular a Nota de Avaliação e aplicar a glosa devida.

15.7 Utilizando como base o modelo IMR, que aplica um sistema cumulativo de pontos para apurar a glosa, e adaptando os indicadores para a complexidade da **Publicidade** (que envolve agenciamento, intermediação com veículos de comunicação, fornecimento com instalação e manutenção de estruturas, impressões específicas e monitoramento e desenvolvimento das métricas de desempenho das campanhas), o IMR é estruturado da seguinte forma:

**15.8 Indicadores de Desempenho e Pontuação por Ocorrência**



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

15.8.1 Os pontos atribuídos a cada ocorrência refletem o nível de impacto da falha nos objetivos primários da contratação, como a *segurança, eficácia, controle, e economicidade* dos **serviços de publicidade**.

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA (NÃO CONFORMIDADE)	CLASSIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO (NMA) POR OCORRÊNCIA
1	<b>Atraso na Entrega de Peças Criativas:</b> Não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos para a entrega de qualquer peça criativa (artes digitais, vídeos estilo VT, vídeos para mídias sociais, spots, arte folder A4) para aprovação e/ou veiculação.	Comprometimento do cronograma e eficácia da campanha.	1.0 ponto
2	<b>Erros Graves em Peças Criativas:</b> Entrega de peças (mídia impressa/digital) com erros factuais, ortográficos, de identidade visual ou desalinhamento grave com o <i>briefing</i> aprovado.	Dano à imagem institucional e ineficácia da comunicação.	1.5 pontos
3	<b>Falha de Conformidade na Veiculação (Mídia):</b> Realização de inserções (rádio, TV, sites, jornais, Busdoor) em veículos, horários, locais ou formatos diferentes dos negociados/aprovados no plano de mídia.	Prejuízo ao alcance e ineficácia do investimento.	1.2 pontos
4	<b>Falha na Execução de Mídia Exterior (Outdoor/Busdoor):</b> Falha na instalação, na manutenção da estrutura (outdoor) ou na qualidade da impressão/adesivagem que comprometa a visualização ou segurança, ou atraso na remoção da peça.	Dano à imagem e risco operacional/visual.	1.0 ponto





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

5	<b>Não Conformidade em Custos e Impulsionamento:</b> Aplicação incorreta de descontos, sobrepreço em custos de veiculação (se aplicável), ou desvio de <i>budget</i> de impulsionamento em mídias sociais dos parâmetros definidos e aprovados.	Falha na economicidade e risco de sobrepreço.	0.8 ponto
6	<b>Não Entrega ou Intempestividade de Relatórios:</b> Não emissão ou envio incompleto/intempestivo dos relatórios operacionais e gerenciais mensais exigidos (incluindo monitoramento de métricas e desenvolvimento das campanhas).	Prejuízo ao controle e à fiscalização.	0.7 ponto
7	<b>Falha na Entrega de Dados/Métricas:</b> Entrega de relatórios de desempenho, <i>dashboards</i> ou métricas essenciais de campanha com informações incorretas, incompletas ou fora do padrão definido.	Falha técnica na conformidade e prejuízo estratégico.	0.8 ponto
8	<b>Falha de Acesso a Plataformas Essenciais:</b> Impedir o acesso, por falha técnica ou configuração incorreta, a bases de dados, plataformas de impulsionamento ou relatórios essenciais à fiscalização da campanha.	Interrupção de processo essencial de controle.	0.8 ponto
9	<b>Não Manutenção das Condições de Habilitação:</b> Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório (ex.: regularidade fiscal, qualificação técnica).	Falha legal/administrativa central.	1.0 ponto
10	<b>Ausência Injustificada do Representante da Contratada (Preposto):</b> Falta injustificada do preposto da contratada em reuniões técnicas ou	Falha de comunicação e gestão contratual.	0.3 ponto





**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

	administrativas convocadas formalmente pela fiscalização.		
--	---	--	--

15.8.2 A glosa será calculada com base na soma dos pontos acumulados em determinado serviço prestado. Quanto maior a pontuação, maior a glosa aplicada ao valor líquido da fatura.

15.8.3 O **Índice de Aproveitamento** é o resultado da subtração do percentual glosado (faixa) de 100%.

NÚMERO DE PONTOS PERDIDOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO ALCANÇADO (%)	GLOSA APLICADA (%) SOBRE O VALOR DA FATURA
<b>1 (um) ponto</b>	Advertência, sem glosa na fatura.	<b>0%</b>
<b>2 (dois) pontos</b>	99%	<b>1%</b>
<b>3 (três) pontos</b>	98%	<b>2%</b>
<b>4 (quatro) pontos</b>	97%	<b>3%</b>
<b>5 (cinco) pontos</b>	96%	<b>4%</b>
<b>6 (seis) pontos</b>	95%	<b>5%</b>
<b>7 (sete) pontos</b>	94%	<b>6%</b>
<b>Acima de 7 (sete) pontos</b>	Abaixo de 94% (6% + 1% por ponto extra)	<b>6% + 1% por ponto extra</b>

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

16.1 Os bens (estruturas físicas outdoor) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

**PROCESSO Nº: 2625/2025**

16.3 O recebimento definitivo de estruturas físicas (outdoor) ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

16.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, com comunicação a Contratada para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertence à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

16.6 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

17.1 A CONTRATADA prestará Garantia de Execução do Contrato, em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO - RJ**, correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços.

17.2 A quantia acima será devolvida mediante requerimento da **CONTRATADA**, após a entrega total do objeto, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados, em razão do descumprimento das obrigações contratuais, ou por qualquer outro motivo pertinente a avença e sua execução, quando for o caso.

17.3 Se a garantia ficar desfalcada, a **CONTRATADA** deverá integralizá-la no prazo máximo estipulado no contrato, contados do recebimento da respectiva intimação por escrito, expedida pela **CONTRATANTE**.

17.4 A **CONTRATADA** perderá a garantia em favor da **CONTRATANTE**, caso o contrato seja rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.

17.5 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia. A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no objeto contratado de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

17.6 Na hipótese de prorrogação deste contrato, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO** exigirá nova garantia, escolhida pela **CONTRATADA** entre as modalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.7 O documento de constituição da nova garantia deverá ser entregue a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO** em prazo estipulado em contrato, contado da data de assinatura do respectivo termo aditivo.

17.8 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo estipulado em contrato, mediante certificação, por seus fiscais, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

18.2 É vedada a subcontratação completa ou do serviço principal da obrigação, caracterizados como **FULCRO** desta contratação. Desta forma, observa-se que não pode ser subcontratada de maneira alguma o serviço de agenciamento e atividades-fim da agência, como planejamento. Da mesma forma, fica possibilitada a subcontratação de serviços complementares (serviços especializados como produção, fotografia, pesquisas e outros podem ser subcontratados mediante prévio cadastro junto ao contratante).

18.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.4 A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

18.5 A **CONTRATADA** apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

18.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA DOS MATERIAIS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

19.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

19.2 Os materiais permanentes (outdoors) não devem possuir prazo de garantia inferior a 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo.

19.3 Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao mínimo estabelecido no subitem anterior, deverá prevalecer aquele de maior extensão.

19.4 A proposta que ofertar produto com garantia de fabricação inferior ao previsto deverá ser desclassificada para o respectivo item.

19.5 A garantia de fabricação dos materiais deverá ser total, inclusive quanto às peças, componentes e acessórios, quando couber, compreendendo a manutenção dos produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, com cobertura dos seguintes quesitos:

19.5.1 Remoção dos defeitos apresentados pelos equipamentos, inclusive quanto a suas peças, componentes e acessórios, quando couber;

19.5.2 Ajustes nos materiais, reinstalação de componentes disponibilizados pelo fabricante e outras correções necessárias, quando for o caso;

19.5.3 Solução de problemas e esclarecimentos de dúvidas de utilização, quando for o caso;

19.5.4 Substituição dos equipamentos ou, quando for o caso, substituição de suas peças, componentes ou acessórios. As peças, componentes e acessórios devem ser novos, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do produto;

19.6 A Contratada responderá solidariamente com os fornecedores dos materiais (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que tornem os materiais permanentes irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam, aplicando-se subsidiariamente o art. 12 da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

19.7 Encaminhar, sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, nos seguintes formatos: TV e Cinema, Internet, Rádio, Mídia Impressa e Material Publicitário: cópias em Pen Drive e/ou arquivos digitais. Arquivos em alta resolução abertos e/ou finalizados.



**EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026**

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Pelo descumprimento, irregularidade ou inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos Art. 155, 156, 157, 158, 159 e 160 da Lei Federal Nº 14.133/2021, observadas a gravidade da conduta, o contraditório e ampla defesa, infração administrativa, sujeita a penalidades, nos termos da referida Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– RESCISÃO**

21.1 O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos no art. 155 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 A **CONTRATADA** guiar-se-á pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

22.2 É vedada a utilização, na execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na **CONTRATANTE**, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

22.3 A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial, a suas expensas, na forma prevista no parágrafo único do art. 89, §1º da Lei nº 14.133.

22.4 Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei nº 14.133/2021, que a **CONTRATADA** aceita e a eles se submete.

22.5 A omissão ou tolerância das partes – em exigir o estrito cumprimento das disposições deste contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

22.6 As informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de bens e de serviços especializados e dos veículos de divulgação, serão publicadas no sítio da **CONTRATANTE** na internet.

22.6.1 As informações sobre valores pagos pelos bens e serviços especializados contratados serão divulgadas pelos totais destinados para cada tipo de fornecedor e para cada meio de comunicação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– FORO**

23.1 As questões decorrentes da execução deste contrato que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro do Município de Arraial do Cabo.



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

---

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ANEXOS**

24.1 São partes integrantes deste instrumento de contrato o Termo de Referência (ANEXO I) que balizou a contratação e a proposta de preços (ANEXO II) da CONTRATADA, anexos a este documento.

Arraial do Cabo, xxxxx de xxxxxxxx de 202x

\_\_\_\_\_  
<autoridade competente do órgão/entidade>

\_\_\_\_\_  
<representante legal da contratada>



EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

PROCESSO Nº: 2625/2025

**ANEXO XVII - FORMULÁRIO DE RETIRADA DE INVÓLUCRO**

PESSOA JURÍDICA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ DA EMPRESA:	
TELEFONE(S):	
FAX:	
E-MAIL:	
PESSOA DE CONTATO:	CELULAR:
CONTATO EM BRASÍLIA (caso haja) NOME:	
TELEFONE/FAX:	

**Obs: Preenchimento com letra de forma**

Recebi, da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo , envelope padronizado **(Via Não Identificada)**, visando participar do certame acima especificado.

Arraial do Cabo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
assinatura